janeiro/fevereiro de 2010 • Ano 7 • nº 58

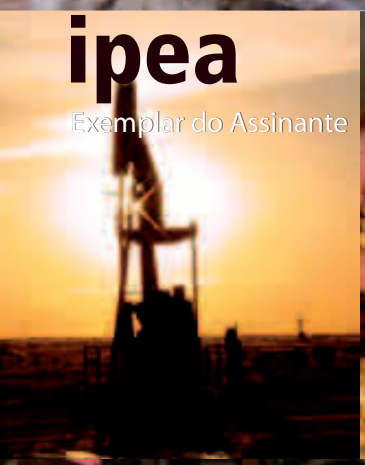
www.desafios.ipea.gov.br

desafios do

desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante



Brasil

Pronto para ser grande?

A conjuntura é favorável e única: o Brasil tem condições de entrar no seleto grupo das nações desenvolvidas e superar o quadro de injustiças sociais. Mas há ainda um longo caminho a trilhar

Entrevista

Marco Aurélio Garcia – Crise de liderança dificulta a criação de novos fundamentos para a ordem econômica mundial. E isso aumenta os riscos de conflitos

Desigualdade

Estudo do Ipea revela que a presença do Estado, como prestador de serviços, privilegia as regiões mais ricas. A maioria dos municípios não dispõe de acesso à cultura nem a serviços básicos

Educação

Expansão do ensino superior beneficia o interior do País, amplia as oportunidades para os jovens e podem estimular o desenvolvimento das regiões pobres

GovernoF ederal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Samuel Pinheiro Guimarães

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

http://www.Ipea.gov.br/ouvidoria

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Daniel Castro
CONSELHO EDITORIAL Adelina Lapa Nava Rodrigues, Douglas Portari, Fernanda Cristine Carneiro, Isabela Vilar, João Cláudio Garcia, Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido, Júnia Cristina Perez Conceição, Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Marina Nery, Pedro Libânio e Pérsio Marco Antônio Davison

Redação
EDITOR-CHEFE Gilson Luiz Euzébio
EDITORA DE ARTE Gislaine A. Soares
BRASÍLIA Suelen Menezes, Andrea Vieira, Taísa Ferreira, Márcio de Morais, Débora Carvalho e Pedro Barreto
JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilson Luiz Euzébio
FOTOGRAFIA Jorge Nunes, Raphael Ribeiro, Sidney Murrieta
FOTO DA CAPA Fotomontagem

Colaborador George da Guia

Cartas para a redação
SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1514
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão
Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO Ipea, PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade
virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR
Cep. 80230-100 – Fone:(41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

Quem viveu a chamada década perdida de 1980 e lembra-se das incertezas dos anos 1990 sabe que o Brasil atravessa um momento único em sua trajetória democrática. Em meio a previsões de que chegará, em um horizonte visível, ao posto de quinta economia do planeta, o País aguarda ansioso por mais números sobre as reservas do pré-sal, enquanto prepara a realização da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016. São boas notícias que poderiam soar como fábulas se mencionadas há 20 anos.

Se naqueles tempos a população ainda tinha pesadelos com o fantasma da inflação, com o crédito limitado e a dívida externa, hoje encontra-se diante da oportunidade histórica de discutir – positivamente e sem tantos traumas – um projeto de desenvolvimento que eleve o Brasil ao patamar de nação desenvolvida. Mas o que mudou? Como podemos nos beneficiar deste período especial e quais os riscos de ser um *player* no tabuleiro geopolítico? É esse o foco da matéria principal desta edição, acompanhada por quatro artigos que aprofundam o debate.

A responsabilidade social é outro tema de destaque nas próximas páginas. **Desafios do Desenvolvimento** revela que muitas empresas começam a cobrar os resultados de seus investimentos. Não se contentam apenas em fornecer recursos, sem ter ideia do retorno. Reportagens sobre trabalho, educação, desigualdade social e bolsa de valores ilustram a preocupação da revista em explorar todos os assuntos de influência econômico-social no País.

Na entrevista, o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, alerta para a falta de liderança global na atualidade e a fragilidade de instituições como o FMI e o Banco Mundial. Sem um reordenamento do sistema econômico e financeiro internacional, adverte Marco Aurélio, o planeta pode "se transformar em um grande barril de pólvora". Ele defende, ainda, o fortalecimento do Mercosul, tema abordado também na reportagem sobre o andamento dos projetos brasileiros de integração física sul-americana.

Desejo a todos uma ótima leitura.

Daniel Castro, diretor-geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**

desafios do

desenvolvimento

Sumário

Pag10 **Entrevista– Marco Aurélio Garcia**
Falta quem conduza processo de reforma mundial

Pag20 **Brasil– Tudo para crescer**
Condições são favoráveis. País tem que aproveitar oportunidades

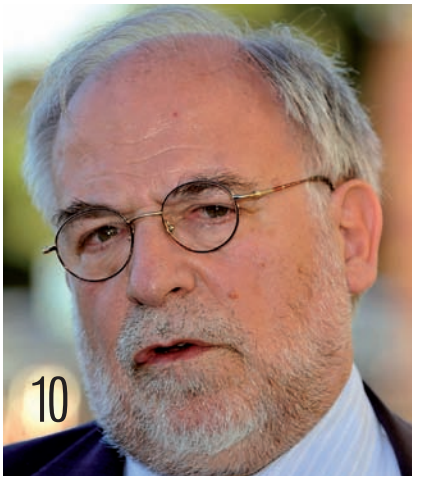
Pag 36 **Estado – Ausência sentida**
Menor oferta de serviços em regiões pobres

Pag4 2 **Universidades – Expansão para o interior**
Governo inicia processo de descentralização do ensino superior

Pag50 **Infraestrutura - Integração da América do Sul**
Plano prevê interligação de transportes entre os países

Pag 56 **Trabalho decente – Situação melhora**
Mas OIT aponta preocupações

Pag60 **Bolsa de valores – A resistência das empresas**
Ainda é pequeno número de empresas de capital aberto



Seções

6 Giro Ipea
8 Giro
67 Questões do desenvolvimento
68 Melhores práticas
72 Por dentro do Ipea
76 Perfil
78 Retratos
82 História
84 Ciência&Inovação Circuito
86 Observatório Latino-americano
88 Indicadores
90 Estante
91 Agenda
92 Cartas
93 Humanizando o Desenvolvimento

Artigos

Pag 32 **Defasagens na cobrança de IPTU**
Pedro Humberto Bruno de Carvalho Júnior

Pag 33 **Uso racional do automóvel**
Claudio Oliveira da Silva

Pag 59 **Perfil do trabalho decente do Brasil**
José Ribeiro

GIRO ipea

Conhecimento

A gestão no setor público

A Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento, em parceria com o **Ipea**, a Enap, a Câmara dos Deputados e o Comitê Técnico de Gestão do Conhecimento e Informação Estratégica, realizou em dezembro o *V Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública*. O objetivo do encontro foi promover a disseminação de práticas de gestão do conhecimento na administração pública.

O público-alvo foi composto por integrantes da alta administração pública federal, estadual e municipal, além de representantes de organizações públicas de outros países, dirigentes e gestores de organismos internacionais, agências de fomento, representantes do Poder Legislativo, centros de pesquisa, associações de categoria, sociedade civil, acadêmicos e empresas públicas.

Nos últimos anos o evento tem contribuído para o aperfeiçoamento da gestão pública em diversas organizações, bem como na economia de recursos humanos e materiais, na discussão de problemas e na busca de soluções em questões comuns a diversas instituições públicas. O congresso ocorreu no auditório do **Ipea** em Brasília.

Expectativa

Setor produtivo mais confiante

A melhora das expectativas do setor produtivo foi registrada também pelo *Sensor Econômico*, indicador das expectativas do setor produtivo elaborado pelo **Ipea**. Em dezembro o indicador, feito a partir de pesquisa com entidades do setor empresarial e dos trabalhadores, registrou 29,2 pontos. O número indica que empresários e trabalhadores estão confiantes no futuro da economia do País. As avaliações de três dos quatro aspectos do Sensor melhoraram: elevação dos índices das contas nacionais e do aspecto social e das expectativas quanto ao desempenho das empresas. Entretanto, o setor ainda está apreensivo em relação ao aspecto social.

Parâmetros econômicos foram o único a apontar redução da confiança. O índice das contas nacionais experimentou o maior aumento, tendo passado de 45,5 pontos em outubro para 55,3 em novembro. O Sensor indicou também que o setor de comércio e serviços foi o mais otimista em relação às contas nacionais (61,6 pontos), e o menos confiante quanto aos parâmetros econômicos (31,4 pontos).

Previdência

Victor Soares

Autoridades da Previdência Social e do Ipea assinam protocolo

Acordo para novos estudos

Acordo fechado em dezembro com o Ministério da Previdência Social prevê a elaboração, pelo **Ipea**, de estudos técnicos sobre a Ouvidoria-Geral da Previdência Social e as interrelações entre previdência e questões regionais. O convênio foi assinado pelo presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann; pelo secretário-executivo da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; pelo secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, e pelo diretor de Estudos e Políticas Sociais do **Ipea**, Jorge Abrahão. A Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) será a responsável pelos estudos, ao lado da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur).

A pesquisa vai mapear o processo de distribuição de renda entre as regiões que mais contribuem para a arrecadação e as que mais recebem benefícios. Segundo o secretário-executivo da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, os estudos vão colaborar para a formatação de futuras políticas públicas do MPS. "Teremos um perfil desses segmentos, um diagnóstico. E, de uma maneira mais efetiva, podemos formular nossas políticas para fazer o enfrentamento dos desafios que virão", afirma.

Reconhecimento

Técnico do Ipea ganha prêmio da Anpec

Carlos Henrique Leite Corseuil, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea** recebeu o prêmio Haralambos Simeonidis, da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), pelo trabalho *Labour Market Dynamics Under Imperfect Information*. O estudo trata dos determinantes da rotatividade dos trabalhadores no mercado de trabalho. O prêmio foi entregue durante o *Encontro Nacional de Economia*, realizado pela Anpec em dezembro, em Foz do Iguaçu (PR). O prêmio Haralambos Simeonidis foi criado pela entidade em 1982, com o objetivo de estimular as atividades de reflexão e pesquisa em economia no Brasil.

China

Parceria com a Academia Chinesa

O **Ipea** e o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia Chinesa de Ciências Sociais planejam reunir num seminário, no final de abril de 2010, representantes dos principais institutos de pesquisas do Brasil, Rússia, Índia e China, grupo dos emergentes conhecido por BRIC. A ideia é debater temas como mudanças climáticas e reforma do sistema financeiro global para subsidiar a 2ª Cúpula do BRIC, prevista para junho de 2010 no Brasil. A iniciativa faz parte do acordo assinado em dezembro entre a entidade e o **Ipea**. O vice-presidente da Academia, Zheng Bignwen, ressaltou a importância da parceria no setor acadêmico para o Brasil e China, já que ambos estão em processo de desenvolvimento. Jorge Abrahão, diretor de Estudos e Políticas Sociais, representou o **Ipea** na assinatura do acordo.

Divulgação

Radar

Avaliação da crise e política tecnológica

A quinta edição do boletim *Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, divulgada em dezembro pela Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura (Diset) do **Ipea**, traz um estudo dos impactos da crise internacional sobre o setor produtivo brasileiro, e também trata das variáveis para a avaliação de políticas de ciência e tecnologia e dos motivos pelos quais a densidade de acessos de banda larga ainda é baixa no Brasil. De acordo com a publicação, o principal entrave para a expansão da conexão à internet em banda larga é o preço do serviço: o brasileiro paga, relativamente, pelo menos 7,2 vezes mais do que o americano e o japonês. A íntegra do estudo está no site no **Ipea** (www.ipea.gov.br)

China 2

Sistema previdenciário em pauta

Zheng Bignwem participou do seminário *China: Ascensão e Desafios do Desenvolvimento Social*, realizado pelo Ipea em dezembro. Especialista em previdência social em seu país, ele falou sobre os sistemas adotados na América Latina e sobre as principais características dos modelos chinês e brasileiro. "Os sistemas de previdência do Brasil e da China são diferentes. Na China, temos um sistema híbrido que combina fundo social com contribuições individuais, uma invenção específica da China. O modelo brasileiro também é uma das melhores invenções do mundo, uma construção com base em muitos pilares", disse.

Segundo o especialista, o custo da transição entre modelos é um dos principais problemas da previdência chinesa. "O governo central atualmente não paga esses custos por causa da introdução das contas individuais. A maioria das contas individuais está vazia, não existe dinheiro nelas". A rentabilidade baixa também é uma dificuldade. "Os recursos do sistema de previdência são depositados apenas em bancos, com rendimentos na casa dos 2%."

GIRO

Estatais

Recorde de investimentos

As empresas estatais federais fecharam 2009 com uma execução recorde do Orçamento de Investimento. Segundo o Ministério do Planejamento, os números do período de janeiro a outubro mostram que dos R$ 79,9 bilhões programados para o ano, já haviam sido investidos R$ 53,6 bilhões pelas 68 empresas federais dos setores produtivo e financeiro. É o maior volume de recursos executados para o período desde que o Brasil passou a ter uma moeda estável, há quinze anos, informa o ministério.

Murilo Barella, diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do ministério, diz que a sua meta, desde que assumiu o cargo em julho de 2008, era aumentar os investimentos do setor estatal. "Chegamos no olho do furacão, quando a crise estava atingindo a sua forma aguda. E conseguimos crescer, em média, 40% na execução, de bimestre a bimestre", comenta.

Incentivos

Foto: Wilson Dias/ABr

Mantega faz anúncio na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Medidas para consolidar crescimento

Na última reunião de 2009 do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em dezembro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou novas medidas de estímulos aos investimentos e desonerações que visam garantir o crescimento de 5% do PIB brasileiro em 2010. Para fortalecer a capacidade de financiamento da indústria, o governo colocou à disposição do BNDES mais R$ 80 bilhões. Outros R$ 100 bilhões já tinham sido liberados antes. "Com isso, o BNDES prosseguirá com seus programas de financiamento e taxas de juros reduzidas", comentou Mantega, que anunciou também a prorrogação, de 31 de dezembro de 2009 para o final de junho de 2010, do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que permite à União equalizar a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo BNDES para aquisição de bens de capital, exportação e inovação tecnológica. Conforme o ministro, essa medida vai beneficiar a compra de caminhões, máquinas agrícolas e equipamentos com taxa de juros de 4,5% ao ano. A União pode subvencionar até R$ 44 bilhões em financiamentos do BNDES. A União vai repassar também, em forma de empréstimo, R$ 15 bilhões ao Fundo de Marinha Mercante. O dinheiro vai financiar projetos da indústria naval, como construção de plataformas de perfuração e navios.

Trabalho

Um milhão de novos postos

O Brasil fechou o ano de 2009 com a criação de 995 mil novos postos de trabalho, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. No ano anterior, o resultado foi de 1,452 milhão. O desempenho do ano passado foi prejudicado pela crise internacional. A perspectiva para 2010 é de criação de 1,5 milhão a dois milhões de novos postos de trabalho. Apesar da crise, a taxa de desemprego ficou em 6,8% em dezembro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que faz a pesquisa em seis principais regiões metropolitanas do País. Estava em 7,4% em novembro. Já a taxa anualizada para 2009 foi de 8,1%. Segundo o IBGE, o rendimento médio real dos trabalhadores caiu 0,9% em dezembro em relação a novembro, mas subiu 0,7% na comparação com dezembro de 2008. Já a massa de rendimento real habitual dos trabalhadores ficou em R$ 29,6 bilhões em dezembro de 2009, estável em relação a novembro, mas 2,3% acima da de dezembro de 2008. O número de trabalhadores ocupados cresceu 1% em dezembro de 2009, e chegou a 21,8 milhões. Já o número de pessoas desocupadas caiu 7,1% em comparação com novembro.

Aquecimento global

Decisão fica para a próxima reunião

A 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), realizada em dezembro em Copenhague, na Dinamarca, não chegou a consenso para um novo acordo que limite as emissões de gases causadores do efeito estufa. Dentro de seis meses, os representantes de 192 países voltam a se reunir em Bonn, Alemanha. Um acordo parcial foi fechado entre os Estados Unidos, a China, Índia, o Brasil e a África do Sul, mas não foi reconhecido pelos outros países. Esse acordo previa a criação de um fundo emergencial de US$ 30 bilhões para ajudar os países pobres a combater as causas do aquecimento, nos próximos três anos. "Esse valor de US$ 30 bilhões para todos é menos do que o Brasil sozinho vai gastar para cumprir as nossas metas, aprovadas pelo nosso Parlamento", criticou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Segundo ele, o Brasil vai gastar US$ 16 bilhões por ano para cumprir a meta de reduzir em até 39% as emissões de gases de efeito estufa até 2020.

"Confesso a todos vocês que estou um pouco frustrado, porque há muito tempo discutimos a questão do clima e, cada vez mais, constatamos que o problema é mais grave do que nós possamos imaginar", disse o presidente Lula, ressaltando as iniciativas do Brasil para reduzir a emissão de gases. Na tentativa de salvar o acordo, o Brasil se dispôs a contribuir financeiramente com outros países.

Impostos

Arrecadação em alta

A Receita Federal do Brasil arrecadou, em dezembro, R$ 73,869 bilhões em impostos e contribuições, o maior valor mensal da história. Embora tenha crescido 6,92% em relação ao mesmo mês de 2008, o ano fechou com queda de 2,96%. De janeiro a dezembro de 2009 foram arrecadados R$ 698,2 bilhões, o que representa R$ 21,6 bilhões a menos do que no ano anterior. A queda decorreu dos efeitos da crise internacional, que reduziu a atividade econômica no País a partir do final de 2008. Para a Receita Federal, o crescimento nos últimos meses de 2009 demonstram a retomada do crescimento econômico e a superação da crise econômica. O secretário Otacílio Cartaxo comentou que, diante das dificuldades enfrentadas em 2009, o resultado da arrecadação foi "auspicioso".No ano passado, a arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) caiu 5,07% e a da Cofins, 7,04%. A queda foi maior no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de 25,73%. Isso porque o governo reduziu as alíquotas do IPI para contrapor os impactos da crise econômica. No segmento de automóveis, por exemplo, setor beneficiado pela redução do imposto, a queda chegou a 67,53%. Já a arrecadação da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) caiu 4,09%.

Balança Comercial

Saldo de US$ 25,3 bilhões em 2009

As exportações brasileiras totalizaram US$ 152,9 bilhões em 2009, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex). As importações ficaram em US$ 127,6 bilhões, resultando num superávit comercial de US$ 25,3 bilhões. No ano passado, os Estados Unidos continuaram a ser o principal parceiro comercial do Brasil. "Registramos uma queda de 42,4% nas exportações para o mercado norte-americano. Apesar disso, o fluxo de comércio com esse país foi de US$ 35,9 bilhões", ressalta o secretário Welber Barral. Em 2008, a corrente de comércio entre os dois países foi de US$ 53,4 bilhões. A queda pode é consequência da crise econômica mundial. "Temos que reforçar nossas ações para retomar o mercado norte-americano. Exportamos muitos produtos manufaturados para lá e só vamos conseguir recuperar as exportações de industrializados se conseguirmos retomar as vendas para mercados importantes como os Estados Unidos e a América Latina", pondera Barral.

Copa

CAF oferece financiamento

A Corporação Andina de Fomento ofereceu ao Ministério do Planejamento uma linha de financiamento aos estados e municípios que sediarão jogos do Campeonato Mundial de Futebol em 2014. Os recursos são para projetos diretamente relacionados com a Copa do Mundo. "A CAF, que é conhecida por sua agilidade na preparação e condução de projetos, foi a primeira a se mobilizar no apoio ao Brasil nesse evento", afirma o secretário de Assuntos Internacionais, Alexandre Meira da Rosa. Segundo ele, o valor inicial dessa carteira da instituição bilateral é de US$ 1 bilhão, mas a CAF já demonstrou disposição de ampliar os recursos, que contam com garantia da União.

Marco Aurélio Garcia

Mundo enfrenta uma crise de liderança muito grande

Por Andréa Vieira – de Brasília

Faltam líderes que possam conduzir o processo de reordenamento da economia internacional e criar um novo modelo para a saída segura da crise econômica, afirma Marco Aurélio Garcia, assessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assuntos internacionais. A Grande Depressão de 1929 foi enfrentada com medias corajosas, e mesmo assim desaguou na Segunda Guerra Mundial. Desde 2008, quando a crise iniciada nos Estados Unidos contaminou o Planeta, nada foi feito para a profunda reestruturação do sistema econômico e financeiro mundial. Sem esse rearranjo, com reformulação dos organismos internacionais, o mundo pode ser empurrado para a guerra. "Esse é um risco real", alerta.

Nesta entrevista à revista Desafios do Desenvolvimento, Garcia fala também da importância de fortalecer institucionalmente o Mercosul, defende a ampliação do multilateralismo e prevê que o mundo vai impor constrangimentos aos Estados Unidos por impedir um acordo para reduzir o aquecimento global

Fotos: ABr

Perfil

Formado em direito e filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado na Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris, Marco Aurélio Garcia, 68 anos, chefia a assessoria especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dedicando-se principalmente às questões internacionais. Professor licenciado do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ele foi também professor da Universidade do Chile, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Chile) e nas Universidades de Paris-VIII e Paris-X (França) entre 1970 e 1979, período em que ficou exilado. Com a anistia aos perseguidos políticos pela ditadura militar, ele voltou ao Brasil e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na década de 1990, foi secretário de Relações Internacionais do PT, cargo que ocupou por mais de dez anos. Nessa posição, Marco Aurélio Garcia foi responsável pela criação do Foro de São Paulo, uma entidade que congrega partidos políticos e organizações sociais de esquerda da América Latina e do Caribe. Ele começou sua militância na União Nacional dos Estudantes (UNE) e em 1967 ingressou na carreira política como vereador em Porto Alegre, sua cidade natal. No PT, além de secretário de Relações Internacionais, ele ocupou também a vice-presidência e a presidência interina do partido entre 2006 e 2007. Foi ainda secretário de cultura nos municípios de Campinas (1989-1990) e São Paulo (2001-2002), e coordenador do Programa de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1994, 1998 e 2006.

Desenvolvimento – Em palestra no **Ipea**, o senhor afirmou que instituições internacionais estão caducas. Gostaria que o senhor explicasse essa posição.

Garcia – Acho que tem três tipos de caducidade. Primeiro do ponto de vista dos pressupostos com os quais FMI e o Banco Mundial, mais particularmente o Fundo, trabalharam durante esses últimos anos. Eles foram muito lenientes no que diz respeito à desordem econômica internacional que estava se armando, estimulavam as ideias de desregulamentação, foram extremamente ortodoxos na cobrança de políticas austeras por parte dos países, sobretudo os pobres e emergentes, o que significou em grande medida que esses países se viram inviabilizados. E parece que algumas dessas questões persistem hoje. Se nós verificarmos os conselhos que foram dados, segundo o noticiário, pelo FMI para a Europa, agora nós vamos ver que uma das principais recomendações parece ser o corte de salários. Ora, a tendência em momentos de crise é impulsionar políticas heterodoxas, políticas anticíclicas! Então eu acho que esse problema que parecia superado depois da eleição do Dominique Strauss-Kahn para o FMI, ainda não está perfeitamente equacionado. O segundo aspecto está ligado à operacionalidade dessas entidades muito burocratizadas. O atraso na rodada de Doha é um caso típico, em circunstâncias que num determinado momento as coisas estavam praticamente para ser resolvidas. Na última hora, no final da gestão Bush nos EUA e no limiar de uma eleição na Índia, as negociações fracassaram. O terceiro aspecto, também mais ligado à direção, porém mais tangível, é a questão da representatividade. Salvo a OMC, onde cada país tem um voto, nas outras entidades nós temos uma distribuição muito perversa das organizações de poder que não corresponde mais à corre-

lação de forças internacionais, que ainda é acompanhada de uma prática habitual, uma espécie de um condomínio Europa-EUA.

Desenvolvimento – É possível estruturar uma instituição multilateral realmente eficiente e representativa de todas as nações ou reorganizar as já existentes? Como seria?

Garcia – Eu acho que isso deve ser tentado. Se nós praticarmos de forma mais intensa uma concepção multilateral das organizações internacionais, isso é factível. Agora, se nós acharmos que o mundo tem que ser regido por um grupo restrito de potências, não vai ser possível. A grande verdade é que essa alternativa da hegemonia de um grupo pequeno de potências também conduz a um impasse. Acho que o exemplo mais claro disso foi a reunião de Copenhague, onde tudo ficou bloqueado em grande medida por causa da decisão dos Estados Unidos no que diz respeito às metas de controle de emissão (de gases). Isso fez com que a Europa retrocedesse naquilo que ela havia proposto e deixou os outros países olhando o céu. O grande problema, se não houver essa democratização das organizações internacionais, é uma paralisação das relações internacionais. Isso não é bom.

Desenvolvimento – A crise internacional expôs uma série de falhas do sistema financeiro mundial. Falou-se em regulação e fiscalização dos mercados, mas até agora nada foi feito. Por que isso é tão difícil?

Garcia – É difícil porque fere interesses nacionais importantes e porque nós hoje enfrentamos uma crise de liderança mundial muito grande. Lembramos que o antecedente que nós tivemos foi a crise de 1929. No que diz respeito aos Estados Unidos, ela começou a ser enfrentada num primeiro momento com medidas extremamente corajosas, muito mais radicais, mas a grande resolução da crise de 1929 foi a guerra. Então esse é um risco real. Quando os países se reuniram em 1944, em Bretton Woods, para tentar definir uma nova arquitetura financeira internacional, eles estavam fazendo uma autocrítica da sua inação no que diz respeito a evitar os desdobramentos da crise. Quer dizer, antes que a guerra tivesse ocorrido e, como causa dessa guerra, inclusive, nós tivemos a ascensão do fascismo na Itália, a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, de uma certa forma a guerra civil espanhola, o êxito e depois o fracasso da experiência da frente popular na França, enfim, uma série de fenômenos que, sem dúvida nenhuma, qualquer historiador vai localizar nas origens da Segunda Guerra Mundial.

Desenvolvimento – Caso nada seja feito nesse momento para estabelecer uma ordem econômica mais organizada e sustentável, o que pode acontecer?

Garcia – O mundo pode se transformar num grande paiol de pólvora. E quando há um paiol de pólvora, qualquer fósforo produz uma explosão.

"Se nós praticarmos de forma mais intensa uma concepção multilateral das organizações internacionais, isso é factível. Agora, se nós acharmos que o mundo tem que ser regido por um grupo restrito de potências, não vai ser possível"

Desenvolvimento – O senhor fala em guerra mesmo?

Garcia – Por que não? Não quero ser catastrofista, mas eu acho que essa é uma das razões pelas quais, talvez, todos os esforços de neutralização dos pontos de tensão internacional são de fundamental importância.

Desenvolvimento – Isso justifica a preocupação em aumentar a defesa do Brasil?

Garcia – Eu não diria aumentar, mas adequá-la. Nós estávamos com um sistema de defesa que não correspondia mais às necessidades do País, entende? Nós precisamos ter adequação. Nós não precisamos ter forças armadas para desfile militar. Nós precisamos ter forças armadas para proteger o País. Acho que esse tema, grosso modo, está sendo colocado em quase todos os países da América Latina. Então, por essa razão, eu não vejo que a América Latina, em particular a América do Sul, seja uma região que possa ser capitulada como uma região de tensão internacional. Mas há outras regiões com focos de tensão que todos os dias estão se manifestando. O crescimento da economia chinesa será acompanhado ou não de uma estratégia de consolidação da China como potência militar? Não sei. É bem possível. As tensões que estão se produzindo agora entre China e Estados Unidos em função do refortalecimento dos armamentos de Taiwan? Há regiões de enorme tensão no mundo hoje como Paquistão, Afeganistão, Palestina...

Desenvolvimento – Voltando a falar da economia mundial, ao que tudo indica, o Brasil adotou as medidas corretas para mitigar os efeitos da crise, tanto que foi um dos primeiros países a sair dela. No cenário financeiro internacional pós-crise, a imagem do Brasil mudou?

Garcia – Eu acho que já vinha mudando anteriormente. Quando a crise eclodiu, o Brasil foi consultado imediatamente sobre que tipo de instância deveria ser criado.

Eu lembro que eu estava com o presidente Lula quando o presidente Bush telefonou para ele e disse: "eu preciso fazer uma reunião aqui em Washington para organizar uma resposta à crise. Quem você acha que nós devemos convidar?" Ele nos consultou. Foi quando o presidente (Lula) disse: "eu acho que deveria ser o G 20 financeiro". Portanto, nesse momento, a imagem do Brasil já era fortalecida.

Desenvolvimento – Em que proporção a crise na Europa preocupa o Brasil?

Garcia – Olha, isso preocupa o Brasil por várias razões. Primeiro lugar porque isso afeta o equilíbrio da economia internacional como um todo. Se há uma retração da economia europeia, isso, sem dúvida nenhuma, afetará o conjunto da economia mundial. Os chineses serão afetados porque a China tem no espaço europeu um de seus mercados importantes.

Desenvolvimento – Falando em China, o que o Brasil pode fazer para melhorar o comércio com a China, tendo em vista que essa relação comercial acaba sendo desfavorável ao Brasil, que exporta apenas *commodities* para o gigantesco mercado chinês?

Garcia – Primeiramente, eu acho que nós não devemos ter vergonha de exportar *commodities*. O ruim é quando a gente não exporta nada. O problema brasileiro é que nós estamos fazendo, nos últimos anos, uma certa reconversão da economia brasileira, fazendo com que o processo de industrialização seja um processo não só de crescimento quantitativo, mas de sofisticação qualitativa. Isso implica agregar mais valor. E é claro que no caso da China, salvo em alguns nichos muito particulares, nós vamos enfrentar dificuldades em aumentar nossas exportações por uma razão muito simples: a China realiza aquilo que nós também realizamos em escalas muitas vezes superiores: eles produzem automóveis, eletrodomésticos e eletrônicos em escala muito maior do que a nossa. Nós temos algumas formas de entrada na China da indústria de alto valor agregado como é o caso da nossa indústria aeronáutica. Mas a produção agrícola, por exemplo, é um trunfo extraordinário que o Brasil tem. Não quero dizer com isso que não vamos melhorar nossa indústria, que não vamos adotar uma política industrial mais agressiva, que não vamos enfrentar a questão da inovação tecnológica, que é fundamental.

"Lembramos que o antecedente que nós tivemos foi a crise de 1929. No que diz respeito aos Estados Unidos, ela começou a ser enfrentada num primeiro momento com medidas extremamente corajosas, muito mais radicais, mas a grande resolução da crise de 1929 foi a guerra. Então esse é um risco real"

Desenvolvimento – O Brasil, que já liderava a missão de paz no Haiti, está tendo uma atuação muito efetiva na ajuda ao país depois da tragédia causada pelo terremoto. Que efeitos essa atuação produzirá para o Brasil no cenário internacional?

Garcia – Nós estamos fazendo isso, em primeiro lugar, porque nós incorporamos a solidariedade como valor a ser defendido na nossa política externa. Da mesma forma que nós buscamos a defesa da paz, defesa dos direitos humanos, relações internacionais menos assimétricas, menos desequilibradas, temos também como um dos valores a solidariedade. O Haiti é um país com o qual nós temos grande afinidade, é um país de população negra, como é o caso do Brasil.

Desenvolvimento – Por que é tão importante para o Brasil ter um assento permanente no conselho?

Garcia – Por uma razão muito simples: nesse conselho é que se resolvem as questões da segurança global. Nós não estávamos discutindo no começo que o mundo pode correr um risco de uma conflagração regional ou mais global, seja pela incapacidade dos governos se porem de acordo, seja pelo progresso abusivo de uma situação conflitiva? Quem coopera nessas circunstâncias? Só pode ser o Conselho de Segurança. Nós, inclusive, temos uma visão hoje crítica ao funcionamento das Nações Unidas. Nós achamos que as Nações Unidas deveriam assumir concretamente a condição de organismo regulador da paz mundial.

Desenvolvimento – Por que isso não acontece?

Garcia – Isso não está acontecendo porque as Nações Unidas foram enfraquecidas, porque durante um certo período predominou uma orientação estritamente unilateralista da política norte-americana. Então nós precisamos de organismos mais legitimados. Em muitas das crises mundiais recentes, o Conselho de Segurança ficou sobrepassado. O caso do Iraque é um caso claro. Ele não apoiou a invasão, mas saiu debilitado porque a invasão se deu sem a opinião dele. Nós precisamos de um conselho de segurança mais amplo, mais representativo. Vai ser rápido? Não, não vai. Até que caia a ficha de alguns países que o mundo não é mais propriedade exclusiva deles, vai levar algum tempo.

Desenvolvimento – É fato que o Brasil está se aproximando cada vez mais e ganhando respeito das grandes economias. Por outro lado, há a sensação de que o Brasil está se distanciando da América Latina. Não está?

Garcia – O Brasil não está alheio. Nós temos instâncias de participação. A primeira instância que é o Mercosul, que atravessa, a meu juízo, dificuldades hoje, não tantas quanto se diz. Acho que nós deveríamos pensar seriamente no fortalecimento institucional do Mercosul. Não há possibilidade de um processo de integração avançar se nós não temos instituições fortes. As instituições hoje de Montevidéu são muito frágeis, muito pequenas. Depois nós temos uma outra instância de intervenção sul-americana que é a Unasul. Eu diria que hoje, talvez, nós estejamos avançando com o ritmo que se impõe. O processo de integração energética, a constituição do Banco do Sul, que está decidida mas ainda tem uma certa tardança na implementação, os processos de integração física, tudo isso tem sido muito mais resultado de ações unilaterais, bilaterais, às vezes trilaterais, do que efetivamente uma política. Então há uma crise de governança tanto do Mercosul quanto da Unasul que é preciso resolver. Agora eu não acho que nós temos nos afastado da região. Pelo contrário. Nós temos uma relação muito solidária.

"Quer dizer, antes que a guerra tivesse ocorrido e, como causa dessa guerra, inclusive, nós tivemos a ascensão do fascismo na Itália, a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, de uma certa forma a guerra civil espanhola, o êxito e depois o fracasso da experiência da frente popular na França, enfim, uma série de fenômenos que, sem dúvida nenhuma, qualquer historiador vai localizar nas origens da Segunda Guerra Mundial"

Desenvolvimento – O bloco corre o risco de acabar?

Garcia – Em primeiro lugar não vai acabar porque, entre outras coisas, do ponto de vista econômico, a integração da região produz resultados muito fortes. Do ponto de vista político, a presença, a intervenção de forças regionais em crises políticas internas, a meu juízo, só se justifica quando essas crises se transformam em crises agudas. Eu vou dar dois exemplos. Quando houve um forte processo de desestabilização na Venezuela em 2002/2003, foi criado aquele grupo de amigos da Venezuela, que ajudou muitíssimo e conduziu o processo de estabilização do país. Quando a Bolívia esteve à beira de uma guerra civil, a Unasul fez aquela reunião em Santiago do Chile e interveio no sentido de respaldar o governo.

Desenvolvimento – A expansão de bases norte-americanas na América Latina foi criticada pelo governo brasileiro. As relações entre Brasil e EUA ficaram abaladas por essa razão?

Garcia – Não. Acho negativa a existência de bases norte-americanas na região. É algo que cria tensões aqui. Isso nós dissemos de forma muito franca, muito clara ao presidente Uribe quando ele esteve aqui, depois em reunião na Argentina. Nós gostaríamos que os problemas da região fossem resolvidos no âmbito da região. No caso da Colômbia, um país que vive uma situação de crise interna pela existência das Farc e outras guerrilhas, nós não temos condições de participar de um esforço militar lá. Mas nós sim, temos condições de participar, já deixamos claro isso, num esforço de paz. Tudo que nós pudermos fazer para lograr a paz lá, nós faremos.

Desenvolvimento – Como ficam outros países da região?

Garcia – Eu tenho a impressão de que outros países se sintam incomodados. E nós mesmos, inclusive a partir da leitura de alguns documentos oficiais, ficamos preocupados. Há documentos oficiais dos Estados Unidos que falam das bases como tendo a possibilidade de uma projeção militar no resto do continente. Isso nos inquieta.

"É justo, do ponto de vista de uma ordem internacional que nós queremos multilateral, que um país se ocupe de resolver todas crises do mundo? Que esteja presente em Honduras, no Paquistão, no Afeganistão, no Iêmen, na Palestina, no extremo oriente... É justo isso?"

Desenvolvimento – Mudando de região. Além de muitas críticas, que benefício o Brasil teve com a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad?

Garcia – Você poderia me perguntar por que nós recebemos o Shimon Peres e outros...

Desenvolvimento – Eu ia chegar lá.

Garcia – Primeiro lugar porque nós temos relações muito amplas, com muitos países.

O Brasil ampliou consideravelmente as suas embaixadas pelo mundo e o mundo ampliou consideravelmente as suas embaixadas aqui. Segundo lugar, tanto o Irã quanto Israel, quanto a Palestina, são regiões que eu incluiria nessas regiões problemáticas do mundo. Quando nós começamos o governo, com a ameaça do desencadeamento da guerra no Iraque, não se tinha a ideia do que poderia acontecer. Como o Saddam Hussein era muito falastrão e ameaçava mundos e fundos, uma hipótese de trabalho que nós operamos aqui foi de que uma guerra desse tipo pudesse implicar ameaças das mais variadas. Desencadeamento de terror mundial... Criou-se aqui um trabalho na Presidência que estudava todas essas hipóteses e, inclusive, as medidas que deveriam ser adotadas. Eu tenho absoluta certeza de que o agravamento do conflito na Palestina ou o eventual desencadeamento de uma situação mais grave com o Irã seria algo de consequências terríveis.

Desenvolvimento – Realmente vale a pena o Brasil se aproximar de uma questão tão complexa e tumultuada como são as relações existentes no Oriente Médio? Não é um desgaste inútil?

Garcia – Não. Pelo contrário. Eu acho que um desgaste seria não participar. Dizer que essa é uma situação que não nos interessa... Não nos interessa até o dia em que isso nos cair em cima. E se nós queremos ser, como se diz, um *global player*, se nós queremos abandonar o eterno complexo de vira-lata, de ficar preocupados só com o nosso mundinho, nós temos que ter uma atenção para isso. Eu acho engraçado o seguinte: esses mesmos setores que criticam que nós estamos discutindo com o Ahmadinejad ou que estamos recebendo o presidente Mahmoud Abbas (Palestina), ou o presidente Shimon Peres (Israel), este em geral menos criticado, são aqueles que dizem: "vocês ficaram indiferentes ao genocídio na África e em tal país". Nós não ficamos indiferentes. Nós votamos medidas nos fóruns internacionais. Eu estou convencido de que se não se chegar a uma solução da crise do Irã, nós corremos um grave risco para a paz mundial. Essa não é só a minha opinião. Essa é a opinião de grandes dirigentes mundiais com os quais eu tive a oportunidade de estar.

"E é claro que no caso da China, salvo em alguns nichos muito particulares, nós vamos enfrentar dificuldades em aumentar nossas exportações por uma razão muito simples: a China realiza aquilo que nós também realizamos em escalas muitas vezes superiores"

Desenvolvimento – Como o senhor avalia a posição dos Estados Unidos?

Garcia – Eu tenho certeza de uma coisa: ajudar não está ajudando porque essas coisas estão se alastrando há muito tempo. E o que é interessante observar é o seguinte: é justo, do ponto de vista de uma ordem internacional que nós queremos multilateral, que um país se ocupe de resolver todas crises do mundo? Que esteja presente em Honduras, no Paquistão, no Afeganistão, no Iêmen, na Palestina, no extremo oriente... É justo isso? Ou a melhor coisa é efetivamente criar um espaço de negociação mais plural? Nós não estamos pedindo isso para nós. A nossa presença tem esse sentido de incorporar outros, tem o sentido de fortalecer o multilateralismo.

Desenvolvimento – O presidente Lula sempre defendeu mais ajuda e aproximação com a África, mas quem acabou assumindo esse papel foi a China, que está investindo de fato no continente. Como fica o Brasil agora?

Garcia – Mas nós não estamos competindo com a China na África. A China está fazendo o que considera mais adequado. Eu sei que muitos países não gostam desse tipo de presença. Não gostam, por exemplo, que uma represa que está sendo construída pela China seja construída por cinco mil operários chineses que ficam em barcos ao largo e que vão sendo transportados todos os dias. Nós não fazemos isso. As obras que as empresas brasileiras estão construindo no continente africano são obras construídas mais de 95% por africanos. Nós estamos criando empregos na África. E também nós não temos necessidades que a China tem. A China vai buscar petróleo na África. Nós não precisamos buscar petróleo fora do Brasil. Mas até temos explorações em Angola, na Nigéria, e em outros lugares. A China vai buscar minérios. Nós não precisamos buscar minérios lá. Nós temos minérios.

Desenvolvimento – Na reunião de cúpula de Copenhague, os países não chegaram a nenhum acordo sobre as questões climáticas. Qual a probabilidade de o próximo encontro ser bem sucedido?

Garcia – Eu diria que obviamente os Estados Unidos terão uma responsabilidade muito grande nisso, porque, sendo o país responsável pelo maior número de emissões, cabe a ele chegar com metas concretas. As metas que os Estados Unidos estabeleceram até agora são ridículas. Elas tiveram reflexo também no próprio comportamento da União Europeia, como já mencionei. A União Europeia tinha metas mais ambiciosas, mas como viu que os Estados Unidos estavam na retranca, de certa maneira diminuiu as metas dela, encolheu a proposta.

"As Nações Unidas foram enfraquecidas, porque durante um certo período predominou uma orientação estritamente unilateralista da política norte-americana. Então nós precisamos de organismos mais legitimados. Em muitas das crises mundiais recentes, o Conselho de Segurança ficou sobrepassado"

Eu acho que se todo mundo subir a sua missão no que diz respeito à redução, nós teremos efetivamente mais possibilidade de chegar a um acordo. Inclusive a própria China ficou evidente que tem flexibilidade nesse particular. Parece que o único país que não tem flexibilidade são os Estados Unidos.

Desenvolvimento – Mas os Estados Unidos nunca tiveram essa flexibilidade. O que faz o mundo acreditar que possa vir a ter?

Garcia – Bom, o problema é o seguinte: haverá, em um determinado momento, um constrangimento internacional muito forte sobre os Estados Unidos.

Desenvolvimento – Esperar que isso ocorra para só então começar a pensar nas questões climáticas e ambientais não pode ficar tarde demais?

Garcia – Pode ficar tarde para a humanidade, mas isso não exime os países de tomarem as suas iniciativas e com isso criar um constrangimento político e moral muito forte, que foi o que o Brasil fez. O Brasil fixou exigências, transformou-as em lei, e chegou lá com a agenda mais radical de todas. Nós vamos aplicar isso? Vamos. Se os outros não aplicarem, bom, paciência. Mau para a humanidade. A nossa parte nós estamos fazendo.

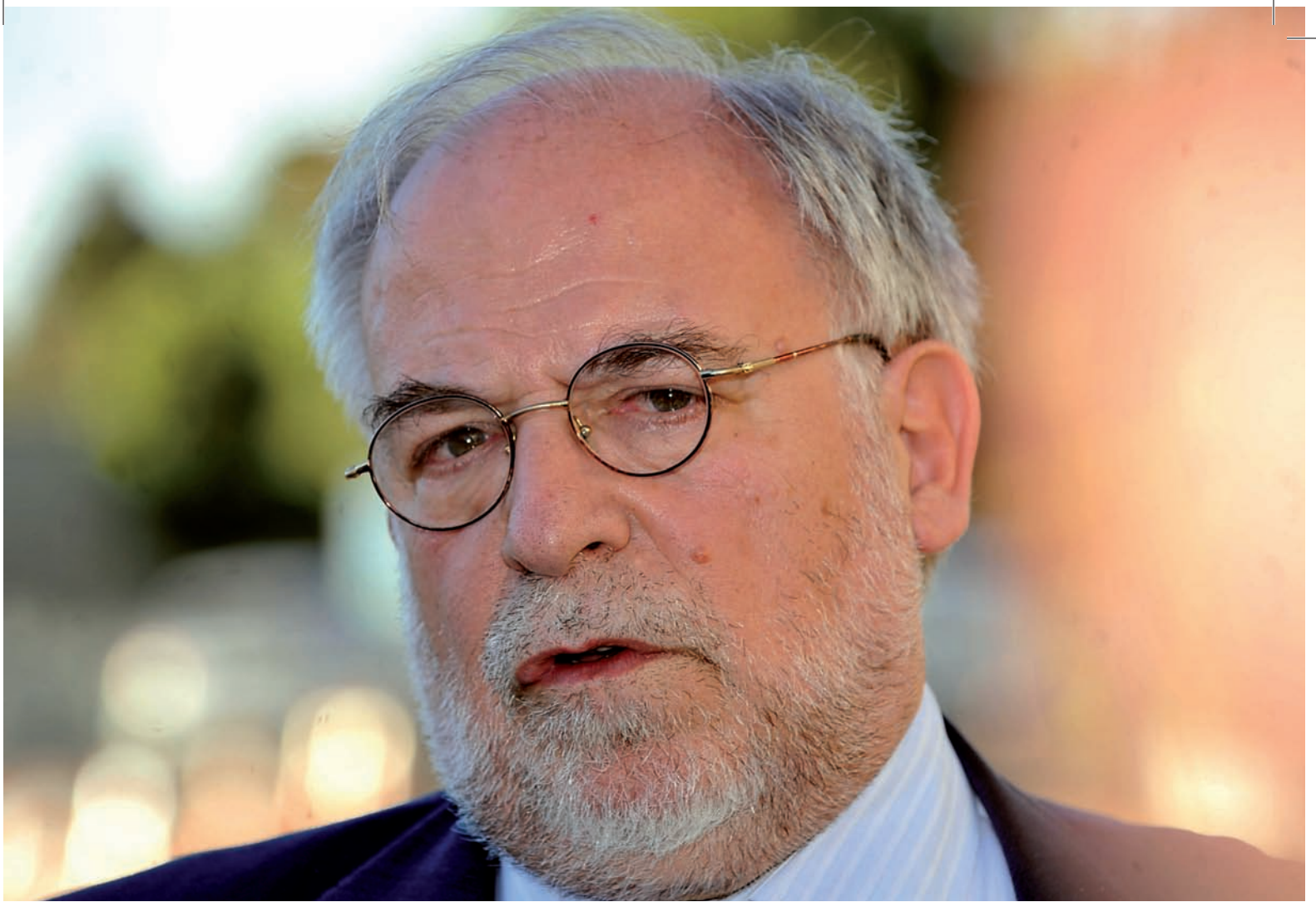
Desenvolvimento – O que falta para o Brasil deixar de ser a eterna potência emergente, o eterno país do futuro que nunca chega, para se tornar de fato uma potência mundial?

Garcia – Em primeiro lugar eu não gosto muito da expressão potência mundial. Acho que o Brasil deixou de ser o eterno país do futuro, acho que o futuro chegou, um pouco. O futuro é uma construção. Nós estamos emergindo e vamos continuar a emergir. Há outros países que já são desenvolvidos que estão imergindo, estão afundando. O grande problema que nós temos aqui é o seguinte: nós começamos, a meu juízo, a enfrentar a questão chave que o País tinha que, de uma certa forma, abriu espaço para resolver as demais, que era questão social. Por que nós éramos o eterno país do futuro? Porque nós éramos um país rico e profundamente desigual. E essa desigualdade não era simplesmente de renda. Era uma desigualdade de gênero, étnica, era uma desigualdade que se dava em termos regionais, em termos educacionais, assimetrias culturais e etc. Nós começamos a resolver de forma importante a desigualdade social em termos de renda. E nós demos alguns passos importantes para resolver os temas das desigualdades regionais. Agora, isso é um processo que toma muito tempo e que dificilmente se cristaliza, porque esses 22 milhões que, segundo se diz, entraram para a classe média, eles não vão se contentar com os benefícios dessa suposta condição de classe média. Eles vão querer mais. É normal que assim seja. O País hoje tem mobilidade social. As pessoas não querem mais só entrar na universidade, elas querem entrar numa universidade de qualidade, elas querem uma escola secundária de qualidade, uma escola técnica de qualidade.

Desenvolvimento – O próximo passo não seria o combate à corrupção?

Garcia – Eu acho que o combate à corrupção aumentou e muito. Se a corrupção aparece mais hoje é porque mais tem sido combatida. Se você fizer um levantamento das iniciativas da Controladoria Geral da União e da Polícia Federal você vai ver o volume. Agora, eu quero sempre fazer uma diferença. Uma coisa é o combate à corrupção. Outra coisa é uma certa leitura que se faz desse combate hoje em dia, que eu acho que tem como função, não sei se explícita, em alguns casos sim, que é desacreditar a política. Há um esforço muito grande de desacreditar a política, que passa a ser uma área ardida, os políticos são as piores pessoas que existem no mundo...

"Mas nós não estamos competindo com a China na África. A China está fazendo o que considera mais adequado. Eu sei que muitos países não gostam desse tipo de presença. Não gostam, por exemplo, que uma represa que está sendo construída pela China seja construída por cinco mil operários chineses que ficam em barcos"



Desenvolvimento – De quem é esse esforço?

Garcia – Você encontra na imprensa.

Desenvolvimento – Mas veja o que acontece com o governo do Distrito Federal, por exemplo, e tantos outros casos espalhados pelo País. O senhor não acha que esse esforço vem dos próprios políticos?

Garcia – O volume que esses temas ocupam no noticiário e a abordagem deles denotam concretamente uma incriminação da política como atividade humana. E ela é muitas vezes substituída por uma ideia de que ao invés da política nós devemos privilegiar a gestão. Uma gestão do tipo tecnocrática, apolítica e etc. Eu me preocupo muito com isso. Esse é um fenômeno mundial: uma tentativa de desacreditar a atividade política mundialmente. Claro que a corrupção tem que ser considerada como um problema grave, porque é antirrepublicana, tem que ser combatida. Mas que ela venha a ocupar um lugar que não ocupou nunca o tema da desigualdade social? Eu nunca vi nas manchetes dos jornais temas da desigualdade social, os temas da nossa dependência econômica, os temas da fragilidade da nossa soberania nacional, os temas da violência no campo, enfim, uma quantidade de outras questões que não têm a mesma incidência que os temas da corrupção têm. Acho que muitas vezes o risco é de que você, ao jogar a água suja do banho, jogue a criança também. Eu tenho a impressão de que hoje em dia, se você tomar as pesquisas, você vai ver que uma das instituições mais desacreditadas do País é o Parlamento. Por quê? Com isso você obscurece totalmente a função de dezenas, centenas de parlamentares que estão lá trabalhando. Qual a avaliação que se faz do funcionamento do Parlamento? É se os deputados estão lá. Eu não sou parlamentar nem quero ser, mas acho que há uma enorme incompreensão. Ou então quando se fala dos salários dos funcionários. Os salários que nós ganhamos no serviço público brasileiro são absolutamente ridículos se comparados com os salários daqueles que escrevem sobre os nossos salários e que não são assalariados. Encontraram formas muito claras de ludibriar os impostos criando essas microempresas e coisas desse tipo. Eu acho que o jornalista tem que ganhar muito bem mesmo. Agora, não me venha falar dos nossos salários porque eles não são compatíveis com o tipo de trabalho que nós fazemos.

Leia também as entrevistas do ex-ministro da Justiça Fernando Lyra na Edição 55 e do ministro Pinheiro Guimarães, da SAE, na Edição 56 no site www.ipea.gov.br

A hora e a vez do Brasil

O Brasil vive umas das melhores fases de sua história, com perspectiva de um longo período de desenvolvimento. Estudo do **Ipea** indica que será possível erradicar a pobreza extrema até 2016. Há muito o que fazer internamente, mas as principais dúvidas vêm do exterior: as economias centrais continuam patinando, o Brasil perdeu mercado de produtos industrializados, a China só importa *commodities*, e uma nova crise internacional, como a iniciada em 2008, pode por tudo a perder

Gilson Luiz Euzébio – de Brasília

Um país rico, desenvolvido, com justiça social. Assim pode ser o Brasil em poucos anos, se souber aproveitar as oportunidades atuais e seguir o caminho do crescimento econômico com distribuição de renda e combate às desigualdades regionais e sociais, eliminação da miséria e geração de oportunidades para todos. As condições são as melhores possíveis: o País sofreu os impactos da crise dos Estados Unidos, iniciada em 2008, mas saiu fortalecido, retomando a trajetória de crescimento temporariamente interrompida pelo estouro do mercado financeiro internacional. Com políticas fiscal e monetária expansionistas, o Brasil amenizou os impactos da crise, robusteceu o mercado interno e superou a fase de adversidades sem descontrole da inflação e da dívida pública. Agora está pronto para trilhar o caminho para a superação de tantas mazelas que atingem a população.

É um momento sem paralelo na história do País, concordam diretores do **Ipea**. "As perspectivas são as melhores possíveis: crescimento econômico em torno de pelo menos 5% em 2010, engrenando com uma sequência de crescimento dessa ordem ou acima disso", comenta Mário Theodoro, diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais (Dicod). "Se levarmos em conta que em 2009 não crescemos nada e geramos um milhão de empregos formais, com o crescimento vigoroso deste ano a geração deve chegar a um patamar bem significativo. Alguns falam em dois milhões de empregos. É possível que seja isso. Se for, vamos entrar num ciclo de geração de emprego formal como nunca tivemos antes", acrescenta.

Desde 2005, o Brasil já vinha numa rota de crescimento econômico com desenvolvimento social, lembra João Sicsú, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicos (Dimac). A rota foi interrompida em 2009 pela crise internacional, mas o desempenho "não foi tão ruim" devido à ação do governo. Agora, o País retoma o rumo. "Precisamos da continuidade desse projeto de desenvolvimento no qual o Estado tem um papel claro de liderar o crescimento com desenvolvimento social. Depende agora da reprodução desse projeto nos próximos anos", afirma Sicsú. Nesses últimos anos, o País acordou para a necessidade de crescimento. Mas é preciso atenção especial aos juros e ao câmbio, adverte Sicsú. A taxa de juros tem que ser mantida em patamar mediano, para não abortar o processo de crescimento, e o câmbio tem que ser mais competitivo, para estimular as exportações de produtos com maior valor agregado. Ao mesmo tempo, o País deve investir no desenvolvimento científico e tecnológico. As indústrias de produtos de alta tecnologia, diz ele, alcançam lucros extraordinários: com o lançamento de novos produtos, elas obtêm grandes lucros até que os concorrentes desenvolvam produto semelhante.

Divulgação

Estimativa de ciclo de crescimento no emprego

Mas o Estado tem que estar presente, definindo políticas e orientando a produção. O crescimento da economia brasileira, lembra Sicsú, apoia-se acertadamente na ampliação do mercado interno, embora não desconsidere a importância das exportações. "Tivemos um período muito virtuoso nos últimos cinco anos, com crescimento econômico acompanhado por taxa de inflação baixa, ampliação do investimento e das políticas sociais, combinando com ampliação do mercado interno", acrescenta Jorge Abrahão, diretor de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). Ao ampliar o mercado interno, destaca ele, o Brasil "acabou gerando um crescimento muito favorável aos mais pobres", com redução das desigualdades e melhora no bem-estar das famílias.

"É um fenômeno interessante que a gente não viveu antes, que é o consumo de massa, o ideário da esquerda", comenta Márcio Wohlers, diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura (Diset). "O mercado interno foi o grande motor que segurou nosso crescimento pouco acima de zero (em 2009). Isso é uma coisa inusitada no Brasil: a força do mercado interno foi capaz de contrarrestar uma perspectiva de recessão muito grande", acrescenta Mário Theodoro. Como o País ainda tem uma distribuição de renda muito perversa, existe um campo muito grande para se avançar na área da demanda interna, diz ele.

Para Theodoro, a erradicação da pobreza é condição indispensável para o desenvolvimento: "Temos que avançar principalmente na questão social, na distribuição da renda, de ativos e riquezas, para que a gente possa não só virar um país rico, mas um país desenvolvido. A índia é um país rico, a China é um país rico. Mas não se pode falar em país desenvolvido, porque a miséria e a pobreza existem nesses dois países como existem no Brasil. Quando se fala em país desenvolvido estamos falando de países que conseguiram que sua população tivesse um nível de qualidade de vida que nós não temos ainda. O grande desafio que nós temos não é econômico, é social."

A superação das desigualdades regionais e sociais, para Liana Carleial, diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur), exige uma profunda revisão institucional e das políticas vigentes, incorporando uma nova visão sobre desenvolvimento regional. "Nós estamos num momento muito importante para a instalação de um novo processo, de programas e políticas de redução das desigualdades regionais", afirma. "Não se pode mais acomodar com projetos que reforçem apenas a estrutura de renda local. A perspectiva é que, nas regiões mais deprimidas, haja investimentos que rompam com essa estrutura", diz. As políticas adotadas até hoje, segundo ela, reforçaram as desigualdades: a propriedade do capital investido na Zona Franca de Manaus e no Nordeste, por exemplo, continua em São Paulo. "A indústria é central no processo de desenvolvimento de qualquer país, sobretudo nos subdesenvolvidos. Isso não significa que tenha que estar localizada exclusivamente em São Paulo", critica. Uma nova política, na visão de Liana Carleial, deve desenvolver a cadeia produtiva no local, gerando empregos de qualidade e renda. Assim, será possível reduzir as desigualdades e combater a pobreza. Por exemplo, no Nordeste, é possível ampliar os efeitos positivos dos investimentos que estão sendo realizados em Ipojuca (PE), em torno da Refinaria Abreu Lima; já na região Norte, é possível também adensar as cadeias produtivas da eletro-eletrônica e do automotivo de duas rodas que existe em Manaus.

De acordo com o estudo *Pobreza, desigualdade e políticas públicas,* do **Ipea**, o Brasil poderá eliminar a miséria extrema até 2016. "Se em 2008 a taxa de pobreza absoluta era de 28,8%, em 2016 pode chegar a 4%.

"Se levarmos em conta que em 2009 não crescemos nada e geramos um milhão de empregos formais, com o crescimento vigoroso deste ano a geração deve chegar a um patamar bem significativo. Alguns falam em dois milhões de empregos. É possível que seja isso. Se for, vamos entrar num ciclo de geração de emprego formal como nunca tivemos antes"

Mário Theodoro, diretor do **Ipea**

"Precisamos da continuidade desse projeto de desenvolvimento no qual o Estado tem um papel claro de liderar o crescimento com desenvolvimento social. Depende agora da reprodução desse projeto nos próximos anos"

João Sicsú, diretor do **Ipea**

Da mesma forma, a pobreza extrema pode ser reduzida a 0%", afirma Marcio Pochmann, presidente do **Ipea**. Mas acabar definitivamente com a pobreza é tarefa que nem os países desenvolvidos conseguiram, ressalva. No estudo, o Instituto afirma que o Brasil tem agora a oportunidade histórica de erradicar a pobreza extrema e reduzir as desigualdades sociais. A projeção pressupõe a continuidade do mesmo ritmo de melhorias sociais dos últimos cinco anos, como preveem os diretores do **Ipea**.

A trajetória de desenvolvimento, para Sicsú, já estava traçada quando surgiram boas notícias, como a descoberta de petróleo na camada do pré-sal e a confirmação da realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no País. "O pré-sal é um bônus que o Brasil ganhou e que pode ajudar o País a dar um grande salto. Mas independente do pré-sal, a situação ímpar já estava caminhando para o desenvolvimento", afirma.

Embora a situação interna seja promissora, uma nova crise internacional pode

Divulgação

Brasil é polo de produção de automóveis por decisão das multinacionais

atrapalhar os planos do Brasil. No contexto internacional há ainda muitos desafios, alerta Márcio Wohlers. "Hoje temos mudanças em grandes paradigmas", explica. O primeiro deles é a ascensão da China à potência mundial e a competição de seus produtos, favorecidos pelo câmbio e condições precárias de trabalho. Em segundo lugar em a questão energética, seguida das questões ambientais e climáticas. "Três grandes rupturas já estavam se anunciando no início do século, a ruptura chinesa, a ruptura energética, a climática", afirma ele, lembrando que ainda há os desafios da regulação do sistema financeiro internacional. Mário Theodoro lembra que não houve qualquer reordenamento do sistema financeiro depois da crise: "Nada foi feito no sentido de modificar estruturalmente as regras do jogo, as regras do capital internacional. Significa que não temos nenhum sinal de que não possa acontecer novamente alguma crise, talvez não tão aprofundada como essa da *subprime*".

A União Europeia já vem enfrentando dificuldade com a crise na Grécia, Portugal e Espanha. Nos Estados Unidos, o governo gastou trilhões de dólares para socorrer bancos e empresas, a fundo perdido. O rombo vai aparecer nas contas do governo. "É uma bomba relógio", reconhece Mário Theodoro. Mas os Estados Unidos contam com duas vantagens: a disposição dos agentes econômicos de evitar a explosão da bomba e a máquina de imprimir dólar, a moeda internacional.

O cenário pós-crise coloca vários desafios. "Todos os países vão ter que enfrentar essas rupturas de acordo com seu nível de inserção internacional, de industrialização e de inserção geopolítica, e com seu desenvolvimento tecnológico e científico", ressalta.

No caso da energia, o Brasil tem uma matriz energética limpa, com 48% de energia renovável, lembra Liana Carleial. A Dirur, segundo ela, trabalha num projeto sobre a possibilidade de ampliar a matriz energética nas regiões Norte e Nordeste, com o uso de energia eólica, solar e das ondas do mar em complementação à energia elétrica. "Estamos correndo atrás desse modelo alternativo", afirma. A matriz energética, por ser limpa, não será restrição ao crescimento econômico. "Nosso problema é o desmatamento, e as metas estão sendo monitoradas. E existe um compromisso do Brasil de reduzir o desmatamento, é um compromisso voluntário porque o Brasil não é obrigado a tê-lo", comenta.

Márcio Wohlers explica que Estados Unidos e América Latina eram os principais compradores de produtos industrializados do Brasil. Na crise, os mercados compradores de produtos acabados encolheram e o Brasil compensou essa perda com aumento das exportações de *commodities*, especialmente para a China.

"O Brasil saiu bem da crise econômica, porque é fornecedor da China, e tem uma diversificação de *commodities* muito forte, é um seleiro mundial, tem uma diversificação agrícola muito forte e tem produtos que a China demanda fortemente, tipo minério de ferro e soja", pondera. A situação hoje, explica ele, é que as empresas voltadas para atender o mercado interno estão reagindo bem, mas as exportadoras ainda estão esperando para saber o que vai acontecer: a China está deslocando o fluxo de comércio da América Latina e a crise na Europa e nos Estados Unidos ainda não está superada.

"Até agora o Brasil teve possibilidade de ter política anticíclica e social muito firme, o mercado interno respondeu muito bem e as empresas que têm no mercado interno uma orientação de estratégia de vendas estão reagindo", afirma. O fato é que o cenário externo ainda é preocupante. "O Brasil está tentando uma estratégia de integração com cadeias produtivas da América Latina, mas muito devagar. O Mercosul ainda é uma situação desajustada, a Argentina não se pôs nos trilhos, seja política seja economicamente, a Venezuela está em situação ruim com a queda do preço do petróleo", relata.

A retração dos mercados tradicionais e o tipo de relação comercial com a china podem ter consequências negativas para o Brasil. "O risco do Brasil é se transformar numa economia meia-boca: não temos os melhores automóveis do mundo. Então, ficamos com bens duráveis de consumo que não acompanham uma ponta do desenvolvimento tecnológico", prevê Divonzir Gusso. Os automóveis produzidos no Brasil, exemplifica ele, usam componentes tecnológicos produzidos no leste europeu. Com a expansão da classe C, a indústria é estimulada a investir na produção de bens de consumo menos sofisticados. Assim, a indústria não tem qualquer estímulo para investir em tecnologia e inovação. "Na incerteza, as empresas cortam os projetos inovadores. Mesmo que tenha dinheiro para inovar, a empresa vai inovar para vender para quem?" ressalva Márcio Wohlers. Soma-se a isso que a situação é mais cômoda para a indústria: direciona sua linha de produção para produtos menos sofisticados, que têm mercado garantido, sem qualquer esforço de inovação. "O Brasil é hoje um polo de produção automobilística para América do Sul por decisão das multinacionais", destaca o diretor. "Talvez o mais seguro que se possa dizer em relação aos próximos anos é que o Brasil vai continuar, sim, a ser um grande fornecedor de alimentos para o mundo", afirma Divonzir Gusso.

Círculo virtuoso – A expectativa é que o mundo entre em um novo ciclo de crescimento. "Não vamos crescer sozinhos, mas nós cresceremos mais porque saímos na frente. A perspectiva é que o mundo também entre num movimento virtuoso e que o comércio internacional

"Tivemos um período muito virtuoso nos últimos cinco anos, com crescimento econômico acompanhado por taxa de inflação baixa, ampliação do investimento e das políticas sociais, combinando com ampliação do mercado interno"

Jorge Abrahão, diretor do **Ipea**

ganhe de novo vigor, robustez", comenta Mário Theodoro. Nessa nova corrida, os países que "conseguirem equacionar uma boa política industrial, uma boa política de C&T vão estar na frente". O Brasil tem uma experiência de sucesso na área aeronáutica, a Embraer, e domina o setor na América Latina. "Se conseguimos isso na indústria aeronáutica, podemos conseguir em outras áreas. Basta vontade política", afirma.

Para aproveitar essa nova fase, o País terá que adotar algumas medidas, adverte. "Uma das coisas importantes é uma política industrial, porque o que está acontecendo é que nosso crescimento está cada vez mais se dando a partir dos serviços e da produção agroindustrial, principalmente para exportação. Nossa pauta de exportação está perdendo dinâmica nas vendas de industrializados, e ganhando nas exportações de *commodities*, o que não agrega muito valor às exportações e não gera muito emprego. O que tem gerado emprego é a demanda interna", comenta. Ele sugere a adoção de uma política de financiamento de plantas industriais, com apropriação de ciência e tecnologia para melhorar a qualidade do crescimento econômico. "Nós temos vento em popa, mas precisamos direcionar o vento de forma a ganhar maior velocidade", diz. A política industrial, ressalta ele, tem que estar dentro de um projeto de desenvolvimento, em elaboração pelo ministro Samuel Pinheiro Guimarães, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). O Brasil precisa também ser mais seletivo com o capital externo, priorizando a entrada de investimentos de longo prazo. "Temos toda condição disso agora, demos mostra para o mundo que nossa economia é estruturada, nossos fundamentos econômicos estão bem embasados", afirma.

Divulgação

Embraer é exemplo de que Brasil pode dominar áreas de alta tecnologia

Reindustrialização necessária

O Brasil precisa adotar um novo modelo de desenvolvimento regional, com investimentos em cadeias produtivas que transformem a realidade local. "A questão regional no Brasil sempre foi vista como uma questão de vocação que se transforma em potencialidades. Esse modelo, do nosso ponto de vista, está esgotado, ele consolida uma divisão do trabalho interregional que favorece as regiões mais desenvolvidas", afirma Liana Carleial, lembrando que vários estudos demonstram que as políticas adotadas até hoje contribuíram para a concentração da riqueza. "A estrutura, tal como está, ela referenda, reforça, apoia a divisão interregional do trabalho que favorece o centro hegemônico em São Paulo", alerta. O novo modelo deve se basear num programa de reindustrialização do País, que vendeu, a partir de 1990, grande parte das empresas nacionais ao capital estrangeiro, no processo de internacionalização da economia.

"A decisão das multinacionais não está presa aos interesses da economia brasileira e sim aos de seus países de origem e de sua posição no mercado mundial", lembra. A nova política deve recuperar os elos da produção industrial, que foram destruídos com a globalização, e promover o desenvolvimento tecnológico. "Para nós, o importante é que se modifique as estruturas produtivas. Tem que ter estruturas produtivas nas regiões mais deprimidas como Norte e Nordeste diferentes das que temos", diz. "É preciso construir um programa de reindustrialização para o País, que privilegie as necessidades regionais, e criar mecanismos de estímulos para que as empresas instituam sede de projetos e desenvolvimento de produtos localmente/regionalmente, por mais simples que sejam esses projetos e esses produtos", acrescenta.

O Brasil vive atualmente "um importante ciclo de investimentos, como os do PAC mais os investimentos na área de petróleo e gás, papel e celulose, siderurgia, automotivo". Mas eles não podem se esgotar nessa primeira fase. Precisam ser completados com outras iniciativas que gerem oportunidades de ocupação e renda, no local, de forma a reduzir as desigualdades. "No caso do petróleo e gás, pode se pensar em complementação via fertilizantes, via metalmecânica, metalurgia", sugere.

> ***"A estrutura, tal como está, ela referenda, reforça, apoia a divisão interregional do trabalho que favorece o centro hegemônico em São Paulo (...) É preciso se tenha um programa de reindustrialização para o País, que privilegie as necessidades regionais, tem que exigir que as empresas instituam o desenvolvimento de produtos e sede de projetos localmente, por mais simples que eles sejam"***
>
> Liana Carleial

"Nossa expectativa é que esse ciclo de investimentos não se esgote em si mesmo, que leve às regiões novos investimentos. Mas isso só ocorrerá se tiver de fato uma política pública negociada que faça com que o Estado, com seus instrumentos de financiamento da produção, especialmente o BNDES, exija contrapartidas das firmas", prevê. No caso do pré-sal, Márcio Wohlers cita que a Petrobras vem estimulando empresas nacionais a desenvolver equipamentos e produtos para a exploração das novas reservas de petróleo.

Rompimento – Os novos investimentos têm que romper com a estrutura de renda local. "Isso significa que o Ceará não vai ser salvo pelo caju nem o Maranhão e o Piauí pelo babaçu. Tem que ter investimentos que tragam novos padrões tecnológicos para essa região", defende Liana Carleial. O Brasil deve usar a rede de escolas técnicas, os Ifet e Cefet, que cobrem praticamente todo o território nacional para identificar e desenvolver o potencial produtivo de cada localidade. Tais Instituições também poderão contribuir muito para deslanchar um conjunto de investimentos de maior conteúdo tecnológico, através de projetos que estão sendo incubados; ou ainda, constituir novos projetos com esse intuito. Neste caso, é fundamental maior aproximação entre firmas, escolas técnicas e universidades. "A universidade tem que ampliar ainda mais o seu papel, a sua maneira de enxergar a sua inserção na região, a sua perspectiva de lidar com os problemas regionais", recomenda. Isso exige o início de uma reformulação no sistema de avaliação das universidades: hoje elas são

Divulgação

Investimentos precisam ser complementados para mudar realidade local

avaliadas com base na produção acadêmica *strictu sensu*, mas a avaliação deveria privilegiar também a extensão voltada para resolver problemas locais, ligados à indústria, ao comércio e aos serviços.

"Temos necessidade também de ter uma política pública negociada e isso exige novas institucionalidades, como por exemplo, a criação de instrumentos institucionais que exijam a contrapartida das empresas. É quase um caminho sem volta, porque nós não temos alternativa. Não podemos deixar, pensando o País a longo prazo, as decisões de localização, de padrão tecnológico, de sede de projeto, desenvolvimento de produto, tudo na mão de empresas multinacionais que estão aqui localizadas. Nós precisamos tirar partido da estrutura produtiva que existe", argumenta.

A falta de política de desenvolvimento, segundo ela, desencadeou a guerra fiscal no passado recente: "Na ausência dessa política, os estados passaram a se digladiar para atrair investimento. Esse tipo de ação ou de antipolítica já mostrou seus efeitos negativos."

Cidades – A questão urbana é outro assunto que terá que entrar na agenda do País. "Talvez seja um dos maiores problemas que temos hoje", comenta Liana Carleial. A urbanização no Brasil ocorreu em função de processos migratórios e ocupação desordenada do solo. "Temos hoje mais de 80% da população morando em áreas urbanas, aproximadamente 45% morando em metrópoles", informa. É uma questão que envolve mobilidade urbana, saneamento, emprego, renda, estrutura produtiva, regularização do uso do solo urbano e também o meio ambiente.

"A questão ambiental também está presente nas metrópoles", afirma. Há hoje um consenso mundial sobre a necessidade de incorporação da sustentabilidade no processo de desenvolvimento, levando em conta as variáveis econômicas, políticas e sociais. "É uma questão que não dá mais para adiar", comenta. Isso significa que o Brasil terá que pensar o desenvolvimento levando em conta as possibilidades e limitações dos biomas, da biodiversidade. "A minha expectativa é que a questão ambiental seja de fato incorporada em todas as propostas", diz.

China, agressividade que assusta

A crise econômica colocou um novo protagonista no cenário mundial, a China. Com seu porte gigantesco e uma agressividade de romper padrões, a China causa apreensão: com sua ascensão, a economia internacional passa da unipolaridade para a bipolaridade: os Estados Unidos dividindo a liderança com a China. Mas o novo líder só quer importar bens primários e vender produtos industrializados; e concorre no mercado internacional com câmbio desvalorizado e desrespeito a princípios consagrados em outras nações. "A China é um grande parceiro do Brasil, mas é um parceiro que nos força a vender *commodities* e menos produtos que incorporem tecnologia. É bom parceiro até certo ponto. É um parceiro que não quer dividir nem negociar política industrial. É um problema", reconhece Mário Theodoro, diretor do **Ipea**. "A ruptura chinesa bota um bocado de risco. No curto prazo, inclusive", afirma Divonzir Arthur Gusso, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**.

Como grande consumidora de aço, petróleo e *commodities*, a China continua a ser uma oportunidade para o Brasil. Mas os chineses mantêm a moeda local, o *yuan*, desvalorizada. "Isto está significando que ela consegue botar um crescimento lá em cima às custas do resto do mundo", afirma o técnico. "A China faz uma política agressiva de desvalorização de sua moeda em relação ao pacote de moedas internacionais de forma que, além de ser uma potência industrial, ela também tem o *up grade* dado pela política de desvalorização", diz Mário Theodoro. "É uma rasteira que a China está passando nos países, principalmente em países como o Brasil", denuncia Gusso.

Com câmbio desvalorizado, fica difícil competir com os produtos chineses, e o risco de haver outro baque financeiro aumenta – uma queda brusca no crescimento chinês deixaria o Brasil e outros países em situação difícil. Além do câmbio, a China reduz custo de produção com desrespeito ao meio ambiente e aos direitos básicos dos trabalhadores. Embora tenha se desenvolvido tecnologicamente, "a vantagem competitiva deles não é uma vantagem tecnológica", afirma Gusso.

Com essas condições, comenta Gusso, a China atrai as grandes multinacionais, que levam seus centros de produção para o país, e passa a atrair boa parte do fluxo de capitais do mundo. "Argentina, Chile, Peru, que são parceiros brasileiros, estão comprando produto chinês que está muito mais barato. Enquanto o real está valorizado em relação ao dólar, o *yuan* está desvalorizado. Isso dá uma vantagem de competição enorme aos produtos chineses. Esta é uma das grandes chaves da economia mundial", comenta. É uma questão que preocupa também os Estados Unidos e a União Europeia. Assim que a Europa se recuperar, sua prioridade será o leste europeu, e não a compra de produtos brasileiros: "A gente perdeu muita receita de exportação e não vai recuperar. Perdemos na América Latina por causa da competição do produto chinês, e na Europa e Estados Unidos por causa da queda de demanda", afirma.

> ***"A China é um grande parceiro do Brasil, mas é um parceiro que nos força a vender commodities e menos produtos que incorporem tecnologia. É bom parceiro até certo ponto. É um parceiro que não quer dividir nem negociar política industrial. É um problema"***
>
> Mário Theodoro

A estratégia é agressiva, mas ao mesmo tempo impõe algumas amarras à China: o país está cada vez mais inserido no sistema econômico mundial e financia o déficit de outros países, principalmente dos Estados Unidos. "À China não interessaria nunca a quebra dos Estados Unidos, porque uma grande parte de suas reservas é dólar. Se em algum momento esse superávit se tornar insuportável do ponto de vista do contexto internacional, vai ter uma concertação, uma renegociação", aposta Mário Theodoro.

País recorre a artifícios na busca por matérias primas, mostra estudo

O *Boletim de Economia e Política Internacional*, lançado em janeiro pela Diretoria de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dicod) do **Ipea**, traz um estudo específico sobre a estratégia da China na relação com a África, que consiste basicamente na busca de recursos naturais sem qualquer contrapartida para a região. Na década de 1980, a China era o maior exportador de petróleo do leste asiático. Passou para terceiro maior importador. "A sede chinesa por recursos naturais não ficou restrita ao petróleo: entre 1990 e 2005, a participação combinada da China no consumo mundial de alumínio, cobre, níquel e minério de ferro saltou de 7% para mais de 20%", relata o artigo de André Gustavo Miranda Pineli Alves, técnico de planejamento e pesquisa da Dicod/**Ipea**.

Tudo devidamente integrado ao plano de desenvolvimento do país, ao qual se subordinam as relações internacionais. "Dada à necessidade crescente de matérias primas, as empresas chinesas, em sua maioria estatais, passaram a correr o mundo atrás de contratos de exploração e fornecimento com Estados produtores (...), lançando mão de artifícios diversos como a oferta de crédito de longo prazo, o cancelamento de dívidas, oferecimento de ajuda humanitária e investimentos em infraestrutura", relata o estudo. Em compensação, ressalta Pineli, o apoio dos países africanos tem livrado a China das tentativas do Ocidente de penalizar o país por desrespeito aos direitos humanos.

Aliás, a política externa chinesa nem considera questões como direitos humanos e outros valores universais. Baseado no princípio de não interferência nos assuntos internos de outros países, a China não deixa de fazer negócio com um país acusado de desrespeito aos direitos humanos ou de corrupção. Com isso, as empresas chinesas levam vantagem em mercados nos quais as empresas do ocidente são desestimuladas ou mesmo impedidas de atuar. Pineli Alves cita como exemplo o Sudão: por causa dos conflitos e de suspeita de contribuição com o terrorismo, os governos dos países ocidentais incentivaram sua empresas a sair do Sudão. "Com a saída de grupos ocidentais (...), o terreno ficou livre para a entrada das petrolíferas chinesas que, juntamente com as indianas e malaias, rapidamente ocuparam o espaço". Em 2005, a China já era o maior investidor no país africano.

Além de não considerar os valores ocidentais, a China investe por meio de empresas estatais, que não precisam ser lucrativas. Assim, elas podem ser mais agressivas e vencer os concorrentes, oferecendo financiamento de longo prazo em troca de garantia de fornecimento das matérias primas que a China precisa. Os investimentos chineses na África, na visão do autor, não contribuem para o desenvolvimento do continente: o trabalho é feito com mão de obra chinesa (remuneração baixa e alta carga de trabalho), os materiais são importados da China para garantir a demanda da cadeia produtiva, e os empréstimos são condicionados à contratação de empresas chinesas.

Boletim de Economia e Política Internacional
Ipea – 60 páginas

O estudo citado pode ser encontrado no sítio do **Ipea**
www.ipea.gov.br

ARTIGO

Pedro Humberto Bruno de Carvalho Júnior

Defasagens na cobrança de IPTU

Atualmente tem-se um grande debate na mídia acerca da atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do município de São Paulo. Para quem não sabe, a PGV é um projeto de lei de iniciativa do Executivo municipal em que consta o valor do metro quadrado (m^2) do terreno urbano de cada divisão fiscal do município, servindo de base para o cálculo do IPTU. Para se chegar ao valor de fato cobrado do imposto, além do valor do terreno urbano contido na PGV, soma-se o valor da parte edificada do imóvel, cujos critérios estão contidos em lei específica municipal, aplicam-se eventuais fatores de correção e chega-se ao valor venal. Após o cálculo do valor venal, pode haver ainda a concessão de descontos e em seguida aplica-se a alíquota. Essas alíquotas podem inclusive ser progressivas além de poder existir um limite de isenção.

Sabe-se que o IPTU é um tributo direto, real e visível não sendo vantajosa sua sonegação, já que isso impactaria no valor de mercado da própria propriedade. Por tributar o principal e mais concentrado ativo das famílias brasileiras – os imóveis urbanos – ocasiona distribuição de renda e conflitos distributivos. A intensa valorização dos terrenos urbanos nos últimos quatro anos foi ocasionada principalmente devido ao crescimento econômico, à explosão do crédito habitacional, à baixa tributação e aos menores riscos se comparados ao investimento em ativos financeiros. Com relação ao Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), um outro imposto direto como o IPTU, estudo recente do **Ipea**, aponta uma baixa alíquota efetiva do IRPF se comparado com outros países e um índice de evasão de 80% entre a classe de empregadores e trabalhadores por conta própria. Obviamente o IPTU pode contribuir efetivamente com a função distributiva, tributando àquele segmento da sociedade que consegue sonegar a renda.

Notícias do mercado imobiliário em 2009 mostram que o valor do m^2 de várias áreas de Brasília aumentaram em mais de 100% nos últimos quatro anos. Porém o governo distrital, na última aprovação da PGV no final de 2007, estabeleceu como limite de aumento do imposto, um teto de 16,58% em relação aos valores venais praticados em 2005. Além da alta defasagem intensificada pelos limites de aumento dos valores venais, a alíquota do IPTU residencial de Brasília é baixíssima: 0,3% - a menor entre todas as grandes cidades brasileiras.

Na cidade de São Paulo a situação é diferente: por muitos anos a PGV paulistana esteve defasada, não refletindo a dinâmica da cidade, devido aos critérios de apuração de valor venal, fatores de correção e aplicação de descontos inseridos na lei. Com valores venais muito baixos, para não comprometer a arrecadação, para compensar foram introduzidas cinco alíquotas altas e progressivas do IPTU com valores entre 0,8% a 1,6%, e um amplo limite de isenção. Na prática, o alto limite de isenção aliado à defasagem no valor venal dos imóveis isentaram artificialmente quase um terço dos imóveis da cidade e a maior parte dos imóveis não isentos ficaram sujeitos apenas às duas menores alíquotas. No bojo desses problemas, em 2009, houve a aprovação na Câmara de Vereadores de São Paulo de uma nova PGV e como essa estrutura de altas alíquotas foi mantida com a reforma, para não elevar abruptamente a carga tributária, houve estabelecimento de um limite de aumento de valor venal de apenas 30% para residências e 45% para o comércio. Tal fato obviamente aumentou a iniqüidade entre as áreas que sofreram intensa valorização e as que se desvalorizaram no período. Na realidade o ideal seria que o valor venal refletisse exatamente o valor de mercado dos imóveis e que as prefeituras pudessem calibrar a carga tributária e a equidade com as alíquotas. Os vereadores e a prefeitura já estudam elevar os investimentos urbanos nas áreas onde houve um maior aumento tributário para reduzir a antipatia da medida.

No Rio de Janeiro a situação atual é parecida com São Paulo antes da reforma, a cidade possui alíquota única de 1,2% para residências, valores venais muito defasados (sobretudo para imóveis antigos, mesmo que localizados em áreas nobres), concessão de desconto de 40% no valor venal para a maior parte dos imóveis e amplas isenções. A PGV carioca não é atualizada desde 1997 mesmo com a cidade apresentando regiões de altíssima valorização imobiliária, alta desigualdade espacial e grande demanda por investimentos urbanos. Para se ter uma idéia dos descontos praticados, Rio de Janeiro e São Paulo oferecem descontos de 50% e 80% respectivamente no valor da parte edificada de residências com mais de 60 anos de construção.

O Iptu tem virtudes que vão muito além do campo fiscal. Sabe-se que é um imposto cidadão e um instrumento do contribuinte pleitear suas demandas como contrapartida ao seu pagamento. Isentar amplamente uma boa parte da população ou conceder descontos pode fazê-la sentir que ela não é legítima para reivindicar suas demandas, fazendo com que o investimento público seja encarado como um presente político para o eleitorado. Além disso, com uma PGV atualizada a valores de mercados, há maiores sinergias e menor possibilidade de fraude no Imposto de Renda, no Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e no Imposto Estadual sobre Heranças.

Pedro Humberto Bruno de Carvalho Júnior é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

ARTIGO

Claudio Oliveira da Silva

Uso racional do automóvel

É comum encontrar defensores da melhoria do transporte público como solução única para os problemas da mobilidade urbana. Vale lembrar que ele é apenas um dos ingredientes e que diversas cidades ao redor do mundo com bons sistemas de transporte público também tem problemas da natureza da mobilidade.

Curitiba é exemplo brasileiro de cidade com boa solução de transporte público que alia rapidez, facilidade de acesso e conforto aos usuários. Apesar disso, o município tem uma relação de 0,48 automóvel por habitante, segunda maior do País, que certamente condiciona a seu uso e contribui para o inchaço do sistema viário. De Bogotá, Colômbia, o sistema de ônibus, *TransMilênio*, é considerado ao redor do mundo como boa solução em transportes urbanos. No entanto, os resultados positivos desse exemplo não seriam possíveis se medidas de estímulo à cultura cidadã, implantação de *ciclorutas* e restrição ao uso do automóvel não tivessem sido implementadas ao mesmo tempo.

Londres e Paris têm no metrô um serviço de alta acessibilidade e, ainda assim, são exemplos de cidades *erodidas pelos automóveis*. Em Paris, estudo da União Internacional de Transportes Públicos, de 2003, estimou uma perda anual de 600 milhões de horas em congestionamentos. Ambas implementaram medidas integradas de mobilidade não restritas ao transporte público. Em Londres o *Congestion Charging* promoveu a redução dos níveis de congestionamento em 30% e em Paris o *Vélib* disponibiliza bicicletas em pontos que distam menos de 300 metros um do outro.

No Brasil está sendo implementada a Política Nacional de Mobilidade Urbana que tem como princípio de efetivação o estímulo ao uso racional do automóvel. O foco é priorizar os espaços de circulação para as pessoas e os meios de transporte coletivo. Não por acaso, a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade adere, desde 2004, ao *Dia Mundial sem Carro* que acontece nos dias 22 de setembro em diversas partes do mundo com objetivo de repensar o uso do espaço público e novas formas de deslocamento e de organização das cidades.

Apesar das mobilizações do *Dia Mundial sem Carro,* parece que os resultados não são ainda motivo de comemoração. No Rio de Janeiro, enquete feita pelo jornal *O Globo* concluiu que 67.6% das pessoas entrevistadas não pretendiam deixar o carro em casa no dia 22 de setembro, objetivo primeiro da mobilização mundial. Em 2009, 26 cidades aderiram ao movimento e promoveram os mais diversos tipos de atividades e manifestações que marcaram a nona participação consecutiva brasileira. Mas, apesar da grande e não tão recente mobilização, a tendência é aumentar o número de automóveis em circulação.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA - mostrou que a produção de automóveis montados no Brasil cresceu 3,3% e o licenciamento de automóveis novos cresceu 12,8%, sendo que o licenciamento total de autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) foi o maior da história: 11,4% maior que 2008. Ainda, segundo a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE - a venda de automóveis no varejo cresceu 10,32% entre 2008 e 2009 (valores acumulados até novembro de cada ano).

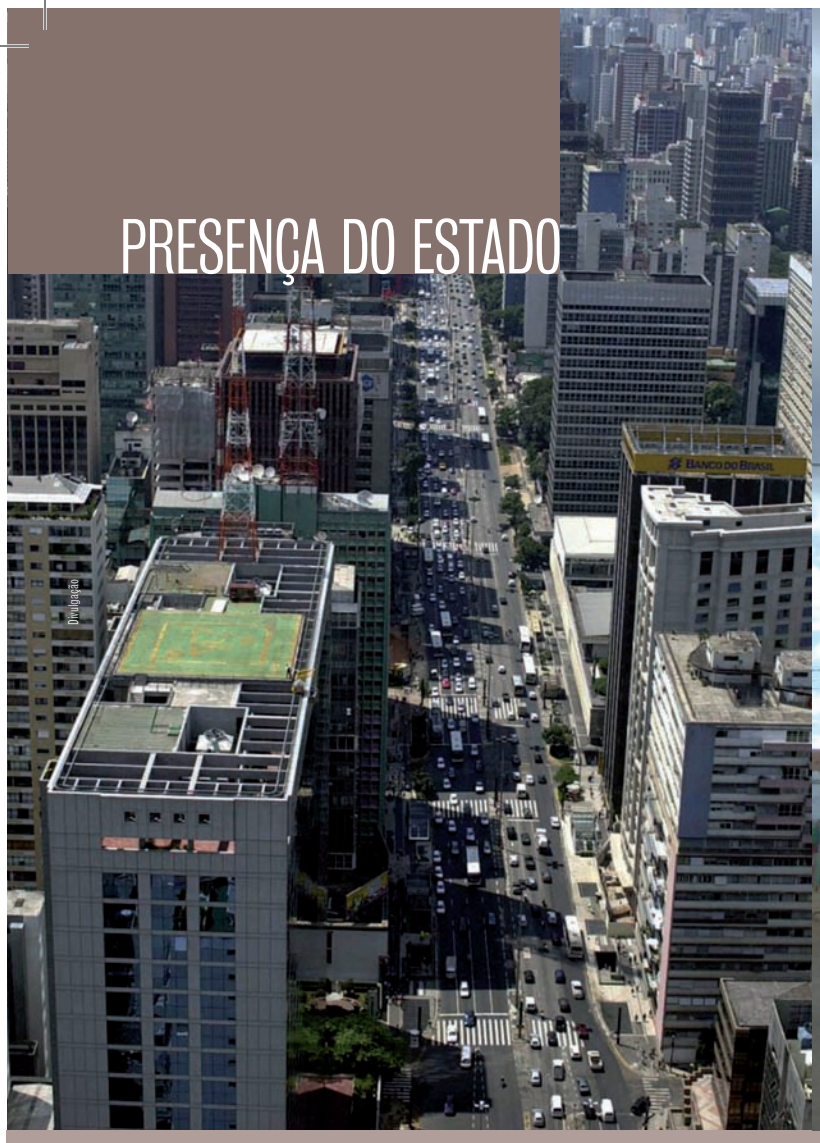
Há quem diga que o futuro do automóvel nas cidades será "sustentável" devido à superação da emissão de poluentes. De fato, a tecnologia dos híbridos é muito difundida no Brasil e promove a utilização do etanol que é menos poluente que a gasolina. Ao redor do mundo surge com mais ênfase a utilização dos elétricos. Protótipos há aos montes, desde aqueles movidos a hidrogênio aos movidos a ar. Ainda, novos modelos são apresentados com *designs* de tamanho reduzido que, teoricamente, resultariam em menor ocupação de espaço no sistema viário.

Ficam duas perguntas para reflexão: será que os maiores problemas relacionados ao uso do automóvel são a emissão de poluentes e ocupação do viário? E o que dizer da desumanização das relações nas ruas de nossas cidades?

Pode haver outro aspecto negativo associado ao uso do automóvel. O desenvolvimento de tecnologias mais limpas e modelos de menores tamanhos não reverterão o processo de ocupação da rua com finalidade única de passagem e os adeptos do automóvel continuarão circulando sozinhos sem interagir com aqueles do lado de fora e com a própria cidade.

Tudo indica que o problema da mobilidade urbana é mais complexo e que a solução não está, isoladamente, na melhoria do transporte público. É preciso sim estimulá-la em conjunto com ações de integração com os meios não motorizados e combate à *erosão das cidades pelo automóvel*. Fundamentalmente é preciso uma nova estruturação urbana e novos comportamentos por parte de cada um de nós. Num futuro próximo, caso venha a melhoria do transporte público, o exercício da circulação pode ser uma questão de escolha. De nada adiantará se não fizermos desde já o uso racional do automóvel.

Claudio Oliveira da Silva é mestre em arquitetura e urbanismo e arquiteto do Ministério das Cidades



Avenida Paulista, São Paulo, concentra grande número de bancos... em outros municípios, como Paranatinga (MT), faltam serviços básicos

O raio-x da desigualdade

Estudo do **Ipea** analisa a presença e a ausência do Estado nos 5.564 municípios brasileiros e lança luz para a melhor formulação de políticas públicas

Taísa Ferreira – de Brasília

Enormes desigualdades e carência profunda de bens e serviços públicos. Esse é o diagnóstico básico do exame mais completo feito até hoje num paciente ilustre: o Brasil. No estudo *Presença do Estado no Brasil: a Federação, suas Unidades e as Municipalidades*, os pesquisadores do **Ipea** reuniram e sistematizaram informações dispersas em vários ministérios, autarquias, institutos e entidades de pesquisa sobre aparelhos, serviços e funcionários públicos de todos os 5.564 municípios brasileiros. Uma contribuição valiosa para subsidiar a formulação de políticas públicas capazes de reduzir o profundo fosso social e econômico que ainda existe entre as várias regiões do País.

O documento abrange nove temas: previdência social, assistência social, saúde, educação, trabalho, bancos públicos, infraestrutura, segurança pública e cultura. Um dos dados que chamam atenção é que o serviço público responde por um em cada cinco empregos formais no Brasil (21%). De modo geral, fica comprovado que o Sudeste é, sim, a região melhor atendida pelo Estado e o Nordeste uma das mais desfavorecidas. Vale ressaltar, no entanto, que todas as regiões são muito carentes, especialmente na área de cultura, na oferta de agências da Previdência, creches e bancos públicos.

Cultura – "São 2.943 cidades sem nenhum teatro, museu ou qualquer outro local público formal de prática cultural. Isso dá mais de 50% do território nacional, quase 85 milhões de habitantes sem acesso direto a equipamentos culturais gratuitos. É um dado que preocupa muito, que merece mais atenção das autoridades. A vida de um município começa pela cultura", alerta o organizador da pesquisa, Milko Matijascic, chefe da assessoria técnica da Presidência do **Ipea**. O estudo, que contou com a apoio dos coordenadores de áreas do Instituto, também revela que o Nordeste lidera a precariedade na área de cultura (estão na região 37,5% dos municípios não atendidos pelo Estado); e que 1.560 cidades não contam com qualquer patrocínio público para serviços de cultura.

O Ministério da Cultura (Minc) assina embaixo. "O papel do Estado é criar bases para que a produção e o consumo cultural aconteçam. E para isso tem que induzir o processo de construção de bibliotecas, museus e casas de cultura. Não dá para passar toda essa carga para a sociedade", pondera a coordenadora de Economia e Estudos Culturais do Ministério, Juliana Nolasco.

O problema, segundo a coordenadora, é a baixa institucionalização do setor e o orçamento apertado do Minc – hoje o governo federal investe entre 0,7% e 0,8% do Orçamento da União na área cultural.

O apoio a iniciativas da sociedade civil, através dos chamados "pontos de cultura", não consegue suprir a lacuna dos espaços públicos. Por isso mesmo, o Ministério aposta todas as fichas na aprovação de três importantes propostas que tramitam no Congresso Nacional: o Plano Nacional de Cultura (PNC), a mudança da Lei Rouanet e a proposta de emenda constitucional (PEC) 150/2003.

O PNC define diretrizes para o setor na próxima década e parte do princípio de que o Estado tem o dever de fomentar o pluralismo e promover a equidade e universalização de acesso à produção e consumo de bens e serviços culturais. A PEC 15/2003 turbina os recursos para o setor, determinando que 2% do orçamento federal, 1,5% dos estaduais e 1% dos municipais sejam aplicados diretamente em cultura. Já o projeto que muda a Lei Rouanet – o principal instrumento de investimento em cultura, hoje em dia – tem por objetivo a diversificação das fontes de financiamento e a democratização do acesso ao incentivo fiscal. O próprio ministro Juca Ferreira já declarou que, em 20 anos, a Lei Rouanet nunca produziu bons resultados, pois o dinheiro é muito concentrado no Rio de Janeiro e São Paulo – mesmo nessas duas cidades, 3% dos proponentes ficam com mais da metade dos recursos liberados.

O Minc também investe na aprovação do Vale Cultura, um benefício de R$ 50 mensais para trabalhadores de baixa renda usarem na aquisição de ingressos de cinema, teatro, museus, shows, livros, CD e DVD. "O mais importante é que a cultura passe a ser vista como vetor essencial para um novo projeto de desenvolvimento do País. Um dado positivo da pesquisa do **Ipea** é a inserção da cultura como fundamental para a qualidade de vida do brasileiro", conclui Juliana Nolasco.

"Poucas creches e pré-escolas acabam estimulando, ao fim e ao cabo, o trabalho infantil, já que crianças de sete, oito anos precisam fazer o serviço doméstico e cuidar dos irmãos menores para que as mães possam trabalhar"

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, do MEC

Educação – A carência de creches é outro dado assustador, na opinião dos pesquisadores do **Ipea**. Ronnie Aldrin Silva, geógrafo e bolsista do **Ipea** que colaborou na sistematização dos dados, enfatiza: "São só 11 municípios sem creches públicas, mas a relação entre o número de habitantes e o número de creches é absolutamente insuficiente." Ele dá como exemplo duas cidades de Minas Gerais. Santa Luzia tem apenas uma creche pública para 227 mil habitantes; Betim, quatro creches para 500 mil habitantes. "Se não tem creche, as mães, em especial as mães solteiras, não podem trabalhar e a família está condenada à miséria", completa Milko Matijascic.

No Ministério da Educação, a secretária do Ensino Básico, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, vai ainda mais longe: "Poucas creches e pré-escolas acabam estimulando, ao fim e ao cabo, o trabalho infantil, já que crianças de sete, oito anos precisam fazer o serviço doméstico e cuidar dos irmãos menores para que as mães possam trabalhar". Maria do Pilar observa que a pré-escola consegue atender 75% das crianças brasileiras de quatro a cinco anos, mas que apenas 20% das crianças até três anos são atendidas por creches. O objetivo é ampliar essa cobertura para 50% até 2016.

Luis Ávila

Mostra Brasil Candango leva cinema a cidades onde não há sala de exibição, como a Estrutural, cidade satélite de Brasília

Como? "O Fundeb já remunera a matrícula nas creches. Mas não remunera a construção, que muitas vezes é inviável para municípios mais pobres. Para bancar essa construção, o Ministério da Educação criou o Programa Pró-Infância, que já tem 1.080 convênios assinados e em breve terá mais 700." O esforço também é pela qualificação da oferta de educação infantil. "O objetivo não é ter um lugar para guardar crianças, mas sim um espaço de letramento, um espaço para ouvir e contar histórias, entre outras atividades", alerta a secretária.

Outra preocupação, na área de educação, é o ensino médio. O estudo do **Ipea** revela que 46 municípios não contam com escola pública de nível médio – a única região totalmente coberta é a Centro-Oeste. Mas o maior problema não é a oferta de vagas e sim o conteúdo. "O modelo curricular do ensino médio se tornou completamente anacrônico. A escola do ensino médio tem hoje a mesma concepção da escola dos anos 60, a escola está numa época e os jovens em outra", lamenta Maria do Pilar.

A explicação, para a secretária, é simples. Nos últimos 15 anos, a preocupação central do governo teria sido exclusivamente com a ampliação do ensino fundamental. "Isso fez com que as duas pontas do ensino básico, ou seja, o ensino médio e a educação infantil, tenham sido descuidadas", acrescenta. De qualquer forma, ela festeja a universalização do ensino fundamental, um dos indicadores mais positivos do estudo do **Ipea**: "É um dos maiores esforços feitos num país em tão pouco tempo. Como as pesquisas mostram que dificilmente os filhos têm escolaridade maior que a dos pais, isso garante que daremos um salto em termos de educação na próxima geração." Milko também ressalta que a universalização do ensino fundamental "é uma importante conquista".

O ensino superior é o que possui menor abrangência. Os pesquisadores do **Ipea** apontam a presença de apenas 249 instituições públicas de ensino superior no Brasil – concentradas em não mais que 157 municípios e 45% delas na Região Sudeste. O *Censo Escolar Educação Superior 2008*, divulgado mais tarde pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), revela que essa oferta caiu para 236 instituições, hoje distribuídas em 235 municípios.

Números ainda bastante tímidos para um país de dimensões continentais como o Brasil, reconhece a secretária de Ensino Superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci. Ela aposta no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que vai investir um total de R$ 3,5 bilhões até 2012 na interiorização do ensino público superior no Brasil.

Saúde – A saúde é outra área que aponta dados positivos e negativos. Considerado como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo e abrangendo desde simples atendimento ambulatorial até transplante de órgãos, o Sistema Único de Saúde (SUS) garante acesso integral, universal e gratuito para toda a população. O Sudeste concentra o maior número de atendimentos ambulatoriais, mas apenas dois dos 5.564 municípios brasileiros não possuem estabelecimentos ambulatoriais relacionados ao SUS: Paraíso (SP) e Mimoso de Goiás (GO).

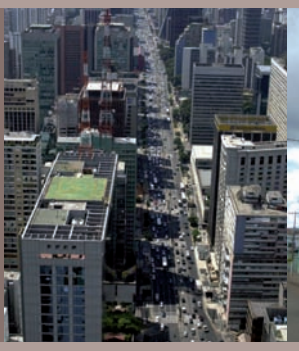
O quadro já não é tão positivo quando se trata da presença de estabelecimentos de diagnose e terapia (ausentes em 938 municípios), de internação (ausentes em 1.875 municípios) e de urgência (ausentes em 1.867 municípios). Em 428 cidades não há médicos que atendam pelo SUS e 2.780 não contam com estabelecimentos de vigilância epidemiológica e sanitária.

Quanto a esse último dado, o Ministério da Saúde tem o cuidado de esclarecer que todos os 5.564 municípios brasileiros são cobertos por serviços de vigilância em saúde e que, para isso, não é necessário ter um "estabelecimento fixo". Para receber recursos do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, que são transferidos do Fundo Nacional de Saúde diretamente para o Fundo Municipal de Saúde, os municípios precisam cumprir uma série de exigências, entre elas a comprovação de estrutura e equipe compatíveis para realizar ações de vigilância em saúde .

"Outro exemplo de atuação da vigilância é o Sinan, o Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória. É para este sistema que os estados e municípios informam a ocorrência de casos das 41 doenças que obrigatoriamente têm de ser informadas ao Ministério, como botulismo, cólera, febre amarela e meningite", informa a assessoria de imprensa do Ministério.

"São 2.943 cidades sem nenhum teatro, museu ou qualquer outro local público formal de prática cultural. Isso dá mais de 50% do território nacional, quase 85 milhões de habitantes sem acesso direto a equipamentos culturais gratuitos. É um dado que preocupa muito, que merece mais atenção das autoridades. A vida de um município começa pela cultura"

Milko Matijascic, do Ipea



Previdência e assistência social – Outra área que merece atenção especial, de acordo com o estudo do **Ipea**, é a Previdência Social. São 1.209 agências distribuídas em 950 municípios. "Um número pífio, que mostra não apenas a precariedade da Previdência, mas a necessidade de trabalharmos de outra forma em política social, de uma forma mais racional", avalia Milko Matijascic. Ele acredita que, a exemplo da África do Sul, os próprios municípios deveriam se responsabilizar pela identificação e encaminhamento das demandas dos cidadãos. "Quem melhor que a prefeitura para conhecer o que se passa no município? É claro que é impossível montar uma agência da Previdência em cada cidade." O ideal, segundo ele, é que o município defina suas carências e estabeleça a política de atendimento aos cidadãos e a encaminhe aos estados e à União, que se encarregaria da supervisão e do repasse de recursos. "Isso evitaria a multiplicação de agências e sobreposição de indevida de benefícios", destaca.

O Ministério da Previdência Social dá a resposta em números. Até o final de 2010, o Plano de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social prevê a construção de 720 novas agências, o que vai beneficiar cerca de 30,8 milhões de pessoas em municípios com mais de 20 mil habitantes que não possuem unidades fixas do INSS. Além do Plano de Expansão, enfatiza o Ministério, a rede de atendimento da Previdência Social está passando por um amplo processo de recuperação e modernização.

O próprio ministro José Pimentel argumenta: "Nós queremos a Previdência Social cada vez mais próxima das famílias, evitando deslocamentos de até 700 quilômetros de uma cidade a outra. É por isso que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes terão uma agência do INSS."

Se é o Sudeste, que concentra o maior número de agências da Previdência e lidera o *ranking* dos benefícios previdenciários urbanos – até porque é a região que possui o maior número de municípios –, e se o Sul é considerado privilegiado em serviços públicos de saúde e educação, são os moradores do Nordeste que recebem praticamente metade dos benefícios rurais de Previdência Rural pagos no País. Também é o Nordeste que mais recebe benefícios do programa de assistência social Bolsa Família. Em 2008, 5,445 milhões de famílias nordestinas receberam um total de R$ 5,6 bilhões em recursos do governo. O montante representa mais da metade do total, que chegou a R$ 10,6 bilhões.

"O estudo confirma o senso comum. O Nordeste tem a população mais pobre do País e tem carências profundas em todas as áreas, embora seja possível perceber que todas as regiões do País apresentam sérias deficiências na cobertura de bens e serviços públicos", avalia o pesquisador Ronnie Silva. O economista Alexandre Guerra, consultor do **Ipea** que também colaborou na pesquisa, completa: "A presença do Estado segue a lógica inversa da pobreza. Os municípios pobres acabam sendo ainda mais prejudicados pela falta de serviços públicos."

Alexandre Guerra usa como exemplo o próprio Bolsa Família: "Os bancos públicos não estão nas localidades onde tem mais pobreza e onde está a maioria dos beneficiados pela transferência de renda. Para receber o benefício, a pessoa precisa se deslocar para um bairro ou até mesmo um município maior, onde existe uma agência bancária. É lá que acaba gastando boa parte do dinheiro, que deveria servir como uma alavanca para o desenvolvimento econômico local."

Victor Soares

José Pimentel, ministro da Previdência, entrega mais um barco para atender população ribeirinha no Amazonas

"Nós queremos a Previdência Social cada vez mais próxima das famílias, evitando deslocamentos de até 700 quilômetros de uma cidade a outra. É por isso que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes terão uma agência do INSS"

José Pimentel, ministro da Previdência Social

Bancos, estradas e trabalho – Nada mais nada menos que 2.968 municípios brasileiros não possuem nem sequer uma agência de banco público federal, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste. A maioria das 6.663 agências dos bancos públicos federais está concentrada na região Sudeste, especialmente em São Paulo, que tem 1.375 agências. A região Sul é a segunda beneficiada, com 1.530 agências. Embora as instituições mantenham uma ampla rede de correspondentes bancários, por meio de casas lotéricas e agências dos correios, Milko Matijascic afirma que os correspondentes não suprem a ausência dos bancos: "O correspondente não é um especialista em assuntos financeiros e não pode orientar ou mesmo encaminhar o potencial usuário para ter acesso a crédito e para fazer aplicações financeiras que sejam adequadas ao seu perfil social, econômico e familiar."

Outros dados do estudo do **Ipea**: 1.733 municípios não contam com Centros de Referência da Assistência Social; em 2006, a extensão da malha ferroviária era de 28,2 mil quilômetros e o País tinha 310 mil terminais de cargas em funcionamento; as rodovias brasileiras estão muito aquém das necessidades do País. Em 2008, havia pouco mais de 196 mil quilômetros de estradas federais, estaduais ou municipais pavimentadas e mais de 1,4 milhão de quilômetros de estrada sem asfalto.

Na área de trabalho, o destaque do estudo vai para a proporção entre emprego público e ocupações formais – 21%, na média, o que representa cerca de 10 milhões de pessoas empregadas na administração pública direta e indireta. O Poder Executivo reúne cerca de 79% do total de empregados do setor público do País; o Legislativo, 1,7%; e o Judiciário, cerca de 2,7%. Na administração indireta, estão cerca de 8% dos empregados do setor público de todo o País e nas empresas estatais, 8,4%. Na esfera municipal estão cerca de 50% dos servidores públicos e na federal, 15%.

"Se olharmos os países europeus, por exemplo, veremos que o número de funcionários públicos no Brasil está longe de ser exagerado. Na Suécia mais de 50% dos trabalhadores estão no serviço público. O ideal seria realmente um número grande de funcionários para bem atender a população. A grande questão é avaliar a eficiência dos serviços prestados e se esses servidores estão bem distribuídos por setor e por região", analisa Ronnie Aldrin Silva.

"O Estado tinha de estar presente onde na verdade ele não está", acrescenta Alexandre Guerra. Assim como os outros técnicos que colaboraram na pesquisa do **Ipea**, o economista parte do princípio de que a presença do Estado é fundamental, seja como agente regulador, que define regras do jogo, seja como aquele que proporciona condições necessárias para o funcionamento do mercado e, portanto, para o desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, o estudo *A Presença do Estado no Brasil: a Federação, suas Unidades e as Municipalidades* é apontado por Milko Matijascic como "um retrato rigoroso do Brasil", que pode contribuir bastante para a elaboração dos planos de ação dos governos. Até junho, será concluída a segunda etapa da pesquisa, com uma avaliação qualitativa sobre o tipo de atendimento prestado pelo Estado.

Um novo modelo de desenvolvimento regional

Qual é o maior desafio no Brasil? As desigualdades sociais ou as regionais? "São duas dimensões distintas da assimetria que vivemos no País. Mas somos mais facilmente motivados a tratar, no setor público, as desigualdades de renda do que as regionais", reconhece o subsecretário de Ações Estratégicas da Presidência da República, Ariel Cecílio Garces Pares. "Temos que aproveitar essa pesquisa do **Ipea** para analisar a fundo as assimetrias que existem hoje entre as diversas regiões e traçar um planejamento público capaz de dotar os territórios mais carentes de ativos que possam atrair capital produtivo", afirma Ariel Pares.

O bom resultado conquistado com a política de benefícios sociais e transferência de renda está longe, segundo o subsecretário, de ser acompanhado por uma política efetiva de desenvolvimento regional. "O problema é que continuamos a tratar a política de desenvolvimento regional como fizemos no passado, com incentivos fiscais e alguns projetos estruturantes, que, embora importantes, são insuficientes", pondera.

Ariel Pares chama atenção para o fato de que não basta atrair uma ou ou-

Um retrato das desigualdades

Com a publicação de *Presença do Estado no Brasil: federação, suas unidades e municipalidades*, o **Ipea** coloca à vista de todos a incômoda realidade de abandono de algumas regiões, da ineficiência do aparelho do Estado na prestação de serviços aos cidadãos e de proporcionar a todos condições igualitárias de desenvolvimento e de acesso aos benefícios sociais consolidados nas regiões mais ricas. Esse abandono faz parte da história brasileira, como resultado de políticas direcionadas a beneficiar determinadas localidades, em detrimento das regiões mais pobres, condenada à eterna miséria.

Essas disparidades regionais e intrarregionais ficam agora transparentes, cristalinas, numa completa radiografia das desigualdades reveladas nos indicadores mais relevantes de cada região, de cada estado e de cada município. Os técnicos do **Ipea** avaliaram a presença (ou ausência do Estado) nas seguintes áreas: previdência social, assistência social, saúde, educação, trabalho, bancos públicos, infraestrutura, segurança pública e cultura. O resultado não deixa dúvida: o Estado está mais presente nas regiões mais ricas como a perpetuar o quadro de desigualdade existente no País.

O primeiro quadro apresenta indicadores básicos, como PIB e emprego, por regiões e estados, em números de 2006. São dados já conhecidos, mas que valem a pena lembrar: o Sudeste detém mais da metade do PIB brasileiro e dos postos de trabalho. Para uma população de 80,1 milhões, a região apresenta um PIB de R$ 1,3 trilhão. O Nordeste, com 53 milhões de habitantes, detém um PIB de R$ 311 bilhões. São as regiões mais pobres as menos assistidas pelo poder público: das 1.209 agências da Previdência Social, 452 estão no Sudeste, 330 no Nordeste, e 216 no Sul. A região Norte dispõe de apenas 94 agências e o Centro-Oeste, de 117. Os indicadores mostram o mesmo grau de concentração nos outros itens pesquisados, inclusive nas agências dos bancos públicos, fundamentais para a promoção do desenvolvimento das regiões mais carentes.

Em contraposição às ideias neoliberais, o livro destaca a importância da intervenção do Estado para se alcançar o desenvolvimento mais equânime e se constitui em peça imprescindível para os governos e todos aqueles encarregados de formular políticas públicas.

Presença do Estado no Brasil: federação, suas unidades e municipalidades
Ipea - 118 páginas
Milko Matijascic - organizador

tra indústria de peso para uma região mais carente: "Para que se estabeleça um ciclo de desenvolvimento sustentável, é preciso um conjunto mais complexo de serviços. Não adianta ter uma indústria se não tiver estrutura em volta, universidade, mão de obra, infraestrutura, fornecedores..."

Se é responsabilidade do governo federal dotar as regiões mais carentes de condições mínimas de saúde, educação, saneamento e infraestrutura – analisa Ariel Pares – , é obrigação dos municípios ter capacidade gerencial para construir seu próprio desenvolvimento econômico. "Só que os municípios mais pobres não têm gestores qualificados para formular projetos locais de desenvolvimento", pondera o subsecretário. Conclusão: uma política efetiva de desenvolvimento regional passa, necessariamente, não apenas por um planejamento territorial rigoroso, como também pela qualificação do setor público municipal.

Ariel Pares acrescenta ainda a necessidade de formulação de arranjos federativos em investimentos produtivos e infraestrutura. Arranjos que permitam, segundo ele, um diálogo eficiente entre os vários entes da federação, para alocação de recursos, "algo que, mal ou bem, já apresenta avanços no caso da educação, com o Fundeb, e da saúde, com o SUS", exemplifica.

O estudo citado pode ser encontrado no sítio do **Ipea**
www.ipea.gov.br

A interiorização do ensino superior

O ensino técnico e superior começa a chegar às regiões mais distantes do País, facilitando o acesso à universidade a um contingente cada vez maior de jovens brasileiros que vivem longe das capitais

Taísa Ferreira – de Brasília
(colaborou Gilson Luiz Euzébio)

As primeiras escolas de ensino superior chegaram ao Brasil junto com a família real portuguesa, em 1808. Até o final do século XIX, eram privilégio da elite dominante: não havia mais que 10 mil estudantes em 24 escolas. Foi a partir da Constituição republicana de 1891 que a iniciativa privada entrou em cena e multiplicou a oferta de vagas, a partir de São Paulo – em três décadas, o número de instituições de ensino superior pulou para 133. O processo de interiorização começou nos anos 1950, de forma tímida, e só ganhou maior fôlego na década de 1990, quando o número de universitários brasileiros alcançou a casa de 1,5 milhão. De lá para cá, chegamos, de acordo com o *Censo Escolar da Educação Superior de 2008*, a 5,8 milhões de estudantes em 2.252 estabelecimentos de graduação espalhados por todo o País.

Quase metade dessas instituições – 1.069 – está ainda concentrada na região mais rica, o Sudeste. Mas aos poucos, o acesso ao ensino superior vai deixando de ser um sonho para fazer parte do projeto de vida de um número cada vez mais expressivo de jovens brasileiros, que vivem em pequenos municípios da região amazônica e do semi-árido, por exemplo. Esse novo cenário é resultado da política de interiorização do ensino superior que vem sendo desenvolvida nos últimos anos pelo governo federal. O Ministério da Educação (MEC) planeja investir até 2012 R$ 3,5 bilhões na interiorização do ensino superior no Brasil. Ao mesmo tempo, o MEC também vem implantando novas escolas técnicas em municípios do interior.

"A interiorização é importante porque amplia as possibilidades de emprego público de boa qualidade e as possibilidades econômicas locais", afirma Jorge Abrahão, diretor de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do **Ipea**, ressaltando também a importância de levar as escolas técnicas a regiões mais remotas. "As escolas técnicas podem mudar a configuração local", diz. Com a iniciativa, o Ministério da Educação dá os primeiros passos para combater a exclusão nas regiões mais pobres. Há poucos anos, no Norte e no Nordeste o número de matrículas era maior nas escolas públicas do que nas escolas particulares, destaca Paulo Corbucci, coordenador da área de educação do **Ipea**. É que as regiões mais pobres são menos lucrativas para o setor privado. A expectativa, segundo ele, é que a oferta de ensino técnico e superior pelo Estado leve a iniciativa privada a investir também nessas regiões, preparando os alunos para as universidades.

Dreamstime

Mesmo com o processo de oferta de vagas no interior estamos ainda bem longe da meta de 30% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada até o próximo ano (temos 13,7%). Também é verdade que as 1.441 instituições de graduação situadas fora das capitais ainda representam um número acanhado para um País, que tem 5.564 municípios. Mas se ainda existe um longo caminho a ser trilhado, os números do *Censo 2008*, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) no final de novembro, não deixam dúvida quanto ao processo de expansão do ensino superior no Brasil.

Em um ano, cerca de um milhão de novos alunos entraram na corrida por um diploma superior. Foram criados 1.231 novos cursos presenciais (um aumento de 5,2%), e a educação a distância, que permite o acesso ao ensino superior nas regiões mais carentes e isoladas, teve um impulso impressionante: o número de matrículas aumentou 96,9% de 2007 para 2008. Considerada a graduação presencial e a distância, o aumento geral de matrículas na educação superior pública e privada foi de 10,6% em 2008. A educação tecnológica (graduação superior de curta duração) experimentou um salto: o número de matrículas passou de 347 mil em 2007 para 412 mil em 2008, um aumento de 18,7%. No interior do País, o número de matrículas em graduação presencial nas instituições federais de ensino superior cresceu 10,1% em relação a 2007 – mais que o dobro dos 4,1% de acréscimo registrados na graduação presencial em todas as instituições públicas e privadas de ensino superior do Brasil.

Reuni - A interiorização das unidades de ensino também foi destaque no balanço do primeiro ano do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, criado em 2007. O número de *campi* aumentou de 151 para 255, de 2003 até hoje. Estão distribuídos em 235 municípios. Antes, só 114 municípios tinham *campus* universitário. No primeiro ano de funcionamento, os recursos destinados ao Reuni foram da ordem de R$ 415 milhões. Somado à primeira fase da expansão, o investimento já realizado é de aproximadamente R$ 1,5 bilhão, valor que deve chegar a R$ 3,5 bilhões até 2012.

A secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci, comemora: "O processo de interiorização do ensino público superior já é realidade no Brasil. Os números mostram que nossa política é mais do que acertada". Outros dados do Reuni, que abrange 53 das 57 universidades federais, comprovam o otimismo da secretária. Essas universidades ofereciam pouco mais de 132 mil vagas em 2007. A meta de oferecer 146 mil vagas em 2008 foi ultrapassada – chegou a 147 mil. A oferta de cursos de graduação também cresceu. Passou de 2.326 em 2007 para 2.506 em 2008.

Desde a implantação do programa, foram contratados 9.489 professores e 6.355 técnicos. "São esses profissionais que vão transformar a universidade federal. Temos contratado professores altamente titulados, preferencialmente doutores, que vão possibilitar um salto de qualidade na universidade em poucos anos e que vão também estimular a pesquisa e a construção, em conjunto com o setor produtivo, de parques tecnológicos essenciais para o desenvolvimento local", prevê a secretária. Para ela, "já começamos a vencer uma visão equivocada e elitista, segundo a qual não é possível ampliar a oferta de ensino superior público para a população sem perder a qualidade do ensino". Para Jorge Abrahão, o governo não deve fazer economia no investimento: deve manter o mesmo padrão das escolas das capitais nas unidades instaladas no interior.

Controle de qualidade – O controle de qualidade é uma das maiores preocupações do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). "Não adianta multiplicar o número de cursos sem uma qualidade mínima para que o aluno possa mais tarde exercer sua profissão em plenitude", argumenta o presidente da entidade, Gilberto Selber. Ele observa que a expansão descontrolada de faculdades isoladas e de centros universitários privados entre 1996 e 2004 pode até ter sido um passo importante na democratização do acesso ao ensino superior. "Mas muitos empresários que não entendiam nada de educação entraram nessa seara e o resultado foi que o ensino superior passou a ser encarado como um negócio qualquer, e a qualidade foi lá para baixo", observa.

Até 2003, houve um *boom* de criação de cursos superiores e escolas privadas. O setor vinha crescendo a taxas anuais entre 11% e 17%, informa Paulo Corbucci. Nos últimos três anos, houve inversão nessa tendência: as taxas de crescimento são decrescentes e bem mais modestas (4,6% em 2008). "Houve uma estabilização", comenta. Antes o ensino público vinha perdendo participação na oferta de vagas e matrículas no País. Para ele, houve saturação do mercado: as pessoas que podem pagar já estão matriculadas em alguma faculdade particular, e o setor privado convive com a ociosidade de vagas, mesmo com o apoio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A estimativa é que 20% das vagas do ensino particular são ocupadas por alunos beneficiados pelos dois programas.

O número de matrículas na educação tecnológica passou de

347 mil

em 2007 para

412 mil

em 2008, um aumento de

18,7%

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Maria Paula Dallari Bucci: Interiorização já é realidade

A queda no ritmo de crescimento do ensino privado coincide com o maior rigor do Ministério da Educação na avaliação dos cursos. Maria Paula Bucci afirma que a garantia da qualidade tem sido prioridade do MEC e explica que o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (Sinaes), implantado em 2004, inclui três tipos de avaliação: das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Estão na mira do governo não só a qualidade do ensino, mas também a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, o corpo docente, as instalações e a gestão da instituição. Cursos mal avaliados ficam proibidos de receber novos alunos e podem inclusive ser desativados. Além disso, ela lembra que o crescimento desenfreado ocorrido nos últimos anos foi desacelerado e que o Censo 2008 apontou 29 instituições a menos que em 2007.

No caso do ensino público, o atual processo de expansão das universidades federais é festejado como avanço democrático por Selber, que também destaca o impulso que as novas instituições representam para o desenvolvimento local. Mas, segundo ele, há influência político-partidária na escolha dos locais para a implantação dos novos *campi* e cursos de graduação. "Há o risco de se abrir um *campus* numa região que já está devidamente assistida pela universidade privada, como vem acontecendo no Rio Grande do Sul", denuncia.

Maria Paula Bucci rebate o presidente do Crub: "Não é verdade que os critérios são políticos. No Reuni, cada universidade traçou seu próprio plano de expansão até 2012. O que vamos fazer para o próximo Plano Nacional de Educação é intensificar o projeto de planejamento, de maneira que a universidade federal também leve em conta a oferta regional". A ideia, segundo ela, é aprofundar o processo de interiorização, para que cada mesorregião do País tenha pelo menos uma universidade pública federal. Hoje as instituições privadas respondem pela maioria das vagas no ensino superior. Segundo Paulo Corbucci, apenas 25% dos estudantes universitários estão nas escolas públicas.

A expansão das universidades estaduais é apontada por Selber como um "processo de interiorização muito interessante, que levou o ensino superior a regiões longínquas". Ele dá o exemplo do Estado do Amazonas, onde algumas instituições de ensino superior estão instaladas em comunidades onde só é possível chegar de barco. "É claro que esse processo de expansão foi meio arriscado em alguns estados brasileiros, que acabaram desviando seu foco de atuação da educação básica para o ensino superior".

Educação básica - "Não dá para expandir o ensino superior sem investir na educação básica, especialmente no ensino médio, que é hoje o grande gargalo da educação brasileira", pondera o presidente do Crub. A secretária Maria Paula Bucci concorda que o investimento no ensino médio é essencial para alcançar a meta governamental de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados em cursos de graduação até 2011. Mas ela lembra que, no Brasil, os altos índices de evasão e repetição escolar acabam fazendo com que muitos alunos estejam fora da faixa etária esperada em cada etapa de ensino. "Se considerarmos a taxa bruta, que é a população universitária dividida pela população brasileira de 18 a 24 anos, chegamos a um índice de 25,5%, relativamente próximo da meta de 30%", argumenta.

O consultor do **Ipea** Papa Matar Ndiaye, que é ligado ao grupo de novas institucionalidades da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur), retoma a questão da precariedade da educação básica. "Interiorizar o ensino superior sem um ensino médio e sem um ensino profissional de qualidade é criar uma formação vazia, com um diploma só de nome", alerta. Embora admita que o acesso ao ensino superior hoje já é mais democrático, Ndiaye ressalta que, como política pública de desenvolvimento regional, a interiorização dos cursos de graduação só faz sentido "se houver uma massa crítica local, formada através de uma educação básica e profissional de qualidade".

A interação entre escola, sociedade, governo e empresa é apontada pelo consultor do **Ipea** como essencial para que o conhecimento acadêmico possa ser efetivamente aplicado em prol do desenvolvimento regional. Essa interação, segundo ele, é um dos pontos altos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que oferece educação profissional nos níveis técnico, médio, profissional integrado e superior de tecnologia, além de ter participação ativa na pós-graduação em áreas tecnológicas. "

Divulgação: UnB

Universidade de Brasília criou campus para atender jovens de Planaltina, no entorno do Distrito Federal

A decisão de criação de qualquer novo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) ou de novos cursos técnicos e tecnológicos é sempre comunitária. É a sociedade que decide o que deve ser feito e como deve ser feito. O resultado é que os alunos são formados com base no potencial de cada região. Não apenas os alunos, como o setor produtivo e toda a comunidade saem ganhando", afirma Ndiaye.

A descentralização do ensino técnico e superior, lembra Paulo Corbucci, é fundamental para o desenvolvimento regional e fixação da população. A política de expansão, lembra ele, está articulada com os arranjos produtivos locais (APL). "É importante associar a política de expansão com a política macroeconômica e de desenvolvimento. A educação por si só não tira ninguém da pobreza, não adianta educação sem emprego", comenta.

Educação tecnológica – No caso da educação tecnológica, que atravessa um *boom* sem precedentes no País, o maior problema, na avaliação de Ndiaye, consultor do **Ipea**, é a falta de estrutura dos laboratórios, equipamentos e salas de aula, além de uma burocracia que muitas vezes dificulta acordos com o mercado produtivo. "O Senai consegue assinar um convênio com a Petrobras em três ou quatro meses, coisa que é muito mais difícil para uma instituição da rede profissional e tecnológica do governo", exemplifica. Mesmo assim, ele acredita que a formação profissional e tecnológica é hoje um dos melhores caminhos não só para milhões de jovens brasileiros, como para o próprio desenvolvimento regional.

"Não adianta multiplicar o número de cursos sem uma qualidade mínima para que o aluno possa mais tarde exercer sua profissão em plenitude"

Gilberto Selber, presidente do Crub

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Moreira Pacheco, concorda em gênero, número e grau. "A expansão da rede federal de ensino profissional, que havia sido descuidada pelos governantes anteriores, faz hoje parte do projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil", diz ele, lembrando que a retomada de crescimento econômico do País demanda mão de obra em todas as áreas. Segundo ele, empregabilidade dos ex-alunos da rede profissional e tecnológica chega atualmente a 72%, conforme pesquisa realizada pelo MEC.

"Hoje não existe técnico de nível médio e superior desempregado no Brasil. Na verdade os outros 28% que não aparecem na pesquisa só não estão empregados como técnicos porque fizeram outra opção de vida, normalmente para continuar estudando ou para atuar como empreendedores", explica o secretário. Outro dado que ele considera ainda mais relevante na pesquisa do MEC é que 74% dos técnicos egressos da rede profissional e tecnológica trabalham num raio de no máximo 50 quilômetros das escolas onde se formaram.

"Isso demonstra a grande sintonia dos cursos com as matrizes produtoras das regiões. Antigamente os alunos podiam até se formar no interior, mas tinham que procurar trabalho nas grandes regiões metropolitanas", conclui Eliezer Pacheco. Um exemplo dessa sintonia é a criação de cursos em recursos pesqueiros em todos os institutos federais que têm *campi*

no litoral. Assim como Papa Ndiaye, o secretário chama atenção para o processo de definição de novos cursos e instituições federais de ensino profissional e tecnológico: "Nada é decidido antes de um estudo socioeconômico da região e de audiências públicas com prefeitos, estudantes, trabalhadores, sindicatos patronais e lideranças comunitárias".

O resultado pode ser avaliado no dia a dia dos municípios, especialmente nas pequenas comunidades. "O impacto é geral, seja no uso de tecnologia e na produtividade da economia local, seja no incentivo ao cooperativismo ou no campo cultural e das relações sociais, com a presença de cabeças pensantes e atividades de artes, teatro e música", explica Eliezer Pacheco.

Não é à toa que o MEC está investindo R$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) se vangloria pelo fato de que "a rede vive hoje a maior expansão de sua história, desde que o presidente Nilo Peçanha criou, em 1909, as 19 escolas de aprendizes e artífices que, mais tarde, dariam origem aos primeiros centros federais de educação profissional e tecnológica". Nos 92 anos seguintes, até 2002, seriam construídas 140 escolas técnicas com 160 mil vagas em todo o País. Atualmente elas somam 236, com 215 mil vagas. Até o final deste ano, serão 354, com uma oferta em torno de 500 mil vagas. A rede também foi reformulada, de maneira que o aluno pode entrar no curso técnico e chegar ao doutorado, passando pelos cursos superiores de tecnologia, a chamada graduação de curta duração, que não leva mais de dois anos.

"É uma verdadeira revolução", entusiasma-se o secretário. O *Censo 2008* revela que, de 2007 para 2008, foram registrados 650 novos cursos de educação tecnológica no País; 463.969 vagas foram ofertadas, um aumento de 17,8%. É certo que a iniciativa privada ainda é a grande responsável por essa oferta de vagas – nada mais nada menos que 83,3% do número de matrículas. Mas também é certo que a rede pública caminha a passos largos para ocupar um espaço importante na formação educacional e profissional de milhões de jovens. O secretário Eliezer Pacheco vai além: "Os institutos federais não apenas democratizam o acesso ao ensino superior, mas são a comprovação de que é possível ter uma escola pública de qualidade no Brasil, para todos os brasileiros."

Vagas no sertão

A expansão da Universidade Federal do Semi-Árido leva conhecimento e esperança a uma das regiões mais pobres do País

No semi-árido brasileiro, a pobreza e a seca caminham de mãos dadas com a absoluta falta de oportunidade de estudo e de trabalho. Conseguir um diploma de graduação para abrir os horizontes e tentar um emprego melhor é um sonho muito distante para a maioria absoluta dos jovens – apenas dois em cada cem têm acesso ao ensino superior na região, enquanto no ABC paulista essa relação é de 45 para cada cem e nas capitais do Nordeste é de 35 por cem. Batalhar uma vaga nas universidades fora do sertão também não é uma opção muito animadora. Os poucos que podem arcar com os custos de se manter fora de casa têm que enfrentar uma competição desigual com candidatos das capitais, onde o ensino básico é de melhor qualidade.

Em meio a esse cenário desolador, quem promete fazer diferença é a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a Unifersa. O reitor Josivan Barbosa, o mesmo que aponta com pesar as desvantagens dos jovens do sertão, descreve com entusiasmo a expansão da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró, transformada em Universidade Federal em 2005. Nesses últimos quatro anos, o número de professores pulou de 54 para cerca de 250 e o número de cursos, de dois para 23. As microrregiões mais precárias em ensino superior de todo o semi-árido estão ganhando três *campi* – cada um com seis cursos e 1,2 mil alunos. Um deles já está em funcionamento.

"O déficit de vagas em ensino superior no sertão é assustador. Por isso mesmo, a expectativa da população é enorme", avalia o reitor. Com toda razão. As empresas instaladas na região – produtora de petróleo, gás natural, energia, sal e calcário – já procuram na Unifersa estagiários em engenharia e tecnologia da informação. A esperança é que, aos poucos, seja possível substituir a mão de obra "importada" principalmente da Bahia e do Rio de Janeiro. Já os profissionais formados em ciências agrárias serão fundamentais para o desenvolvimento da fruticultura irrigada, outro sustentáculo da economia local.

"Os jovens passam a ter oportunidades de emprego que nunca tiveram, as empresas vão poder reduzir seus custos na contratação de mão de obra, e toda a economia local vai sair ganhando, inclusive com o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a realidade do semi-árido ", resume Josivan Barbosa. "Em termos absolutos, a Unifersa é a instituição de ensino superior que mais vai crescer nesse processo de expansão do governo Lula", comemora o reitor. Mas, segundo ele, o modelo também tem falha: "Esse programa de expansão atendeu cada universidade de forma proporcional ao seu tamanho, ou seja, as universidades que já eram maiores foram mais beneficiadas. Assim, fica muito difícil combater as diferenças regionais".

No coração da Amazônia

Cursos técnicos e de nível superior começam a mudar a realidade de quem vive em plena floresta

"O conhecimento é um direito de todos. É a única forma da população amazônica ser respeitada em sua diversidade, contribuir para a preservação do ambiente e ser agente de seu próprio desenvolvimento"

Paulo Nascimento, reitor do Instituto Federal do Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira

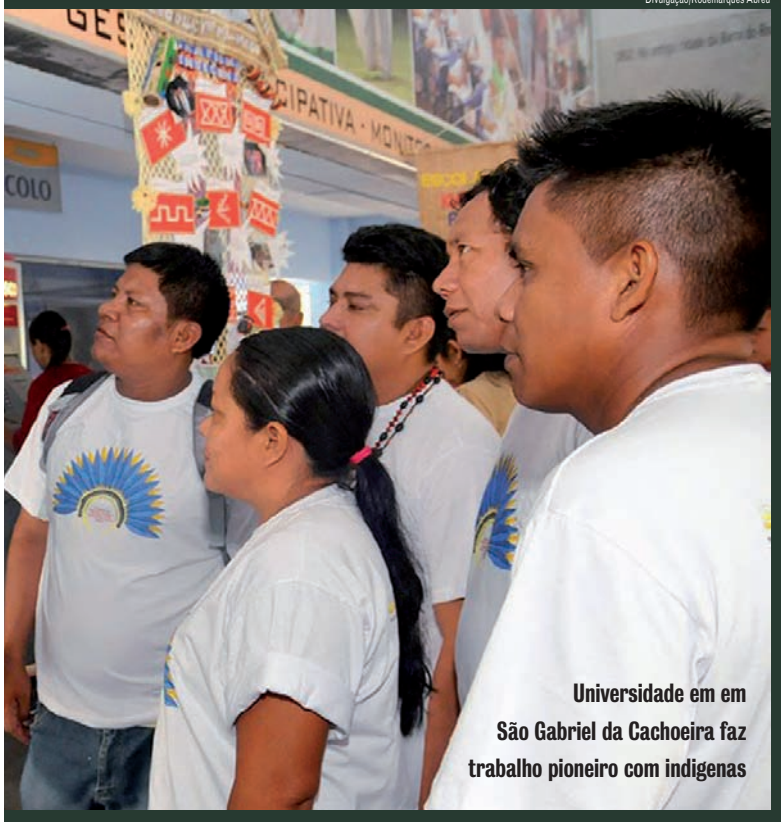
E os chamados *povos da* f *oresta* – tribos indígenas, pequenos produtores rurais - que vivem em lugares isolados da Amazônia? Até que ponto o processo de expansão e interiorização do ensino superior e do ensino profissional tem chegado a esses brasileiros, quase sempre excluídos das redes mais dinâmicas da economia e ignorados pelas políticas públicas? Essas escolas podem mudar a realidade da região e incentivar o seu desenvolvimento sustentável?

Às margens do Rio Negro, no campus do Instituto Federal do Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira, o professor Paulo Nascimento tem a resposta pronta: "O conhecimento é um direito de todos. É a única forma da população amazônica ser respeitada em sua diversidade, contribuir para a preservação do ambiente e ser agente de seu próprio desenvolvimento". Ele fala com a experiência de quem é reitor de um dos *campi* mais afastados do País – São Gabriel da Cachoeira fica a quatro dias de barco de Manaus. Noventa por cento da população local é indígena e muitas vezes os professores têm que se deslocar até cinco horas de "voadeira" para dar aulas nas próprias tribos.

Para os jovens de São Gabriel, os cursos técnicos na área de agropecuária, secretariado, administração, contabilidade, informática, meio ambiente e recursos pesqueiros abrem um novo universo e são uma oportunidade rara de profissionalização. Pesquisas científicas nas áreas de manejo florestal, sistemas agroflorestais, piscicultura e etnobotânica representam um salto de desenvolvimento para toda a comunidade. E a parceria entre o *campus* e o movimento indígena tem permitido um trabalho pioneiro junto às etnias Baniwa, Kuripaco e Tukano. Os cursos de desenvolvimento sustentável indígena e de etnodesenvolvimento são dados diretamente nas aldeias, onde os professores ensinam, de perto, técnicas de plantio e de produção de pescado. Também ajudam a montar oficinas de marcenaria e salas de informática nas escolas comunitárias.

O próximo passo do *campus* – que foi implantado em dezembro de 2008, mas já funcionava como Escola Agrotécnica Federal desde 1993 – será a abertura, em 2010, de cursos superiores em licenciatura intercultural indígena. "A educação escolar indígena passou por uma expansão grande nos últimos anos, mas ainda não existem professores indígenas para atender à demanda do ensino médio. Isso vem forçando o êxodo de jovens indígenas,

Divulgação|Rodemarques Abreu



Universidade em em São Gabriel da Cachoeira faz trabalho pioneiro com indigenas

que acabam se inserindo de forma marginal nas cidades", explica Paulo Nascimento.

O reitor acredita que os novos cursos em São Gabriel da Cachoeira vão estimular os índios a permanecerem nas aldeias, contribuindo para o desenvolvimento de sua cultura e da comunidade. A ideia já despertou o interesse de outras localidades da Amazônia – vai ser estendida para todos os *campi* do Amazonas e tende a se propagar para outros estados. O maior desafio, na opinião de Paulo Nascimento, é aliar o conhecimento universal aos saberes e às tradições locais.

A aposta na educação como instrumento de transformação social e conscientização ambiental e cultural dos povos da floresta também move o reitor da Universidade Federal do Pará, Alex Fiúza de Mello. Em artigo publicado na revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, ele alerta: "Será tão somente pelo conhecimento, com doses de sabedoria política, que a Amazônia poderá ser preservada, defendida, desenvolvida, modernizada, interligada e resgatada a um projeto de nação". Mais adiante, o reitor ressalva que "à universidade amazônica interessa investigar não de que maneira a ciência pode se servir da Amazônia, e sim como pode o conhecimento científico ser produzido e utilizado pela região".

Integração com a América Latina e África

Outra novidade no ensino superior brasileiro é a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), aprovada pelo Senado Federal no dia 16 de dezembro. A nova universidade, com sede em Foz do Iguaçu, no Paraná, na fronteira com Argentina e Paraguai, vai oferecer cursos bilingues de interesse mútuo dos países-membros do Mercosul, com ênfase em temas que envolvam exploração de recursos naturais e biodiversidade, relações internacionais, estudos sociais e linguísticos regionais.

As dez mil vagas da Unila serão divididas entre graduação, mestrado e doutorado e abertas a candidatos de toda a América Latina, com provas em português e espanhol.

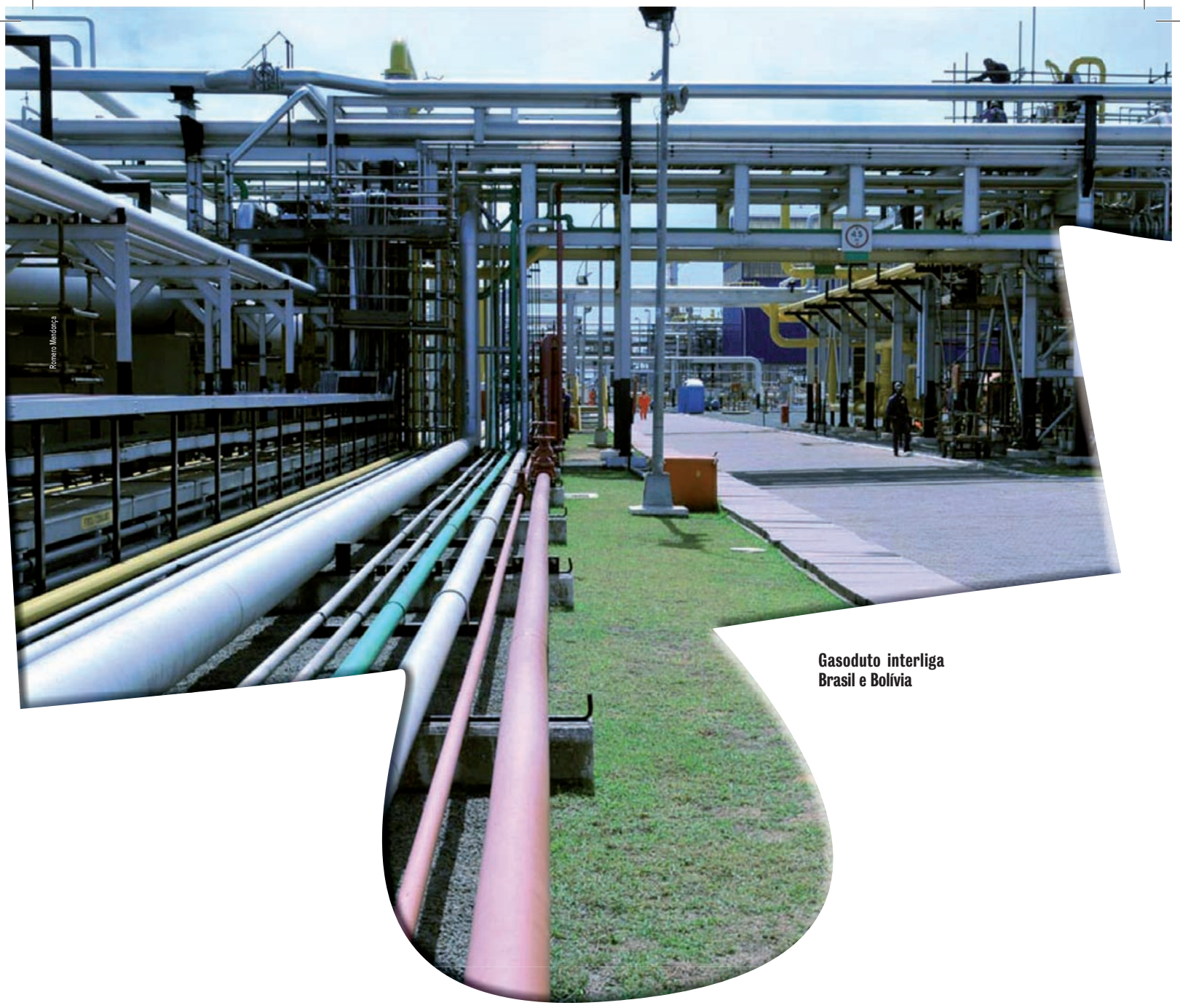
Proposta semelhante move a criação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), ainda pendente de aprovação pelo Congresso Nacional. A Unilab terá como público alvo os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, especialmente os africanos, como Angola, Cabo Verde e Moçambique. A sede será em Redenção, no Ceará, escolhida por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão no Brasil.

Bolívia
Andes

Integração da América do Sul

Brasil investe em projetos de interligação com países vizinhos. Unasul incorpora plano multilateral para infraestrutura comum na região, que prevê mais de 500 obras

Márcio de Morais — de Brasília



Romero Mendonça

Gasoduto interliga Brasil e Bolívia

O Brasil tem dado passos importantes para integrar sua infraestrutura de transportes à dos outros países da América do Sul, com o objetivo de criar novos canais para o escoamento da produção nacional a custos mais baixos. Mas a integração da infraestrutura nos 12 países da região deve ganhar impulso nos próximos anos. É que a União dos Países da América do Sul (Unasul) incorporou, no final do ano passado, o plano multilateral denominado Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-americana (Iirsa) com previsão de investimentos de US$ 74,5 bilhões.

"O grande sonho é transformar a Unasul numa integração geral, não só aduaneira e comercial", afirma o representante brasileiro na Iirsa e secretário de Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Afonso Almeida, recorrendo ao exemplo da Europa, unificada após meio século de preparativos. No caso da América do Sul, o processo ganhou uma espinha dorsal, com a aprovação do plano de integração. A incorporação traduz a concordância dos doze países em implementar políticas públicas internas com o objetivo de convergir os setores de transportes (rodoviários, aquaviários e aeroviários), energia e telecomunicações, oferecendo instalações físicas, condições técnicas e capacitação profissional para caminharmos para um continente sem fronteiras, como na Europa. A Iirsa foi criada há 10 anos, mas somente a partir de 2007 começou a executar projetos.

Oposição – Para o presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Rodrigo Otaviano Vilaça, "não há ainda produção econômica suficientemente capaz de justificar o investimento ferroviário do Brasil em direção aos países do Oceano Pacífico". Em debate sobre a integração, promovido pela Comissão de Infraestrutura do Senado no final do ano passado, Vilaça propôs que o Brasil priorize a solução dos seus próprios problemas setoriais. Por isso, defendeu uma cronologia para o processo de integração. "O País (Brasil) deveria preocupar-se, em primeiro lugar, com investimento em suas necessidades", disse, enfatizando, no entanto, a importância do desenvolvimento futuro de corredores multimodais de transportes, em eixos multinacionais que reconheçam a logística e o potencial produtivo das regiões de cada lado da fronteira. Para que isso ocorra no segmento ferroviário, no entanto, será preciso, segundo ele, homogeneizar as condições técnicas e regulatórias de todos os países, com a adoção de regulamentação transnacional única e malha internacional de padrão tecnológico semelhante e compatível.

Segundo Vilaça, um dos maiores obstáculos à integração ferroviária é a variedade de bitolas (sete) nos países sul-americanos e da América Central. Para Vilaça, isso impede o uso de *conteiners* por impor a necessidade de transbordos da carga. As diferentes bitolas remontam, segundo ele, ao período de implantação das ferrovias em toda a região pelos ingleses, ainda no século XIX, medida que teve como objetivo inviabilizar o comércio dentro do continente.

Plano da Unasul contém 541 projetos para os 12 países-membros, num custo estimado em US$ 74,5 bilhões. Apenas dois foram concluídos pelo Brasil, 19 estão em execução e outros 10 ainda estão em preparação, de acordo com o Ministério do Planejamento. Os investimentos serão feitos pelos países e parte por parcerias público-privadas

Recursos – A Iirsa administra uma carteira com dois blocos de projetos desenvolvimentistas eleitos pelos 12 países-membros, ao custo estimado de US$ 74,5 bilhões: o primeiro, com 510 projetos; e outro, com 31 projetos a serem concluídos até o final do ano. Desses 31 projetos, dois foram concluídos pelo Brasil, 19 estão em execução e outros 10 ainda estão em preparação, de acordo com o último balanço do Ministério do Planejamento. O relatório informa que, dos projetos que integram o bloco maior, 396 serão financiados pelos tesouros nacionais, no valor de U$ 36,8 bilhões. Outros 62 serão feitos por meio de parcerias público-privadas (PPP), no valor de U$ 23,4 bilhões; 52 são exclusivamente privados, no valor de U$ 14,4 bilhões.

Mas ainda há inúmeras pendências, como a própria desigualdade de desenvolvimento econômico e social dentro da região. Há dúvidas, por exemplo, sobre a participação de cada país no financiamento dos investimentos. Outra questão é a cobrança de pedágios para recuperar o valor investido.

Machado relata que, em uma reunião da Unasul, Evo Morales, presidente da Bolívia, reclamou que o corredor Chile-Brasil só teria como finalidade trazer produtos chilenos para o Brasil e brasileiros para o Chile. "(Os bolivianos) vão cobrar por isso", confirma Machado. "Eles estão com toda razão", reconhece o técnico do governo brasileiro. De fato, a única coisa que a Bolívia teria para vender para os dois vizinhos seria energia em forma de gás, o que já faz por meio de gasoduto construído pela Petrobras.

Problemas como esses são apontados como obstáculos à implementação do plano Iirsa. Embora diversos dos projetos requeiram contrapartida dos vizinhos para que possam se realizar e cumprir o papel de integrar países, só o Brasil tem honrado com presteza a sua parte. "As duas únicas obras da Iirsa completas foram feitas no Brasil: a ponte Assis Brasil, na fronteira do Acre com o Peru; e a do rio Tacutu, na divisa Roraima/Guiana", informa Afonso Almeida. Para ele, a prontidão brasileira em atender a Iirsa deve-se à incorporação de vários dos seus projetos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal política pública de investimentos adotada pelo governo Lula. "É o que faz com que o Brasil tenha liderança no quesito execução (das obras de integração)", reconhece.

A expectativa é que o corredor até a Guiana estimule o turismo e a produção de grãos no Amapá. Já a ponte Assis Brasil cumpre papel estratégico de criar acesso rodoviário do centro-sul ao extremo oeste do País, pois incluiu no seu planejamento a execução de vários trechos da BR 364 e 370. Isso permite ir de São Paulo e Minas à divisa entre Acre e Amazonas, uma das regiões nacionais mais remotas e isoladas dos centros econômicos.

O economista e coordenador de Desenvolvimento Urbano do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Bolivar Pêgo, observa que há aspectos a serem considerados na execução da Iirsa, da qual foi colaborador no período de formatação da proposta de sua criação. O primeiro é econômico: a abertura do acesso ao mercado asiático pelo oeste, por meio dos portos do Oceano Pacífico, localizados no Chile, Peru, Equador e Colômbia. Essa medida pode viabilizar ganhos de escala, reduzir custos e tornar o Brasil mais competitivo na Ásia, embora subverta a tradição brasileira de só se relacionar com o mundo pela costa leste. O segundo aspecto é humanitário e social. "Se o nosso vizinho está mal, isso nos afeta. Por que não fazer um esforço para ajudá-lo a melhorar seu padrão e bem-estar? Isso também nos afeta e promove a melhoria da autoestima nacional", justifica Pêgo. O fato é que não dá para esperar que os vizinhos melhorem de condições para iniciar os projetos, afirma Machado: "Se fôssemos esperar que os outros países obtivessem o nosso mesmo nível (de desenvolvimento), qual seria o próximo passo? Construir um muro entre nós?"

O projeto de integração tem ainda importância estratégica para a região: com a logística integrada, há o fortalecimento do conjunto dos países em condições mais hegemônicas e homogêneas. "A dimensão do Brasil, historicamente, impõe-nos uma responsabilidade maior na condução do processo de integração. O nosso desenvolvimento econômico é benéfico para toda a região, pois o Brasil é indutor do crescimento econômico sul-americano. Cabe à nossa diplomacia mostrar que isso contribui para o progresso regional de forma decisiva", reflete o senador Fernando Collor, presidente da Comissão de Infraestrutura. "É como fala o presidente Lula: falta generosidade (na abordagem meramente econômica da questão)", acrescenta Machado.

Obras permitem acesso ao mercado asiático pelo oeste, por meio dos portos do Oceano Pacífico, localizados no Chile, Peru, Equador e Colômbia. Essa medida pode viabilizar ganhos de escala e custo e tornar o Brasil mais competitivo na Ásia, embora subverta a tradição brasileira de só se relacionar com o mundo pela costa leste

Collor alerta, no entanto, para a necessidade de o País observar rigor e firmeza nas ações de integração, por temer o uso indevido e mesmo medidas abusivas, com objetivos políticos, para acomodar situações ultrafronteiriças. "O Brasil não pode aceitar o uso político de reivindicações relativas à integração. A sobretaxação de produtos (exportados daqui para os vizinhos) deve ser evitada por negociações e, quando não resolvida pela via diplomática, deve ser objeto de atitude firme, chegando a retaliações e sanções", defende o senador.

Para ele, a integração tem que se assentar no princípio da reciprocidade. "As assimetrias devem ser resolvidas por políticas compensatórias do Estado brasileiro, ou multilaterais, e não podem ser objeto de pressões políticas", insiste. Mas Collor é favorável aos investimentos em integração e considera o Brasil preparado para a empreitada, sob aspectos técnicos e econômicos – nosso País pode contar até mesmo com o pré-sal para ungir a integração com recursos em abundância.

No entanto, o senador reconhece haver carência de estruturas administrativas e de recursos humanos brasileiros para atuar no projeto. Collor afirma que detectou essas carências nas audiências da Comissão de Infraestrutura. Por isso, ao elaborar a agenda 2009/2015 da comissão, estabeleceu um novo ciclo de debates para este primeiro semestre baseado no tema "recursos humanos para inovação e competitividade". Para ele, é injustificável, por exemplo, o adiamento da instalação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit), criado pelo próprio governo para propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens.

Retorno – Alguns projetos podem efetivamente não ter retorno econômico, mas são fundamentais para a integração. "Você vê alguma chance de ser econômica uma rodovia como a que liga Cruzeiro do Sul a Rio Branco (ambas no Acre), de mais de R$ 1 bilhão? (A rodovia) é para integrar o povo brasileiro ao Brasil", defende Afonso Almeida. Trata-se de um trecho de quase 700 quilômetros de asfalto no coração da selva amazônica, na BR 364, no âmbito dos planos da Iirsa, em fase de execução. Para ele, o Estado brasileiro tem de assegurar a oferta não só de saúde e educação à população acreana, mas também "acesso ao resto do País".

A expectativa é que o corredor até a Guiana estimule o turismo e a produção de grãos no Amapá. Já a ponte Assis Brasil cumpre o papel estratégico de criar acesso rodoviário do centro-sul ao extremo oeste do País, pois incluiu no seu planejamento a execução de vários trechos da BR 364 e 370.

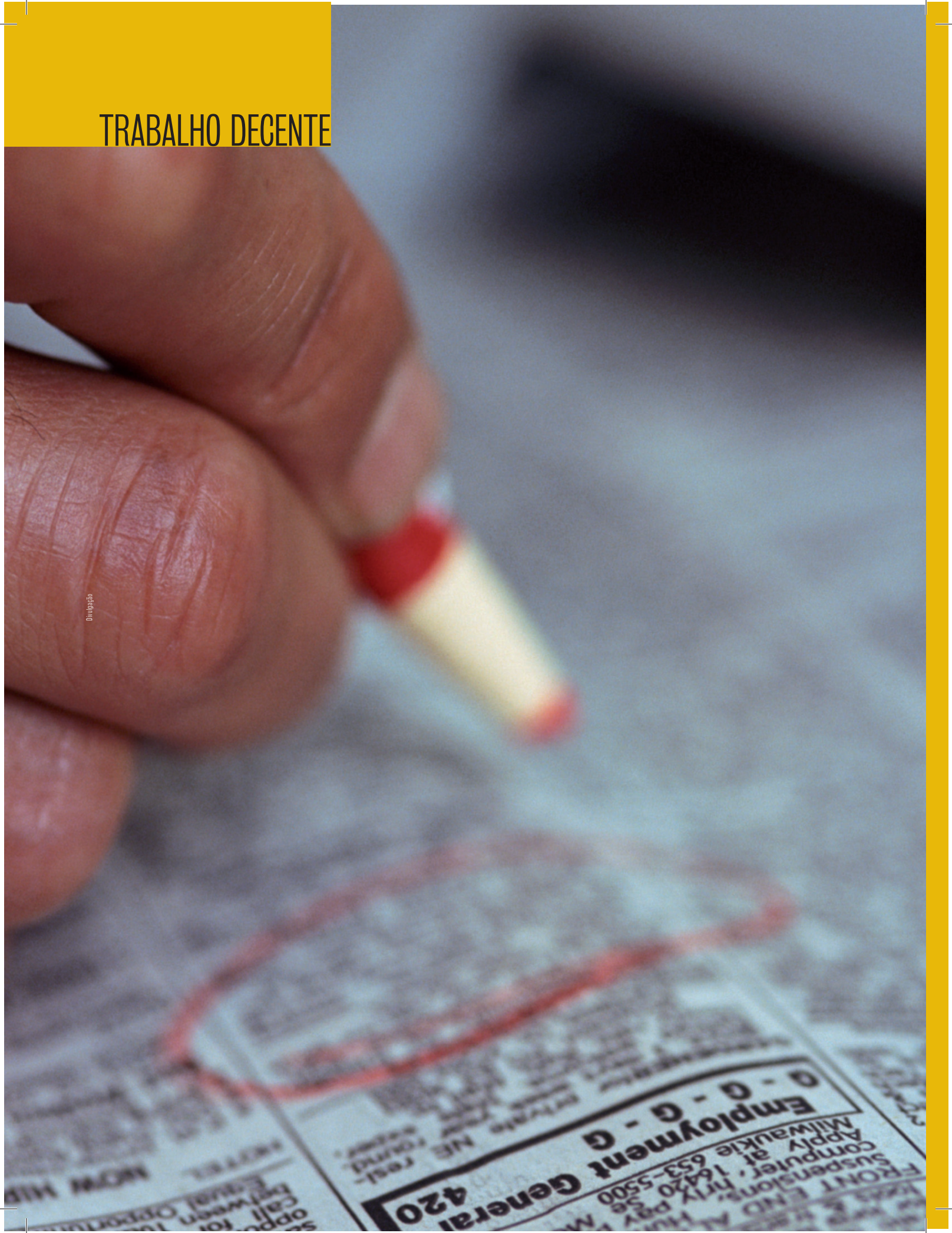
"Nós somos a favor da integração de *per si*, independente de qualquer outra coisa; outros só pensam economicamente", comenta Afonso Almeida. Não é esse o caso da rodovia BR 282, que liga Santa Catarina à fronteira com a Argentina, e vai criar condições para a implementação de um corredor de Florianópolis a Misiones. Com mais 40 quilômetros na parte da Argentina, será possível interligar com a malha rodoferroviária argentina, que se interliga à do Chile e à rodovia Panamericana, com acesso a todo o continente sul-americano.

"No PAC, fizemos questão de chegar lá (em Missiones) para forçar a Argentina a fazer aqueles 40 quilômetros", enfatiza Machado, que projeta a construção no local de uma nova ponte entre os dois países, como última etapa para concretização do corredor. "Há uma interdependência nas soluções entre os gargalos nacionais e os da integração, especialmente nas regiões e estados fronteiriços", observa Collor. Ele diz que comunga com o fundador da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias, Paulo Augusto Vivacqua, a proposta de investimentos de integração em duas frentes, "uma formada pelas cidades costeiras, delegando-se poder político e administrativo às cidades portuárias em relação aos terminais e à navegação de cabotagem; e, outra, relacionada com a agricultura, caracterizada pela dinamização do transporte ferroviário e hidroviário interior".

BR 282 liga Sul do Brasil à Argentina

Divulgação

TRABALHO DECENTE



Divulgação

OIT aponta avanços e desafios

Mesmo com o aumento da formalidade, metade dos trabalhadores brasileiros não tem carteira assinada nem direito ao sistema de seguridade social

O Brasil registrou importantes avanços na promoção do trabalho decente entre 1992 e 2007: o nível de ocupação voltou a crescer, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou, o desemprego caiu a partir de 2003, aumentou a formalidade dos trabalhadores, os rendimentos expandiram-se e contribuíram para reduzir a pobreza, a desigualdade e as condições de vida da população. Mas ainda há grandes desafios, como a erradicação do trabalho infantil e o desemprego entre os jovens, constata o documento *Perfil do Trabalho Decente no Brasil*, divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O estudo faz parte de um teste-piloto que a instituição está fazendo no Brasil, Áustria, Malásia, Tanzânia e Ucrânia para medir 10 indicadores do trabalho decente – oportunidades de emprego; rendimento adequado; jornada de trabalho; trabalho, vida pessoal e familiar; trabalho a ser abolido; estabilidade e segurança no trabalho; igualdade e oportunidades; ambiente de trabalho seguro; seguridade social; e sindicalização.

No caso brasileiro, segundo a OIT, houve avanços na erradicação do trabalho infantil, mas "o número de crianças trabalhando ainda é elevado". Outra preocupação é o desemprego entre os jovens: "O desemprego juvenil continua em níveis bastante elevados (sendo mais do que o dobro em comparação com os adultos), além de ser inquietante a proporção de jovens que não estudam nem trabalham". A instituição ressalta que o estudo tem como base dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, portanto não reflete a piora das condições do mercado de trabalho devido à crise econômica internacional. Mas registra que a situação voltou a melhorar no final de 2009.

Dos 7,8 milhões de desempregados em 2007, 3,6 milhões, ou 46,7% do total, tinham entre 15 e 24 anos de idade. Já a população que não estudava nem trabalhava chegava a 6,4 milhões naquele ano. O problema atinge mais as mulheres do que os homens, principalmente por causa dos trabalhos domésticos ou da gravidez precoce. Mesmo assim, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem crescido.

Dos **7,8** milhões de desempregados em 2007,

3,6 milhões, ou

46,7% do total, tinham entre

15 e 24 anos de idade

João Viana

OIT apresenta estudo na sede o IPEA

O estudo destaca ainda que somente metade dos trabalhadores brasileiros está no mercado formal, com direito aos benefícios sociais, e recomenda a adoção de políticas públicas de promoção do trabalho decente, porque o País terá 65 milhões de idosos em 2050. Segundo José Ribeiro, pesquisador da OIT, a tendência é de crescimento da população idosa em maior proporção do que a de jovens em idade ativa.

Embora tenha se reduzido, a jornada de trabalho para grande parte dos trabalhadores brasileiros continua acima do permitido pela legislação: 35,5% trabalham mais 44 horas semanais e 20,3% mais de 48 horas. "A carga excessiva de trabalho afeta mais os homens do que as mulheres", afirma. Mas o cálculo não inclui o trabalho doméstico: "A massiva incorporação das mulheres ao mercado de trabalho não vem sendo acompanhada de um satisfatório processo de redefinição das relações de gênero". Se consideradas as tarefas domésticas, a jornada de trabalho feminina sobe para 57 horas semanais, cinco horas a mais do que a masculina.

Além de ter maior carga horária de trabalho, as mulheres e os negros têm os menores salários no mercado de trabalho. A OIT registra que de 2004 a 2007 o rendimento médio do trabalho subiu 15%, para R$ 931,00. Mas a renda média dos homens era de R$ 1.059,00 enquanto a das mulheres era de R$ 745,00. Ou seja, o rendimento das mulheres correspondia a 70,3% do recebido pelos homens, embora a desigualdade tenha reduzido em comparação com 1992, quando o percentual era 61,5%. "As desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores negros e brancos é ainda maior: em setembro de 2007 os brancos recebiam, em média R$ 1.184,00 e os negros R$ 653,00, ou seja, apenas pouco mais da metade (55,2%) dos primeiros." Em 1992 era 50,3%.

O rendimento médio do trabalhador brasileiro aumentou com o Plano Real, em 1994, atingindo o maior valor em 1997. A partir daí, entrou numa trajetória de queda, só revertida em 2004, com os aumentos do salário mínimo e a retomada do crescimento econômico. A recuperação foi interrompida em 2008 por causa da crise internacional, mas retomou o crescimento no ano passado.

Mulheres e negros também permanecem menos tempo no mesmo emprego, o que evidencia "maior fragilidade do vínculo empregatício". Em média, os trabalhadores ficam oito anos no emprego, mas uma boa parte – 18,2% - ficam menos de um ano. "A estabilidade no trabalho é importante pra desenvolver o capital humano e está vinculada com aumentos na produtividade", afirma o documento. Para contrabalançar a rotatividade no emprego, o seguro desemprego é importante e assegura renda aos trabalhadores em épocas de desemprego. Entretanto, só os trabalhadores formais têm direito ao benefício e mesmo assim há exigências que dificultam o acesso.

A OIT reconhece, entretanto, melhora nos indicadores do trabalho decente no Brasil, proporcionadas pelo crescimento econômica dos últimos anos, apesar dos juros altos: "O período abrangido por este relatório foi marcado por uma política monetária cujo objetivo principal é o controle da inflação. Analisando-se os dados da inflação para o período, é evidente que a política funcionou, mas com um custo elevado, já que foi promovida por taxas de juros extremamente altas, que afetaram negativamente os níveis de investimento no País".

ARTIGO

José Ribeiro

Perfil do trabalho decente do Brasil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem desenvolvendo, desde 1999, o conceito de trabalho decente como síntese do seu mandato histórico de promoção dos direitos no trabalho, de mais e melhores oportunidades de emprego produtivo para homens e mulheres, extensão da proteção social e fortalecimento do diálogo social. Em dezembro de 2009 o Escritório da OIT no Brasil publicou o Relatório *Perfil do Trabalho Decente no Brasil*, que fez parte de uma iniciativa piloto desenvolvida pela OIT para aplicar uma metodologia voltada para o monitoramento e avaliação do progresso no trabalho decente. Os indicadores cobrem dez áreas temáticas, variando desde oportunidades de emprego, jornada de trabalho e conciliação entre o trabalho, vida pessoal e familiar, até diálogo social, além do contexto econômico e social. Os indicadores definidos incluem ainda informação qualitativa sobre direitos do trabalho.

O Brasil registrou avanços significativos em diversas áreas da agenda do trabalho decente entre 1992 e 2007. Foi mantida a trajetória de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que evoluiu de 56,7% para 64,0%, correspondente a uma expansão de sete pontos percentuais em 15 anos. O nível de ocupação voltou a crescer durante a década de 2000 (de 66,3% para 68,6% entre 2003 e 2008), após o declínio experimentado durante os anos 1990. A retomada de um ritmo mais elevado e consistente de crescimento econômico, aliada a uma maior elasticidade produto-emprego, após 2003, repercutiu direta e positivamente no mercado de trabalho e a taxa de desemprego declinou sistematicamente, passando de 9,9% em 2003 para 8,3% em 2007. Acelerou-se o ritmo de expansão do emprego formal e, por conseguinte, a informalidade diminuiu. A taxa de formalidade aumentou de 43,9% para 49,5% entre 1999 e 2007.

Impulsionados pelo controle da inflação (a partir de 1994, com a implantação do Plano Real) e pelo aumento real do salário mínimo, sobretudo a partir de 2003, os níveis de rendimentos dos trabalhadores expandiram-se e contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade e melhoria geral das condições de vida da população. Entre 2003 e 2007, o rendimento médio mensal real do trabalho principal registrou uma expansão de 15%.

O trabalho infantil experimentou um significativo declínio. O número de crianças e adolescentes ocupados, entre 5 e 17 anos de idade, reduziu-se de 8,42 milhões (19,6% do total) para 4,85 milhões (10,8%) entre 1992 e 2007, significando uma diminuição de cerca de 3,57 milhões em números absolutos – o correspondente ao conjunto de toda a população do Uruguai. Ainda no âmbito do trabalho a ser abolido, cresceu exponencialmente o número de trabalhadores libertados de situações de trabalho forçado e/ou em condições análogas à escravidão. Entre 1995 e 2008 cerca de 33 mil pessoas foram libertadas de situações de trabalho forçado.

O aumento da formalidade fez crescer a proporção de pessoas ocupadas que contribuem para a previdência social – de 46,7% a 52,6% entre 1992 e 2007. Ampliou-se também a proporção de idosos (com 65 anos ou mais de idade) que fazem jus a uma aposentadoria ou pensão (de 80,7% para 85,4% entre 1992 e 2007). Entre 1992 e 2007 reduz-se o percentual de trabalhadores (de 25,7% para 20,3%) com jornada de trabalho superior a 48 horas semanais. Tratando-se da estabilidade no mercado de trabalho, observa-se um aumento na proporção (de 45,0% para 47,4%) daqueles trabalhadores com permanência no trabalho igual ou superior a cinco anos. Após experimentar declínio durante os anos 1990, a taxa de sindicalização voltou a crescer durante a década de 2000 – passando de 16,8% em 1999 para 18,1% em 2007. A partir de 2003, aumenta de forma significativa a proporção de acordos coletivos que asseguram reposições e aumentos reais de salários.

Mesmo diante da redução ainda perduram expressivas desigualdades de gênero e raça, que contribuem decisivamente para a persistência de significativos déficits de trabalho decente entre mulheres e negros. Em 2007, enquanto que a taxa de desemprego masculina era de 6,1% a feminina estava situada em 11,0%. Entre os trabalhadores brancos a taxa era de 7,3% ao passo em que entre os negros era de 9,3%. O crescimento da participação laboral das mulheres não vem sendo acompanhada de uma redefinição das relações de gênero no âmbito das responsabilidades domésticas, o que submete as trabalhadoras a uma dupla jornada de trabalho. Ao conjugarem-se as informações relativas às horas de trabalho dedicadas às tarefas domésticas com àquelas referentes à jornada exercida no trabalho remunerado, constata-se que, apesar da jornada semanal média das mulheres no mercado de trabalho ser inferior a dos homens (34,8 contra 42,7 horas), ao computar-se o trabalho de afazeres domésticos, a jornada média semanal total feminina alcançava 57,1 horas em 2007 e ultrapassava em quase cinco horas a masculina (52,3 horas).

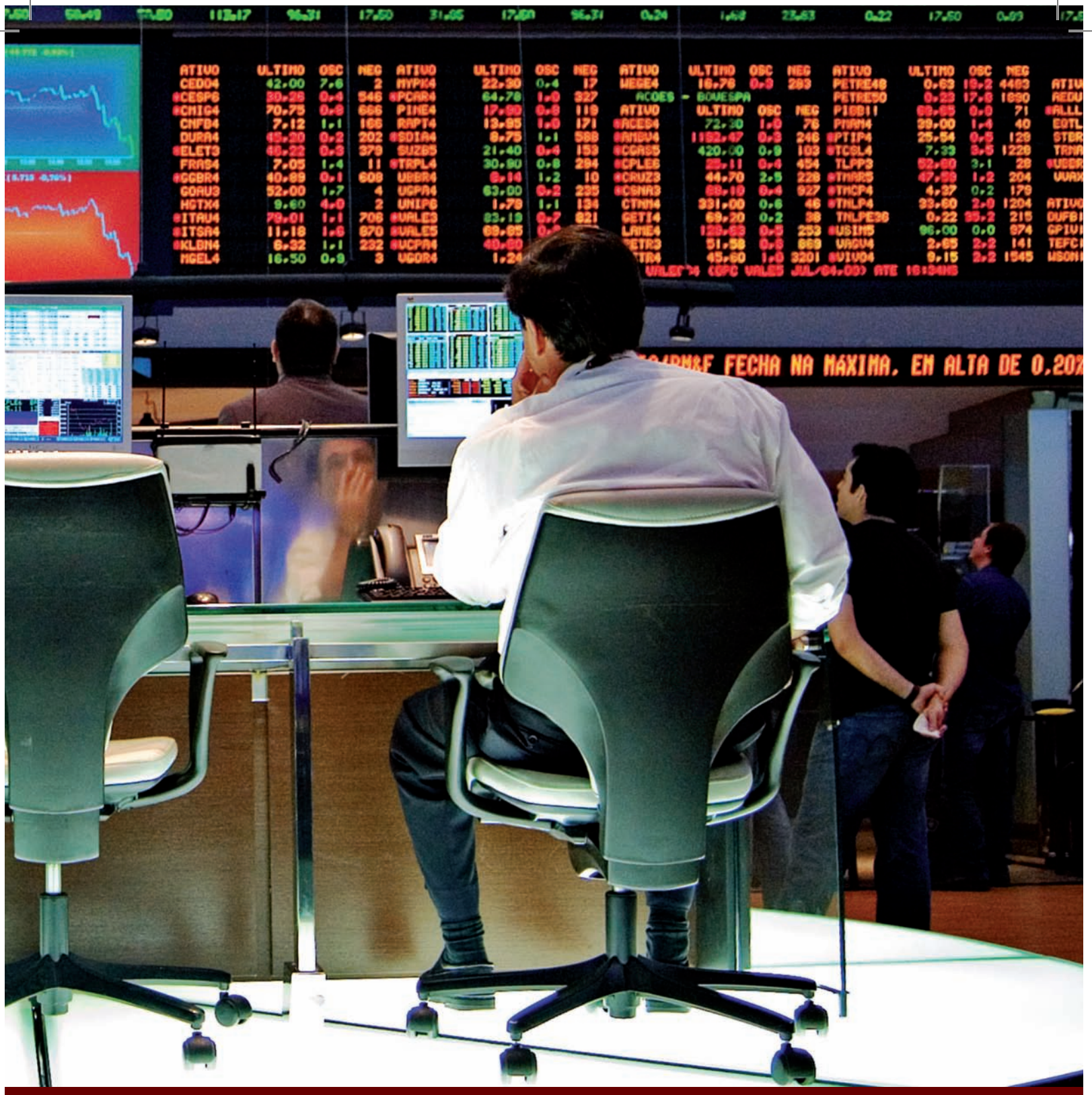
O desemprego juvenil se elevou de 11,9% para 17,0% entre 1992 e 2007, após ter alcançado um pico de 19,4% em 2005. Também é inquietante a proporção de jovens que não estudam e nem trabalham (18,8% do total em 2007). Isso significa que praticamente um de cada cinco jovens brasileiros de 15 a 24 anos de idade encontrava-se nessa situação.

José Ribeiro, coordenador Nacional do Projeto Monitorando e Avaliando o Progresso no Trabalho Decente (MAP), do Escritório da OIT no Brasil. O autor agradece as sugestões de Janine Berg – especialista de emprego da OIT e co-autora do Relatório Perfil do Trabalho Decente no Brasil

BOLSA DE VALORES

Divulgação

Mercado ainda



pouco explorado

Abertura de capital é opção para captar recursos a baixo custo, mas também traz riscos e exige o rigoroso cumprimento de normas. Muitas empresas preferem recorrer ao BNDES ou ao financiamento externo

Débora Carvalho – de Brasília

Das cerca de 500 empresas brasileiras de capital aberto no Brasil, apenas 100 negociam com frequência no mercado de capitais. Além da questão cultural, um dos obstáculos para a atuação das companhias na bolsa de valores é o custo de abrir o capital. A crise econômica, que derrubou a bolsa a níveis de 2006 e deixou por cerca de sete meses o mercado de oferta de ações praticamente paralisado, abriu espaço também para a discussão sobre vantagens e inconvenientes da abertura de capital.

O técnico de pesquisa e planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do **Ipea**, Francisco Santos, explica que a premissa mais importante observada pelas empresas ao analisar a possibilidade de abrir o capital é o retorno financeiro. Este tem que ser maior do que uma eventual perda de controle da companhia, que acontece com a abertura. "Abrir o capital significa ter acionistas e investidores, que participam das decisões. É uma relação de custo e benefício", alerta.

Uma das motivações dos empresários para optar por esse movimento é a necessidade de captar recursos a custo baixo para investimento, para capital de giro ou aquisição de outras empresas. O conselheiro da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), Antônio Mizuno, chama atenção para a importância do planejamento e da gestão estratégica no processo de preparação da abertura de capital. "O primeiro passo é um estudo de viabilidade econômica. É preciso saber o que é mais vantajoso: abrir o capital ou pegar recursos no sistema financeiro", pondera.

A empresa de consultoria Ernest & Young fez, em 2008, um levantamento que aponta os dez principais riscos do lançamento de ações. Entre eles, falha no plano estratégico, falta de suporte dos executivos da empresa, governança corporativa insuficiente, falha na comunicação com investidores e a perda de foco do negócio. Muitos desses erros acontecem pois, para que seja feita uma abertura, há exigências legais que demandam total transparência e organização das empresas. As obrigações da empresa que negocia ações na bolsa envolvem desde a contratação de auditorias independentes até a divulgação das demonstrações financeiras a cada três meses no Diário Oficial da União e em publicações de circulação nacional, passando por manter sempre atualizados todos os meios de se comunicar com o mercado. Além disso, observa Mizuno, um dos pontos nevrálgicos é o papel vital do departamento de relações com acionistas e investidores. "Todos esses aspectos têm um custo que precisa ser considerado pelo empresário. Além disso, muitos deles ainda precisam lidar com o desconhecimento do mercado de capitais, com o receio de perder o controle da empresa e, muitas vezes, com divergências familiares", acrescenta o conselheiro.

"Dependendo da área de atuação, uma multinacional tem facilidade de captar recursos lá fora, o que desestimula o lançamento de ações em bolsa aqui no Brasil. É o que acontece com muitas grandes empresas que atuam no mercado interno"

Aquiles Farias, do Ibmec

Divulgação

Instituição governamental é a principal fonte de financiamento da empresas

Viabilidade econômica – Em meio às possibilidades do mercado, especialistas defendem que a análise mais importante a ser feita pelas empresas é se o perfil do negócio é adequado às regras que devem ser observadas para a abertura de capital. Outro fator que, segundo o economista Miguel Daoud, deve ser considerado é a intenção por trás da tomada de decisão. "O mercado de capitais é o caminho mais fácil para ter acesso a recursos a custo praticamente zero", pontua o especialista. Um exemplo é o caso do Magazine Luiza, que se prepara para o lançamento de ações na bolsa. O economista explica que a fusão do Pão de Açúcar com as Casas Bahia impôs ao Magazine a necessidade de fazer novos investimentos para se manter competitivo no mercado de varejo, principalmente no que diz respeito à oferta de crédito às classes C e D.

"Esse cenário reforça a alternativa de entrar na bolsa, uma forma de conseguir dinheiro para investir ao menor custo possível", afirma Daoud. Já o técnico do **Ipea** lembra que fusões e aquisições são movimentos que aumentam a concentração de mercado e, por um lado, podem estimular a busca pela captação de recursos. "As companhias são tiradas da zona de conforto e estimuladas a abrir o capital não só para investir, e evitar ficar para trás, como para adquirir novas empresas", comenta Santos. Entretanto, ele alerta que a concentração também pode ter um efeito contrário. "A falta de concorrência é capaz de provocar a queda nos investimentos por quem domina o mercado, o que pode culminar em menor necessidade de financiamento, e, eventualmente, na saída da companhia da bolsa de valores".

Em contrapartida, uma empresa que tenha facilidade de pegar financiamentos de custo baixo não teria tanto interesse no mercado de capitais. O economista, pesquisador e professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), Aquiles Farias, lembra que se encaixam nesse perfil, por exemplo, companhias que têm acesso a linhas de crédito a juros baixos, como as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com a BM&F Bovespa, o banco público é o grande financiador das empresas no Brasil, que ainda contam com a possibilidade de recorrer ao mercado externo. "Dependendo da área de atuação, uma multinacional tem facilidade de captar recursos lá fora, o que desestimula o lançamento de ações em bolsa aqui no Brasil. É o que acontece com muitas grandes empresas que atuam no mercado interno", esclarece Farias.

Mas a abertura de capital também traz vantagens para a empresa, além do acesso a recursos a custo baixo. Uma delas é a transparência exigida para entrar no mercado de capitais. O professor do IBMEC explica que a empresa de capital aberto tende a ter *ratings*, ou seja, níveis classificação de risco, melhores. "Ao seguir as regras da CVM e divulgar informações, a empresa aumenta a confiabilidade diante do mercado. Isso significa menos dificuldade e custos na hora de pegar crédito no mercado financeiro".

Por outro lado, há quem enumere vantagens de manter o capital fechado. A valorização da confidencialidade é apontada pelo presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Antônio Castro, como um dos motivos cruciais para essa escolha. Segundo ele, ao preterir a atuação em bolsa, a empresa também preserva informações estratégicas para a competição no mercado. "Em determinados setores, oferecer menos subsídios sobre o próprio negócio e saber mais a respeito da concorrência é uma vantagem competitiva", observa Castro.

Cultura – Depois da estabilidade econômica, proporcionada pela adoção do Plano Real, em 1994, o mercado de capitais brasileiro ganhou força e viveu um momento de euforia em 2007. Naquele ano, houve uma média de seis aberturas de capital e ofertas de ações por mês na bolsa. Foram 64 ofertas públicas iniciais, que movimentaram R$ 70,1 bilhões, segundo dados da BM&F Bovespa. Com o agravamento da crise econômica e a desconfiança do mercado, os investimentos se retraíram e essa realidade mudou.

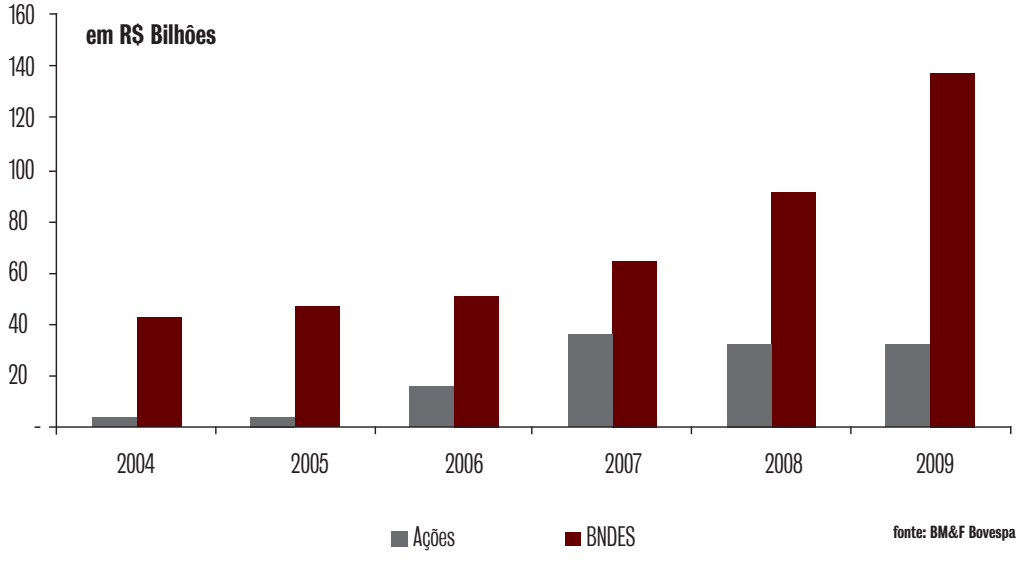
O histórico da BM&F Bovespa mostra que, em 2008, foram realizadas apenas três ofertas, a primeira delas no início do segundo trimestre. A maior negociação inicial do ano, no segundo semestre, foi a abertura de capital da petroleira OGX, que levantou R$ 6,7 bilhões. Dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) mostram que a oferta de ações no País caiu de R$ 67,3 bilhões, em 2007, para R$ 34 bilhões no ano seguinte. A explicação para esse cenário é que com a turbulência econômica os valores das ações caíram, o que torna menos interessante a negociação em bolsa e a abertura de capital.

Francisco Santos, do **Ipea**, explica que, em 2008, além da retração no mercado, foram cancelados vários lançamentos de ações. "O principal receio era de que a captação de dinheiro no processo de abertura ficasse prejudicada pela crise internacional", afirma Santos. O mais famoso episódio de desistência dessa época envolve a Visanet, mesma companhia que se tornaria conhecida depois por alcançar um recorde em volume de capital negociado numa estreia em bolsa. A empresa, que domina 45% do mercado de processamento de cartões de débito e crédito, entrou com pedido de análise de oferta na CVM em agosto de 2008, mas em março do ano seguinte decidiu cancelar a operação por causa da crise. Em junho de 2009, a Visanet finalmente fez a abertura de seu capital na BM&F Bovespa e alcançou R$ 8,3 bilhões, a maior oferta pública inicial do mundo. Até que, em outubro, houve a abertura de capital do Banco Santander que arrecadou novo valor recorde de R$ 13 bilhões.

Apesar de o ano passado ter começado com incertezas econômicas, devido a efeitos contraproducentes da crise mundial, houve uma percepção entre as empresas que o mercado retomaria o fôlego. "Foi uma antecipação do fim da crise em grande parte porque o Brasil está em um patamar de entrada de recursos financeiros. Há uma expectativa grande em relação ao crescimento econômico, além de uma segurança sobre a manutenção da estabilidade da economia. Essa sensação de porto seguro dá visibilidade internacional ao Brasil", comenta o conselheiro Antônio Mizuno.

Outros analistas de mercado concordam que esse cenário de equilíbrio da economia brasileira, combinado com perspectiva de crescimento, é um momento singular para consolidar no País a cultura da negociação em bolsa. Apesar da postura de cautela que surgiu depois da turbulência econômica, é possível que os brasileiros venham a enxergar o mercado de capitais como um ambiente de captação de recursos que possui riscos, mas que também é perfeitamente viável. Até 1994, início da estabilização da economia, a movimentação dos negócios na bolsa era extremamente restrita no País. Um atraso secular se comparado, por exemplo, com os Estados Unidos, onde o mercado de ações aquecido se verifica desde 1800.

Desembolsos do BNDES x Distribuições Públicas de Ações Primárias:



fonte: BM&F Bovespa

Divulgação

Santander faz maior lançamento de ações da história

"O primeiro passo é um estudo de viabilidade econômica. É preciso saber o que é mais vantajoso: abrir o capital ou pegar recursos no sistema financeiro"

Antonio Mizuno, da Apimec

"Já houve um avanço muito grande. Há pouco mais de uma década o mercado acionário brasileiro alcançava 4,5 mil pontos, hoje, está em 70 mil. Esse universo está mais acessível para as pessoas, mas ainda falta maturidade do empresariado, que se apega muito ao controle do patrimônio construído e sente medo de medir com racionalidade benefícios e riscos de se abrir", analisa Aquiles Farias. Atualmente a BM&F Bovespa é a terceira maior bolsa em valor de mercado (US$14,1bilhões), atrás de Chicago Mercantile Exchange (US$ 20,9 bilhões) e Hong Kong Exchange and Clearing (US$19 bilhões).

Farias ressalta que, ao abrir o capital, a empresa tem que redobrar o cuidado até nos procedimentos mais simples e corriqueiros. A divulgação de informações sobre resultados ou novos negócios, por exemplo, tem que ser controlada, porque podem influenciar o comportamento das ações da empresa na bolsa. Se determinada informação se torna pública fora de hora, a empresa está sujeita a responder a processos administrativos e judiciais.

Investidores – Estimulados por decisões do governo, que permitiu o uso de recursos do FGTS para compra de ações de determinadas empresas estatais, os brasileiros começaram a investir em ações. Mas os juros altos ainda são o principal concorrente da bolsa de valores. "Isso não ajudou a estabelecer o hábito de correr riscos. Com uma taxa de 25% ao ano, em quatro anos é possível dobrar um investimento, então, não há necessidade de optar por uma alternativa mais ousada", explica Aquiles Farias. O brasileiro ainda não desenvolveu a cultura de investir em ações. Nos Estados Unidos, quando se tem uma boa ideia de negócio, é comum ir para a bolsa alavancar recursos para financiar a iniciativa.

Essa diferenciação cultural é facilmente observada na movimentação das ações no Brasil. Em 2009, os investidores estrangeiros foram responsáveis por 66% do dinheiro captado em ofertas públicas de ações no Brasil, segundo dados da BM&F Bovespa. "O potencial brasileiro atrai investidores de todo o mundo, o que pode ajudar o mercado a crescer e estimular também a participação do investimento interno", diz o técnico do **Ipea**.

Para as empresas, o mercado de capitais brasileiro ainda tem algumas vantagens em relação a outros países. O representante da Abrasca lembra que no Brasil o custo para abrir o capital pode ser até menor do que nos Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo. A razão seria o alto nível de competitividade dos mercados nesses locais. "O esforço que a empresa precisa fazer para se destacar é muito maior, o que representa gastos", pontua Antônio Castro. Ele explica que entre os países emergentes o mercado brasileiro se destaca pela *expertise* nas áreas de comunicação com investidores e transparência, mas ainda está longe da batalha que é travada em mercados mais tradicionais.

"A dificuldade de chegar a uma sentença final no Judiciário cria um sentimento de impunidade, decepciona quem perdeu dinheiro com o episódio e desestimula o mercado como um todo"

Antonio Castro, da Abrasca

Mesmo com menos burocracia no processo de abertura de capital e com um marco legal considerado um dos mais avançados do mundo, ainda persiste no Brasil alguns entraves ao bom andamento do mercado, um deles é a sensação de falta de controle por parte da Justiça. Quando acontece vazamento de informações ou manipulação de forma a beneficiar alguém, os mecanismos para a punição desse tipo de crime não são eficazes. "A dificuldade de chegar a uma sentença final no Judiciário cria um sentimento de impunidade, decepciona quem perdeu dinheiro com o episódio e desestimula o mercado como um todo", lamenta Castro.

Apesar dos percalços e do temor de uma ressaca da crise mundial, a avaliação entre analistas é que o mercado de capitais no Brasil está retomando o fôlego. A estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 5% neste ano anima os investidores. "Não há mais aquela euforia de antes, até porque existe uma desconfiança de que essa melhora no cenário se deva somente às ações de socorro tomadas pelos governos de diversos países. Tudo isso é levado em conta pelo mercado, que mesmo assim investe em alguns setores", explica Aquiles Farias. A expectativa é que o volume financeiro movimentado com ofertas públicas de ações em 2010 seja o dobro do ano passado, que chegou a R$ 45,9 bilhões.

Segundo Francisco Santos, nem a decisão do Ministério da Fazenda de cobrar Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a entrada de investimentos no País deve afetar a movimentação do mercado. Ele explica que o objetivo do governo federal é evitar uma bolha especulativa, em um cenário em que a moeda local estava se valorizando e a bolsa subindo em níveis considerados perigosos. "Teve um impacto no mercado nos primeiros dias, mas não impede a entrada de dinheiro estrangeiro. É positivo porque dá poder de regulação ao governo e contém excessos", avalia Santos.

Principais lançamentos de 2008

DADOS DA COMPANHIA		INFORMAÇÕES DA OFERTA			PARTICIPAÇÃO
NOME DE PREGÃO	SEGMENTO	CLASSIFICAÇÃO	INÍCIO DE NEGOCIAÇÃO	VOLUME TOTAL (R$)	ESTRANGEIROS
HYPERMARCAS	Produtos Diversos	IPO	18/04/08	612.390.099	85%
LE LIS BLANC	Tecidos, Vestuário e Calçados	IPO	29/04/08	150.187.500	87%
OGX PETROLEO	Exploração e/ou Refino	IPO	13/06/08	6.711.662.763	63%

Fonte: BM&F Bovespa

Principais lançamentos de 2009

DADOS DA COMPANHIA		INFORMAÇÕES DA OFERTA			PARTICIPAÇÃO
NOME DE PREGÃO	SEGMENTO	CLASSIFICAÇÃO	INÍCIO DE NEGOCIAÇÃO	VOLUME TOTAL (R$)	ESTRANGEIROS
VISANET	Serviços Financeiros Diversos	IPO	29/06/09	8.397.208.920	57%
TIVIT	Programas e Serviços	IPO	28/09/09	574.566.690	85%
SANTANDER BR	Bancos	IPO	07/10/09	13.182.457.728	80%
CETIP	Serviços Financeiros Diversos	IPO	28/10/09	772.991.934	84%
DIRECIONAL	Construção Civil	IPO	19/11/09	273.999.999	64%

Fonte: BM&F Bovespa

Poupança e habitação

Fotos: divulgação

Dinheiro garantido para construção de moradias

A caderneta de poupança, a mais popular e segura aplicação financeira, desempenha um importante papel econômico e social no Brasil: além de ser acessível às camadas de baixa renda, é a principal fonte de captação de recursos para investimentos na área de habitação. Os surgimentos da Caixa e da poupança estão entrelaçados, uma vez que o banco foi criado para recolher os depósitos dos brasileiros, especialmente daqueles de classes sociais menos favorecidas.

No Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861, que criou a Caixa Econômica da Corte, o então Imperador Dom Pedro II afirmava: "A Caixa Econômica estabelecida na cidade do Rio de Janeiro (...) tem por fim receber, a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas e de assegurar, sob garantia do Governo Imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este o reclamar (...)".

Ou seja, a Poupança foi inicialmente concebida como uma reserva monetária para as camadas mais pobres da população, ou, na linguagem popular, como o "pé-de-meia" que serviria de "socorro" nos momentos mais difíceis, inclusive como uma garantia para a velhice. Anos depois, a instituição foi autorizada a aceitar depósitos de escravos e de mulheres casadas, desde que não houvesse oposição do marido. O valor depositado era anotado numa caderneta, que era a garantia do poupador.

Desde sua criação, a poupança passou por várias alterações, principalmente na forma de remuneração. A mais importante modificação ocorreu em 1934, quando foi criado um órgão de fiscalização e controle das diversas Caixas Econômicas então existentes e ampliadas as funções das instituições. A partir de então a captação da poupança entrou numa trajetória de crescimento. Foi nessa época que o governo começou a despertar para a importância da poupança como fonte de financiamento a estados e municípios. Em 1964 houve mais uma importante modificação nas cadernetas de Poupança. Por meio da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, foi instituída a correção monetária para os depósitos de Poupança. Ou seja, além da remuneração anual de 6% (0,5% ao mês), os valores depositados em cadernetas passaram a ser atualizados mensalmente pela correção monetária, conforme percentual definido pelo Banco Central do Brasil. Surgem diversas modalidades de poupança, inclusive a poupança vinculada à aquisição da casa própria, e a principal finalidade passou a ser a captação de recursos para o setor habitacional.

Com a instituição do Plano Real, em 1994, acabou o sistema de correção monetária e os valores depositados passaram a ser remunerados mensalmente a uma taxa de juros de 0,5%, aplicada sobre os valores atualizados pela Taxa Referencial (TR). Apesar da alteração, a poupança continua a crescer com vigor, batendo recordes históricos.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Empresas também têm responsabilidade social

Setor privado começa a cobrar resultados de seus próprios investimentos na área social. Não quer mais só liberar recursos

Suelen Menezes – de Brasília

A maior parte das empresas brasileiras investe em ações sociais. Mas poucas se preocupam com os resultados. Elas não dispõem de diagnóstico de situação nem avaliação dos possíveis impactos de sua intervenção. O mais comum é a empresa optar por uma causa específica e, depois, buscar informações que possam subsidiar o desenho dos programas. Agora, porém, as empresas começam a ver que não basta só destinar recursos, mas verificar como eles estão sendo aplicados e os resultados alcançados.

"A avaliação entrou na agenda da ação social das empresas. Quando desenvolvida, ela é bastante utilizada, mas há muito que avançar para encontrar metodologias mais simples que possam ser utilizadas em larga escala por empresas de diferentes portes", afirma Anna Maria Peliano, coordenadora de Responsabilidade Social da

Dreamstime

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do **Ipea**, responsável por uma pesquisa que resultou na publicação do livro *Cultivando os frutos sociais: a importância da avaliação das ações sociais das empresas*. O trabalho focaliza três questões: por quê, como e para que as empresas se dedicam a avaliar suas atividades sociais.

Anna Maria Peliano explica que as empresas têm se preocupado em avaliar suas ações sociais porque há um entendimento cada vez maior de que não basta apenas investir recursos em ações sociais. A sociedade cobra que as empresas apresentem resultados do que é feito para que as políticas sociais não fiquem restritas ao *marketing*.

Resultados – "As organizações vão se diferenciar pelos resultados obtidos e não pelo valor investido. Há também a pressão da direção e dos gestores. O primeiro, para conhecer o impacto dos recursos alocados, e o segundo, para aprimorar e corrigir rotas. A prestação de contas já é feita pelas empresas. Agora é necessário saber o impacto desses investimentos e como a comunidade beneficiada percebe essas ações. Avaliar para iluminar", diz a técnica do **Ipea**.

A coordenadora ressalta que as empresas já fazem um monitoramento quantitativo dos investimentos sociais, mas só recentemente buscam conhecer como esses programas chegam às comunidades e o que muda na vida das pessoas beneficiadas. Para avaliar o trabalho, as empresas fazem parcerias com especialistas da área e buscam apoio de atores envolvidos nos projetos como organizações não governamentais e executores dos programas.

"O que parece ser consenso é o entendimento de que o monitoramento e a avaliação são etapas interdependentes de um mesmo processo, ou seja, enquanto a avaliação é compreendida como uma fotografia tirada no meio ou no final dos programas, o monitoramento é mais como um filme que perpassa todo o processo", explica.

Aperfeiçoamento – Avaliar as ações sociais de uma empresa é fundamental para verificar a eficácia da aplicação dos recursos. E também é importante, segundo Anna Peliano, para aprimorar as ações. A pesquisa constatou que a avaliação tem sido muito utilizada pelas organizações para redirecionar e melhorar a qualidade de seus projetos.

O trabalho revelou que as empresas de maior porte avaliam as suas ações sociais principalmente para mostrar à opinião pública que o empenho com as questões sociais contribui efetivamente para a melhoria das condições de vida das comunidades atendidas.

Outro motivo citado foi o reconhecimento, por parte dos responsáveis pelos projetos e programas sociais, de que a avaliação é um instrumento importante de gestão e que pode ajudar a ampliar os conhecimentos na área, desenvolver novas tecnologias sociais, articular parcerias e influenciar as políticas públicas.

Divulgação

Instituição privada mantém 40 escolas para atender mais de 100 mil crianças carentes

Ação social das empresas

Bondade ou interesse?

A preocupação com os problemas sociais não é o único fator que leva os empresários a investir na área social. Fazer o bem também tem suas recompensas: melhora a relação da empresa com os parceiros e a imagem diante dos consumidores.

"A pressão da sociedade e o novo entendimento de que todos devem contribuir para equacionar os problemas sociais são fatores que motivam as empresas a investirem na área social. Outra questão é que a atuação social passou a ser um diferencial de marca, um interesse corporativo", afirma Anna Peliano.

A década de 90 foi um marco para a responsabilidade social das empresas. A gravidade das condições sociais, associada à crise da economia e instabilidade política, reforçou a mobilização da sociedade e seu envolvimento nas causas sociais. Tudo isso contribuiu para uma maior participação do setor privado no campo social.

O livro *Bondade ou interesse: como e porque as empresas atuam na área social*, publicado em 2001, pesquisa também coordenada por Anna Peliano, mostra que o retorno para as empresas que investem em ações sociais é alto nos itens: melhoria da imagem junto à comunidade, aos clientes e fornecedores; maior envolvimento dos funcionários com a missão da empresa; e melhoria do relacionamento com parceiros importantes (governo, agências internacionais, outras empresas e organizações não governamentais).

Por outro lado, não houve impactos significativos na diminuição dos impostos a pagar e no aumento das vendas, o que indica não serem esses os aspectos mais relevantes, pelo menos no curto prazo, para o envolvimento social das empresas.

O trabalho chega à conclusão que nem bondade ou interesse, exclusivamente, motiva as empresas. As motivações são complexas e interdependentes. Anna Peliano ressalta que questões de foro íntimo, como o espírito humanitário, a vontade de dar e de retribuir benefícios recebidos influenciam muito o envolvimento dos empresários no atendimento social.

"Ajudar gratifica, e essa satisfação altruísta não deve ser negada ao se buscar entender o comportamento do setor privado na área social. Porém essa devoção ao próximo não é a única responsável para o crescimento da participação privada no campo social a partir da década de 90. Pressões sociais e interesses corporativos contribuíram, e muito, para esse novo protagonismo", afirma Anna Peliano.

No mundo contemporâneo, a responsabilidade social é um fator de competitividade, uma maneira de as empresas promoverem a sua imagem junto aos consumidores, melhorar o relacionamento com as comunidades vizinhas e aumentar a produtividade de seus trabalhadores, fatores que não são desconsiderados pelo empresariado.

Filantropia – O envolvimento do setor privado na área social vem tomando, gradativamente, o espaço da filantropia. As organizações têm entendido que o sentimento humanitário é importante, mas não suficiente para enfrentar a pobreza e a exclusão social. Existe a necessidade de um compromisso maior e de uma atuação mais agressiva e melhor estruturada.

Compromisso social e filantropia não são excludentes. O objetivo da pesquisa ao diferenciar as ações foi de subsidiar o debate sobre os caminhos para uma maior efetividade do setor privado no campo social. As novas atitudes adotadas apontam para mudanças na relação das empresas com a sociedade.

Os estudos citados podem ser encontrados no site do Ipea www.ipea.gov.br

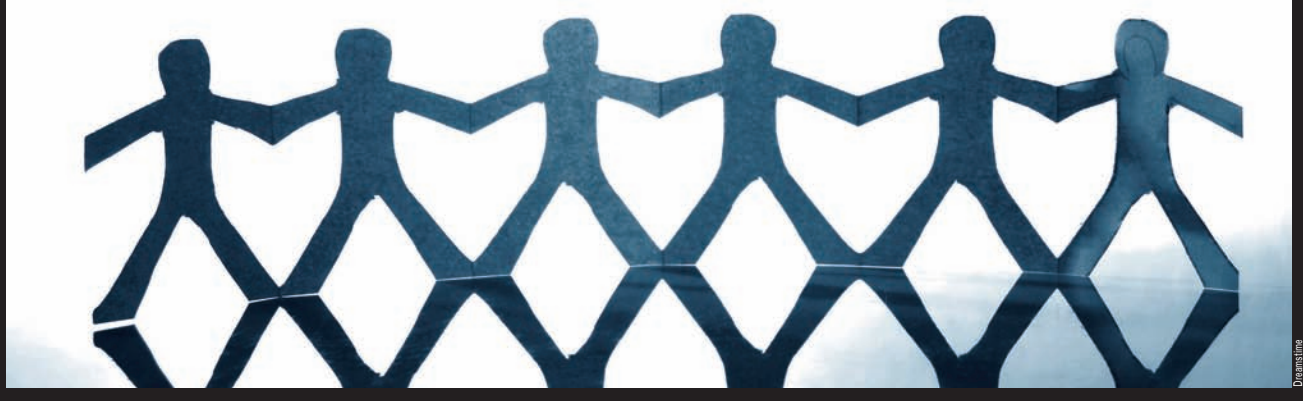
A segunda edição da Pesquisa Ação Social das Empresas (Pase), realizada pelo **Ipea** em 2006, coordenada por Anna Peliano, revelou que 69% das empresas privadas brasileiras realizam ações sociais em benefício da comunidade. São aproximadamente 600 mil empresas desenvolvendo trabalhos voluntários. Em 2004, elas aplicaram em ações sociais cerca de R$ 4,7 bilhões, o que correspondia a 0,27% do PIB brasileiro daquele ano.

A pesquisa revelou que o investimento social privado é pouco influenciado pela política de benefícios tributários, uma vez que apenas 2% das empresas que atuaram na área social fizeram uso de incentivos fiscais. Dentre os motivos alegados, 40% dos empresários disseram que o valor do incentivo era muito pequeno e, portanto, não compensava seu uso. Para 16%, as isenções permitidas não se aplicavam às atividades desenvolvidas e 15% nem mesmo sabiam da existência dos benefícios.

A principal dificuldade apontada pelos empresários para investir em ações sociais foi a questão financeira: 62% disseram que a falta de dinheiro é o maior empecilho. Uma parcela menor reclamou da ausência de incentivos governamentais (11%). É pequena a proporção de empresas que não atuam porque nunca pensaram nessa possibilidade ou porque acreditam que esse não seja o seu papel (5%).

Diferenças entre filantropia e compromisso social:

Filantropia	Compromisso Social
As motivações são humanitárias	O sentimento é de responsabilidade
A participação é reativa e as ações, isoladas	A participação é pró-ativa e as ações, mais integradas
A relação com o público-alvo é de demandante/doador	A relação com o público-alvo é de parceria
A ação social decorre de uma opção pessoal dos dirigentes	A ação social é incorporada na cultura da empresa e envolve todos os colaboradores
Os resultados resumem-se à gratificação pessoal de poder ajudar	Os resultados são pré-estabelecidos e há preocupação com o cumprimento dos objetivos propostos
Não há preocupação em associar a imagem da empresa à ação social	Busca-se dar transparência à atuação e multiplicar as iniciativas sociais
Não há preocupação em relacionar-se ao Estado	Busca-se complementar a ação do Estado, numa relação de parceria e controle



Dreamstime

Fonte: "Bondade ou interesse: como e por que as empresas atuam na área social" (página 102).

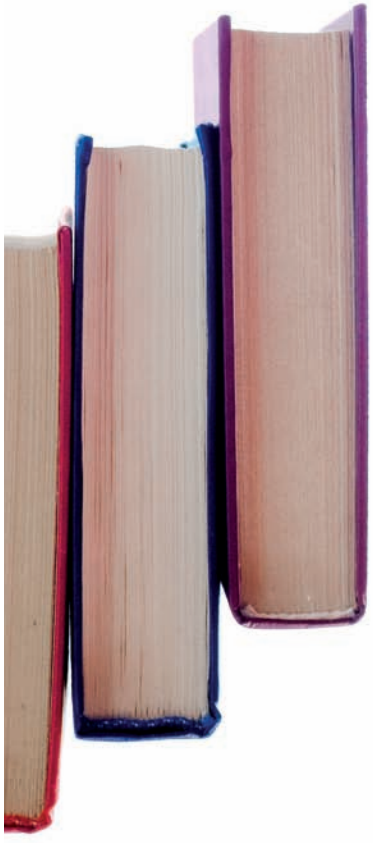
Juventude

mais tempo para os estudos

Jovens estão adiando entrada no mercado de trabalho. Escolaridade média já é maior do que a da população acima de 40 anos de idade

Os jovens adolescentes brasileiros - 15 a 17 anos de idade – perderam participação no mercado de trabalho: em 1998 representavam 45% da força de trabalho no Brasil. Dez anos depois, 37%, de acordo com o estudo *PNAD 2008: Primeiras Análises,* publicado pelo **Ipea** no Comunicado da Presidência nº 36, com estudos sobre juventude e desigualdade racial. Isso significa, segundo o **Ipea**, que os jovens estão dedicando mais tempo ao estudo e adiando a entrada no mercado de trabalho. "A idade média de entrada no mercado de trabalho tem aumentado nas duas classes das pontas, aqueles com faixa de renda de cinco ou mais salários mínimos e os de renda menor que ¼ de salário mínimo", explica Joana Mostafa, técnica da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc).

Ao avaliar os dados da PNAD, ela conclui que houve um aumento na escolaridade média dos jovens: em 2008, os jovens com idade entre 25 e 29 anos apresentavam uma média de 9,2 anos de estudo, 3,2 anos a mais do que a da população com mais de 40 anos. Entretanto, prevalecem no País "expressivas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos e não brancos, áreas urbanas e rurais e diferentes regiões". A situação é mais grave no Norte e Nordeste.


Dreamstime

Outro problema que ainda persiste, segundo o **Ipea**, é a interrupção e retomada dos estudos, que provocam "um percurso educacional bastante irregular." A frequência ao ensino médio na idade adequada abrange apenas a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos (50,4%) e cerca de 44% ainda não concluíram o ensino fundamental. De acordo com a publicação, apenas 13,6% dos jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados em faculdades em 2008. O abandono da escola é proporcional à idade: 15,9% na faixa de 15 a 17 anos; 64,4% na de 18 a 24 anos; e 87,7% na faixa de 25 a 29 anos. "Muitos desses jovens desistiram de estudar sem ter completado nem sequer o ensino fundamental", afirma a publicação.

Embora seja ainda alta a evasão escolar, os números mostram uma queda significativa na taxa de analfabetismo entre os jovens: de 8,2% para 1,7% na faixa de 15 a 17 anos, e de 8,8% para 2,4% na faixa de 18 a 24 anos. "Pode-se também constatar que a incidência do analfabetismo é tanto maior quanto mais elevada é a faixa etária dos jovens brasileiros. Os jovens adolescentes (15 a 17 anos) apresentam menor incidência de analfabetos, o que não deixa de ser uma conquista dessa nova geração, tanto em relação aos outros subgrupos de jovens, quanto em relação aos seus pais."

O estudo avaliou também a questão da desigualdade de renda entre negros e brancos. Em 2004 a renda dos brancos era 2,15 vezes superior à dos negros. Em 2008 ficou em 1,99. "Políticas específicas para a população negra são necessárias, mas insuficientes para acabar com a desigualdade racial no Brasil", afirma Rafael Ozório, também técnico da Disoc. O estudo destaca que parte da desigualdade racial é necessariamente resultado das desigualdades entre regiões, já que as regiões mais ricas apresentam maior porcentagem de pessoas brancas.

Livro – Na publicação *Juventude e Políticas Sociais no Brasil, o* **Ipea** faz uma profunda análise das iniciativas governamentais direcionadas aos jovens – 15 a 29 anos de idade. Além do problema da educação, Jorge Abrahão, diretor de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), destaca as questões da violência e drogas. "O comportamento de risco leva à situação de risco. Podemos citar drogas, violência, iniciação sexual precoce, prática sexual desprotegida, evasão escolar e inatividade como problemas", comenta.

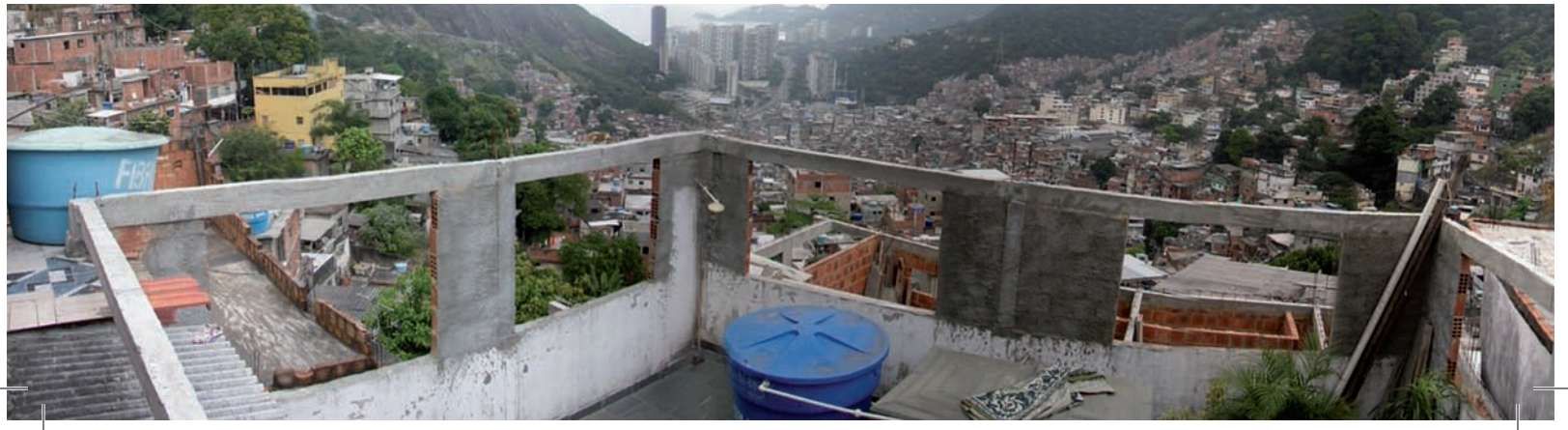
Para Marcio Pochmann, presidente do **Ipea,** o País demorou a despertar para a importância de ações específicas para os jovens: "As políticas públicas para a juventude chegaram tarde no Brasil. Com a chegada da sociedade urbana e industrial, é que a temática ganhou dimensão". O livro é uma contribuição para o aprimoramento das políticas para a juventude. "Evidentemente que publicações como essa do **Ipea**, que apontam imprecisões, avanços e desafios a serem superados, servem de referência para nós que hoje estamos gestores públicos e para aqueles que virão", comenta o secretário nacional de Juventude, Beto Cury, acrescentando que o governo tem adotado diversas medidas: "Temos tentado fazer uma combinação de políticas públicas estruturantes com programas específicos se complementando. Por exemplo, ao mesmo tempo em que o governo investe fortemente na ampliação de universidades públicas, mantém o ProUni que dá bolsa pública em universidades particulares. Dos 600 mil bolsistas, 506 mil são jovens de até 29 anos".

Fotos: Divulgação

Fim da pobreza?

O Brasil pode eliminar a pobreza extrema em poucos anos. Mas é preciso manter os investimentos sociais, redistribuir renda e melhorar a coordenação entre as esferas de governo

A pobreza absoluta no Brasil caiu 3,1% por ano, em média, entre 2003 e 2008. Se mantido o mesmo ritmo, o Brasil poderá eliminar a pobreza extrema até 2016. "O resultado seria um quadro social muito positivo. O Brasil pode praticamente superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4%, o que significa quase sua erradicação", conclui o estudo *Pobreza, desigualdade e políticas públicas*, publicado pelo **Ipea**, no Comunicado da Presidência nº 38. Embora os indicadores de desigualdade caiam em menor velocidade, o País poderá alcançar, nesta década, "indicadores sociais próximos aos dos países desenvolvidos." Mas para isso o Brasil precisa solucionar algumas questões, como a tributária e a da falta de coordenação das políticas sociais entre as diferentes esferas de governo.



Pobreza ainda atinge grande parte da população

"Para resolver a desigualdade, terá de ser com políticas redistributivas. Será necessária a reforma do sistema tributário", afirma Marcio Pochmann, presidente do **Ipea**. As políticas redistributivas significam que a arrecadação se dá principalmente entre os setores mais privilegiados da população, e as transferências de benefícios vão especialmente para os menos abastados. Hoje, a parcela menos favorecida dos brasileiros é que tem a maior parte de seu orçamento comprometida com tributos, explica. "Outro problema é de coordenação, articulação das políticas públicas. A Constituição de 1988 criou eixos, blocos de intervenção na saúde, na educação, transporte, etc. Há uma estrutura verticalizada, com sistemas únicos, nos quais não há matricialidade e existe sobreposição", explica Pochmann.

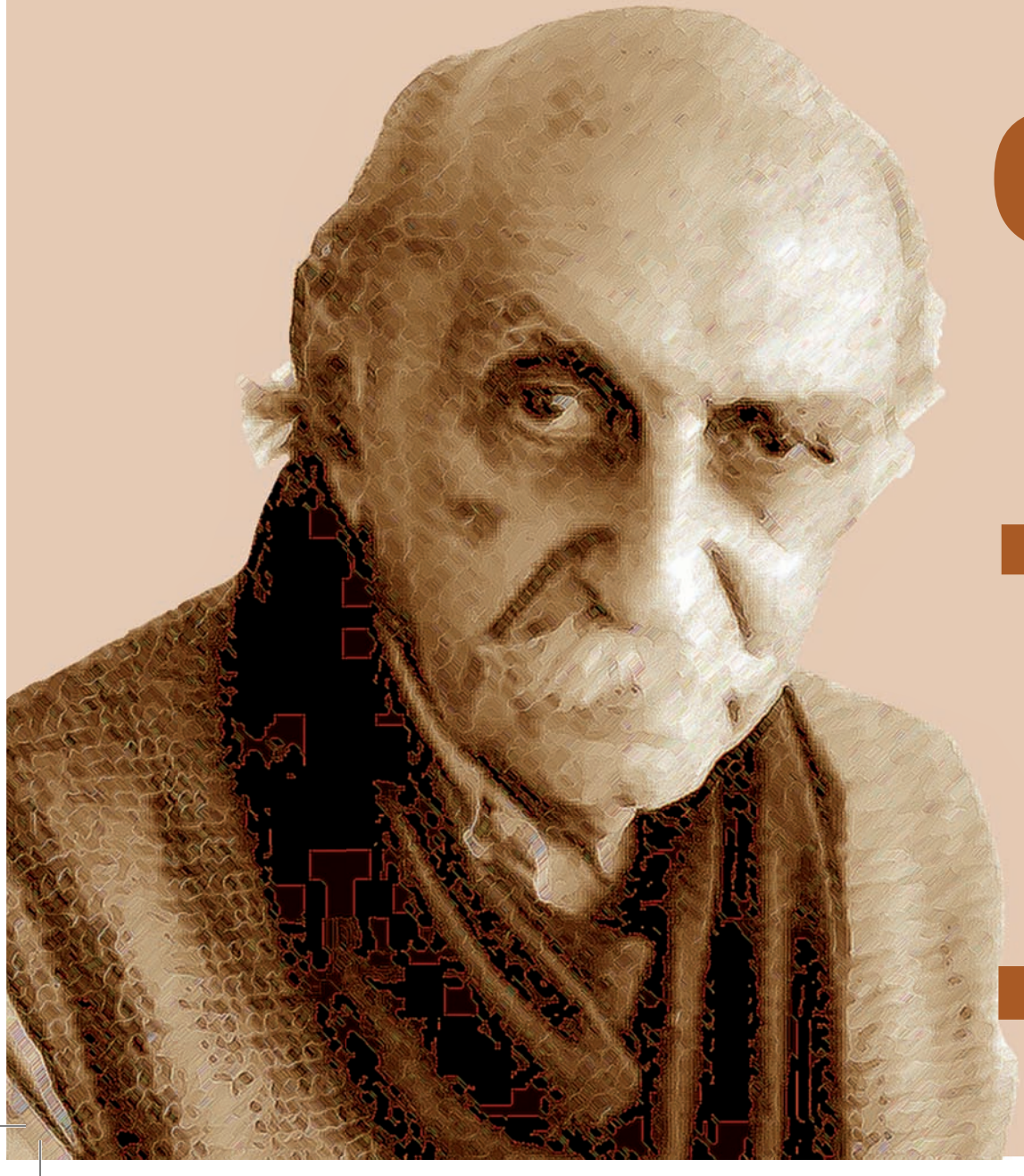
O estudo afirma que os avanços obtidos nos últimos anos resultam da combinação "da estabilidade monetária, a maior expansão econômica e o reforço das políticas públicas, como a elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular, reformulação e alargamento dos programas de transferências de renda aos estratos de menor rendimento." A manutenção dos gastos sociais, em torno de 22% do PIB, e a melhoria na qualidade da aplicação dos recursos são essenciais para a erradicação da pobreza extrema.

Na publicação, o **Ipea** faz uma avaliação da situação mundial da pobreza: "A evolução da pobreza não tem sido homogênea no mundo. Apesar de sua queda global em termos absolutos, segundo metodologia do Banco Mundial, há diferenças importantes a serem destacadas do ponto de vista geográfico." Entre 1981 e 2005, o número de pobres no mundo caiu de 1,896 bilhão para 1,377 bilhão de pessoas vivendo com até US$ 1,25 por dia. "A saída de 520 milhões de pessoas da condição de extrema pobreza entre 1981 e 2005 (-27,4%) se deu fundamentalmente pelo que ocorreu no Leste Asiático e Pacífico (-755,3 milhões de habitantes) e no Oriente Médio e África do Norte (-2,7 milhões de pessoas). Ou seja, o importante efeito da expansão da China teve impacto inegável sobre a redução da pobreza mundial, pois no resto da agregação das regiões do mundo houve elevação na quantidade de extremamente pobres, como o acréscimo de 176,9 milhões de pessoas na África Subsaariana; de 47,3 milhões a mais no Sul da Ásia; de 10,2 milhões na Europa do Leste e Ásia Central; e de 4,1 milhões adicionais na América Latina e Caribe na comparação com o mesmo período", pondera o documento.

Já a desigualdade aumentou no período: as nações da Ásia "em expansão econômica apresentam elevação na desigualdade de renda tanto na segunda metade dos anos 1990 como na primeira metade da década de 2000. Paquistão e Indonésia lideram os aumentos na desigualdade, embora os casos da China (2,1%) e de Bangladesh (4,7%) não possam ser menosprezados". O mesmo fenômeno se repete nos países desenvolvidos: na Itália e Alemanha houve aumento na desigualdade de renda, mas a pior situação foi registrada nos Estados Unidos. Já a França apresentou melhora em seus indicadores.

PERFIL

Lucio Costa



Os 50 anos da capital também são dele

Ruas cheias, gente e carros correndo, prédios disputando espaço com o céu. Hoje ela tem um quê de metrópole, mas há cinco décadas, não passava de um ponto no meio do cerrado. Prestes a completar seu 50º aniversário, Brasília se prepara para agradecer não só os cumprimentos, mas acima de tudo, ao responsável por tê-la inventado: Lucio Costa

Pedro Barreto — de Brasília

Um arquiteto que dominava não só as formas, mas também as palavras. Um intelectual que colocava a simplicidade à frente de suas capacidades. Lúcio Costa foi um dos maiores nomes da identidade brasileira no século XX. Suas idéias, projetos e interpretações sobre nossa cultura o tornaram uma das mais admiradas expressões da História de nosso País.

Nascido em Toulon, França, em 1902, Lucio Costa viveu na Inglaterra e na Suíça antes de chegar ao Rio de Janeiro, para estudar na Escola Nacional de Belas Artes. "Meu pai, sem me consultar, me matriculou e deu início a tudo", ele recordou certa vez. Formou-se em 1924 e logo se tornou um dos arquitetos de maior prestígio da época. Com uma linguagem moderna, que demonstrava um entusiasmo diferenciado por cada projeto que tinha seu toque, ele mudou o rumo do urbanismo e da arquitetura brasileira.

Foi a partir da década de 1930 que sua atuação passou a ganhar destaque. Em 1936, foi indicado pelo presidente Getúlio Vargas para reformar o ensino na Escola Nacional de Belas Artes. Entre os alunos, estava Oscar Niemeyer, grande parceiro de obras futuras. Pouco depois, Lucio Costa seria o responsável pelo projeto do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro. Reuniu nomes consagrados para a tarefa: além de Niemeyer, Roberto Burle Marx e o arquiteto francês Le Corbusier.

"Ele soube reconhecer pessoas que hoje sabemos que foram fundamentais para o Brasil e para a história mundial. É como se o seu pensamento estivesse um pouco mais à frente, sempre pronto para trazer inovações que significariam um grandioso legado. Lucio Costa foi um intelectual com um quilate diferenciado, que representou o DNA de nossa arquitetura", afirma Hugo Massaki Segawa, professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

Além de coordenar vários planos urbanísticos no Brasil e no exterior, Lucio Costa deu grande contribuição à defesa do patrimônio artístico e arquitetônico. Em 1937, ingressou no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde permaneceu até se aposentar, em 1972. Ganhou títulos importantes como Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Harvard, em 1960, e condecorações em países como França e Inglaterra.

No entanto, foi em 1957 que sua história receberia a coroação mais alta. Participante de última hora, o projeto de Lucio Costa venceu o concurso público para o plano urbanístico do Plano Piloto da Nova Capital. A invenção superou as expectativas do júri, como contou na época, à revista *Manchete*, Flávio Aquino, arquiteto que trabalhava com Oscar Niemeyer, um dos jurados:

"O clima era de desolação. Lamentávamos que os trabalhos até então entregues não estivessem à altura (...) de uma grande capital. Niemeyer sentou-se num caixote, a cabeça entre as mãos. Mas o presidente da comissão julgadora, Sir William Holford, começou a estudar as pranchas (...) De vez em quando perguntava o significado de uma palavra. De repente exclamou, entusiasmado: "Mas esta é a maior contribuição urbanística do século XX!"

Falecido aos 96 anos de idade, na capital fluminense, Lucio Costa pôde ver sua grande criação ser tombada pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. As festividades na grande data, em 21 de abril de 2010, serão uma comemoração a Brasília e, em consequência, à obra de Lucio Costa.

Brasília 50 anos

Capital projetada para 500 mil habitantes hoje tem 2,6 milhões de moradores e tem a segunda maior renda *per capita* do País. Projeto arquitetônico vira patrimônio cultural da humanidade e é tombado pelo patrimônio histórico nacional

Suelen Menezes

Às vésperas de completar meio século, Brasília continua a encantar seus moradores e visitantes. Os traços simples do projeto de Lucio Costa, como ele próprio definiu – "um gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz" – valorizam ainda mais a arquitetura de Oscar Niemeyer. As grandes avenidas, perspectivas e parques permitem ver os edifícios de vários ângulos e sem obstáculos.

A beleza, criatividade e inovação da Capital foram reconhecidas pelo mundo. Em 7 de dezembro de 1987, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) inscreveu Brasília na lista de bens do Patrimônio Cultural da Humanidade . Em 1990, a cidade foi tombada pelo governo federal. Da prancheta de Niemeyer nasceram projetos que se tornariam ícones da arquitetura mundial.

Brasília foi o primeiro núcleo urbano construído no século XX incluído na lista dos bens de valor universal pelo Comitê do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco. Detentora da maior área tombada do mundo – 112,25 quilômetros quadrados, assumiu o mesmo grau de importância de cidades como as italianas Florença, Veneza e Roma; a peruana Cuzco; as brasileiras Olinda e Ouro Preto; e a capital francesa, Paris.

A escolha de Brasília como Patrimônio Mundial fundamentou-se na suas quatro escalas estruturadoras: a monumental, a gregária, a residencial e a bucólica. A escala monumental está configurada pelo Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Rodoferroviária. O Eixo congrega os edifícios que abrigam a alma político-administrativa do País e do governo local. As principais obras arquitetônicas estão concentradas nessa escala: os palácios do Congresso Nacional, do Itamaraty, do Planalto, da Justiça, o Panteão, os Ministérios, a Catedral, o Memorial JK, o Memorial dos Povos Indígenas e a Torre de TV.

A escala gregária está representada pelos setores de convergência da população: comercial, bancário, de diversões e cultura, hoteleiro, médico-hospitalar, de rádio e televisão. Tem como ponto central a Plataforma Rodoviária, traço da união de Brasília com as demais cidades do Distrito Federal e entorno.

"Nunca te vi de perto; agora vejo e sinto e apalpo todo o meu desejo é que seja em tudo uma cidade completa, firme, aberta à humanidade e tão naturalmente capital"

Carlos Drummond de Andrade, poeta

"As colunas do Palácio da Alvorada constituem o elemento arquitetural mais importante depois das colunas gregas"

André Malraux, escritor francês

Traços inovadores na Catedral

A beleza da Ponte JK

Fotos: Divulgação

A escala residencial traz um novo jeito de morar: as superquadras das Asas Sul e Norte. Elas são formadas por conjuntos de edifícios que apenas tocam o solo, suspensos sobre pilotis, o que permite que o chão seja livre e acessível em toda a sua extensão. Há o predomínio do verde, com gramados e vegetação. As alturas uniformes – de seis pavimentos nas quadras 100, 200 e 300, e de três nas quadras 400 – garantem a visibilidade de um vasto horizonte. A unidade de vizinhança faz parte dessa proposta. Formada pelo conjunto de quatro superquadras, a unidade deve dispor de clube, cinema, teatro, igreja, comércio e biblioteca.

Por último, a escala bucólica, que permeia as outras três. São os gramados, praças, jardins, áreas de lazer, orla do Lago Paranoá – os espaços destinados ao deleite, descanso e devaneio, que dão à Brasília o título de cidade parque.

"O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade", descreve o site da Unesco.

O diretor do Conjunto Urbanístico Tombado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF, Maurício Goulart, explica que quando Brasília foi tombada, aos 22 anos, era uma cidade jovem, incompleta, ainda em formação, por isso o tombamento foi calcado nas quatro escalas para não engessar a cidade.

"As quatro escalas representam quatro formas diferentes de ocupação. O projeto previa áreas com ocupações menos densas de uma borda a outra de Brasília, com lotes maiores e edifícios mais baixos, onde estão localizados o setor de clubes e a orla do Lago Paranoá. A maior densidade populacional ficaria concentrada nas escalas residencial e monumental. A forma de ocupação é que deve ser respeitada", completa.

Ele explicou que Brasília não tem uma legislação única de uso e ocupação dos terrenos, o que dificulta o trabalho da Secretaria. Como exemplo, ele citou a destinação do setor de clubes. "Não existe mais demanda para implantação de clubes. Nesses locais têm surgido comércios e restaurantes, porém não há uma legislação para regular essa nova demanda".

Outro problema é a concentração de empregos na área tombada. Apenas 10% da população moram em Brasília, mas 70% dos empregos estão concentrados na capital. "É preciso organizar melhor os espaços entre as cidades e descentralizar os empregos. Brasília é o centro de toda uma região e isso gera diversos problemas como o de transporte urbano", ressalta.

Brasília: a cidade erguida do nada em menos de quatro anos

A mudança da capital para o interior do País gerou muita polêmica e foi um desafio enfrentado com bravura por aqueles que acreditaram nesse sonho.

Em 1955, o mineiro Juscelino Kubitschek, então candidato à Presidência, percorria o País em campanha. O seu primeiro comício foi na cidade goiana de Jataí. Naquele dia, ao responder a pergunta de um eleitor, JK assumiu o compromisso perante a população de cumprir a Constituição de 1946, que previa a transferência da capital para o interior.

"A pergunta, absolutamente inesperada, chegou, por um momento, a perturbar-me. Já ia adiantada a elaboração de meu programa de metas, mas confesso que jamais havia pensado em mudar do Rio de Janeiro a Capital da República. Naquele breve instante, assumi perante o goiano que me dirigiu a palavra e perante todo o País a maior responsabilidade pública. Daí em diante, por toda parte me renovavam a pergunta e a resposta era invariável: construirei a nova capital". (JK em entrevista concedida ao jornalista José Leão Filho, publicada no jornal Correio Braziliense.

A construção da capital virou a meta-síntese do governo de JK. Três meses após assumir a Presidência da República, em 31 de janeiro de 1956, começava a corrida contra o tempo para inaugurar Brasília no dia 21 de abril de 1960.

"Comparando-se as distâncias, medindo-se os meridianos e paralelos, verifica-se que não poderia ter sido mais adequada a localização de Brasília. Construída num ponto estratégico, as estradas que a servem – um verdadeiro tecido conjuntivo de artérias e veias de intercomunicação interna – realizam, com perfeição, uma verdadeira costura do Brasil por dentro".

A proposta de mundança da Capital também causou resistências daqueles que preferiam continuar no Rio. Era natural que a capital preterida fosse palco das principais batalhas. A novidade da cidade erguida no meio do nada no interior do Goiás era um atrativo para aventureiros em busca de enriquecimento rápido, mas um pavor para os servidores públicos federais habituados à vizinhança da praia. Apenas 1,1% dos servidores foi transferido para Brasília a tempo da inauguração.

Pesquisa realizada pelo Ibope em março de 1960 com a população do Rio de Janeiro mostrou que, apesar das reclamações, 80% dos entrevistados acreditavam que JK tinha acelerado o desenvolvimento brasileiro; 73% aprovavam a mudança da capital; e 62% acreditavam que a nova capital traria benefícios ao País. Apenas 24% desaprovavam a iniciativa.

"Brasília será a maior ruína da história contemporânea. A diferença das outras é que nunca será habitada por ninguém, já que não ficará pronta"

Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional (UDN), em 1957

"A nova capital só fica pronta no prazo fixado se a Novacap se transformar em fada madrinha de história da carochinha e, em vez de vigas de aço vindas da América do Norte, a peso de ouro, utilizar uma varinha de condão"

Editorial do Diário de Notícias, em dezembro de 1958

"Brasília jamais terá energia elétrica ou telefonia. Nunca se comunicará com o restante do país"

Gustavo Corção, pensador católico e na época especialista em telecomunicações, em O Globo, em julho de 1959

Brasília hoje

Dados de 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que Brasília é a quarta maior cidade do País, deixando para trás Belo Horizonte, Fortaleza e Curitiba. A população da cidade foi estimada em 2.606.885 de habitantes. A Capital também possui o segundo maior PIB *per capita* do Brasil entre as capitais, R$ 34.510, superada apenas por Vitória, R$ 47.855.

Divulgação

Torre de TV, um os pontost urísticos de Brasília

Sem revolta e sem povo: a República está proclamada

Na década de 1880, a monarquia brasileira estava em crise. Turbulências de todos os lados colocavam em xeque o sistema de governo liderado pelo imperador D. Pedro II. O Império, instaurado após a proclamação da Independência em 1822, estava enfraquecido pela paralisia econômica e social. Os ventos da República pareciam não ter volta

Pedro Barreto – de Brasília

Divulgação

A perda de prestígio da Monarquia já dava claros sinais havia anos. O Exército saiu fortalecido da Guerra do Paraguai, finalizada em 1870, e pouco a pouco se aproximava dos ideais progressistas, distantes da ditadura imperial. A Igreja Católica, um dos principais pilares do governo em tempos anteriores, estava insatisfeita com as interferências de D. Pedro II nos assuntos religiosos; a classe de proprietários rurais, em especial cafeicultores de São Paulo, estava contrariada com a abolição da escravatura, que não trouxe qualquer indenização a quem tinha escravos. Por isso, já admitia outro tipo de governo, que permitisse maior poder político.

Além disso, mesmo com o grande respeito por D. Pedro II, o descontentamento da população crescia. Miséria, corrupção e a falta de liberdade política eram fatores que já causavam a desestabilização do regime. Em seu livro *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*, a professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e doutora em história social da cultura, Maria Tereza Chaves de Mello, lembra que a formação de associações, confrarias, clubes e o desenvolvimento da imprensa ajudaram a disseminar o pensamento republicano na época.

"O estado doentio do imperador e as notícias sobre seu comportamento nas reuniões públicas eram objeto de críticas, apreensões e chacotas. Disso se valeram a imprensa e a propaganda republicana. As charges, as caricaturas, os epítetos que se arranjavam para D. Pedro II, divulgados não só pela imprensa diária e pela literatura, mas nas ruas e nas revistas ilustradas – muito em voga na época – atingiam um público mais extenso que o alfabetizado. São índices da redução do prestígio imperial, por onde se processava a dessacralização da figura real e o desapreço pelo regime, em função da desconsideração de seus símbolos maiores."

Em 1889, diante deste cenário, a corrente republicana, que tinha nomes como Benjamin Constant, Aristides Lobo, Lopes Trovão e Silva Jardim como líderes, contava os dias para o fim do Império. O presidente do Conselho de Ministros da Monarquia, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, em uma última cartada para salvar o regime, entregou à Câmara dos Deputados um programa de reforma política. Nele constavam, por exemplo, maior autonomia para as províncias e maior liberdade de voto. Mas as propostas chegaram tarde demais.

No dia 15 de novembro, no Rio de Janeiro, o marechal Deodoro da Fonseca acabou convencido a liderar o movimento que derrubaria o Império. Invadiu o Ministério da Guerra, mandou prender o Visconde de Ouro Preto e proclamou a República. Sem violência, sem qualquer participação civil e sem a presença de D. Pedro II, que estava em Petrópolis (RJ).

"O curioso é que a proclamação se deu sem querer. Deodoro, que era amigo do Imperador, acreditava que iriam até o Ministério da Guerra apenas para depor o Visconde de Ouro Preto, mas as tropas começaram a gritar 'Viva a República'. E assim, no dia seguinte, sem qualquer revolta ou enfrentamento, o povo ficou sabendo que o País tinha um novo regime", conta Carlos Chagas, que foi professor de história da imprensa na Universidade de Brasília (UnB) por 22 anos.

No mesmo dia, José do Patrocínio, grande líder abolicionista, redigiu o ato oficial de proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil. Foi instalado um governo provisório e, posteriormente, Deodoro da Fonseca assumiria o posto de primeiro presidente do País. D. Pedro II receberia um comunicado oficial e, com sua família, partiu para o exílio na Europa.

Informática

Uma coordenação para o setor público

O Ministério do Planejamento criou a Comissão de Coordenação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) com o objetivo de melhorar a qualificação da tecnologia da informação no governo. A comissão, formada pelos responsáveis pelas diversas áreas de informática do Poder Executivo, vai fazer avaliações periódicas e propor políticas, diretrizes, normas e desenvolvimento de tecnologias para o setor público. Terá como função também estimular a articulação e cooperação entre os órgãos públicos.

Software

Nova plataforma para pesquisa

O Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Sisnep) será substituído pela Plataforma Brasil, mais ágil para integração entre as instituições envolvidas com essas pesquisas. O grande diferencial da Plataforma Brasil, na avaliação do Conselho Nacional de Saúde, é a agilidade no compartilhamento de dados das pesquisas existentes no Brasil, em diferentes estágios. "Era essencial que tivéssemos um sistema moderno e atualizado diante da crescente complexidade da pesquisa clínica no País", afirma o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães. Para o secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza, a nova plataforma é um importante instrumento de controle social. "Nós estamos cumprindo nossa tarefa que é apoiar o controle social", afirmou.

Tecnologia

Do laboratório para a indústria

Divulgação

Laboratório cria tecnologia para extração de petróleo

O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) do Ministério da Ciência e Tecnologia vai fazer sua primeira transferência de tecnologia ao setor privado: firmou contrato com a empresa Adest para a nacionalização da tecnologia de soldagem na produção da tela *premium*, um equipamento utilizado pela indústria petrolífera para extrair petróleo do fundo do mar. "A grande dificuldade para produzir a tela *premium* reside no sofisticado processo de soldagem envolvido na fabricação. Desenvolvemos um material por um processo chamado de soldagem por difusão, em meio a vácuo, em que átomos de um material migram para outro e vice-versa, num trabalho feito em altas temperaturas", explica Osmar Bagnato, coordenador do Grupo de Materiais do LNLS.

A nova tecnologia de soldagem une telas metálicas que formam o filtro da tela *premium*. Se aprovada a produção industrial, a empresa brasileira poderá se tornar fornecedora do produto para o setor petrolífero nacional, pagando *royalties* ao LNLS por cinco anos. Testes de corrosão, resistência mecânica e análise microestrutural foram feitos no LNLS para qualificar amostras e protótipos. Todos foram positivos. Para que o material possa ser comercializado, novos testes serão realizados, primeiro em poços terrestres e depois em alto mar.

Tecnologia 2

Projetos com impacto no setor produtivo

"A dificuldade maior na relação academia-indústria, mais do que gerar patentes, é realizar ações que realmente tenham impacto direto no setor produtivo", comenta Antonio José Roque da Silva, diretor do LNLS. "Gerar patente é um passo importante, mas se não houver uma estratégia que a transforme em riquezas para o País, o esforço pode ser em vão. Acredito que o contrato entre o LNLS e a Adest é interessante principalmente porque é um caso concreto no qual o desenvolvimento de uma tecnologia consegue motivar a abertura de empresas, gerar empregos e trazer boas perspectivas de negócios para o Brasil", acrescenta. A Adest foi criada para desenvolver o projeto.

Finep

Subvenção a empresas regionais

O programa Pappe Integração, administrado pela Finep, destinará R$ 100 milhões para subvenção econômica à pesquisa em empresas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos não reembolsáveis serão investidos em 500 empresas para o desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos que agreguem valor aos seus negócios e ampliem seus diferenciais competitivos. Cada empresa contemplada vai receber entre R$100 mil e R$ 400 mil, dependendo do porte e características do projeto. As normas do Pappe Integração foram definidas em dezembro. A operacionalização será descentralizada: cada unidade da federação terá um agente.

Regulação

Uma agência para a energia nuclear

A comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen/MCT) propôs à Casa Civil um modelo para a criação da Agência Reguladora Nuclear Brasileira (ARNB). O objetivo é dar mais transparência e aumentar a fiscalização no setor, que está sendo ampliado com o Programa Nuclear Brasileiro. Hoje, a Diretoria de Radioproteção e Segurança da Cnen é que estabelece as normas de segurança, fiscaliza e concede licenças de funcionamento às instalações médicas e industriais que trabalham com materiais radioativos. De acordo com o presidente da Cnen, Odair Gonçalves, a ARNB deve assumir a responsabilidade dessa diretoria e ganhar outras atribuições. "A Agência Reguladora ganha toda uma estrutura de penalização. Coisa que a legislação não estabelece até agora. Temos que ter um formato que deve aplicar multas crescentes, variando com a gravidade dos erros", disse.

A Cnen fiscaliza e controla cerca de 20 mil fontes de radioatividade. O Brasil é um dos três países - os outros são Estados Unidos e Rússia - que têm urânio e tecnologia para enriquecê-lo. O setor de energia nuclear deve ter mais nove usinas até 2030, além de Angra 1 e 2.

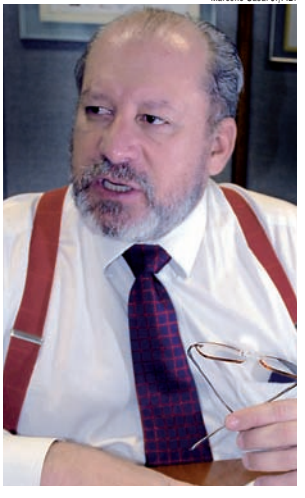
Sustentabilidade

Computadores verdes no setor público

O Ministério do Planejamento colocou em consulta pública no site www.governoeletronico.gov.br as especificações para a aquisição de computadores verdes, como são chamadas as máquinas que consomem menos energia elétrica e também não possuem produtos tóxicos em sua composição. Depois da consulta pública, as especificações serão transformadas em normas orientadoras dos órgãos públicos.

"O Estado brasileiro tem que dar o exemplo e fazer aquisições mais sustentáveis e que comprometam menos o meio ambiente", comenta o secretário de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), Rogério Santanna. O uso dos computadores verdes pode reduzir entre 20% e 30% os gastos com energia em relação ao consumo dos modelos usados pelo setor público. "Atualmente grande parte do consumo de energia elétrica dos escritórios é gerado por computadores", acrescenta.

Marcello Casal Jr/ABr



Medicamentos

Parceria com Cuba e Argentina

O governo cubano, por meio da empresa Heber Biotec, e o laboratório farmacêutico brasileiro EMS vão trabalhar juntos no desenvolvimento de novos produtos na área de saúde. O acordo, intermediado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), prevê a formação de uma empresa, com sede no Brasil. É o segundo acordo entre os dois países para a produção de remédios. Em novembro, foi assinado outro, também com a EMS, para produzir no Brasil o medicamento Salbutamol, utilizado no combate à asma. Pelo acordo, a Heber Biotec fornecerá produtos, tecnologia e patentes desenvolvidos pelo Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia de Cuba, enquanto a EMS agregará sua tecnologia de produção, de infraestrutura, logística e distribuição global de medicamentos.

Já a Argentina terá acesso à tecnologia brasileira para produção de vacinas contra a febre amarela. A parceria, firmada entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Ministério da Saúde da Argentina, permitirá ao país vizinho fabricar sua própria vacina. Atualmente, a Argentina compra vacinas contra a febre amarela do Brasil. "Com a transferência, a Argentina passará a ser terceira produtora mundial dessa vacina estratégica, ao lado do Brasil e da França", destaca o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. O Brasil exporta vacinas para cerca de 50 países.

Roosewelt Pinheiro/Abr

Mercosul

Senado aprova adesão da Venezuela

Depois de meses de debates, audiências públicas e de uma série de tentativas frustradas de votação, o Plenário do Senado aprovou, no dia 15 de dezembro, o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Agora só falta a aprovação do Paraguai para o ingresso da Venezuela no bloco. O acordo de adesão foi firmado em Caracas em 4 de julho de 2006 pelos presidentes dos países do Mercosul.

No Congresso brasileiro, o tema causou muita divergência, como demonstra o resultado da votação no Senado - 35 votos a 27. A entrada da Venezuela no Mercosul representa um passo importante no sentido da ampliação da democracia e dos direitos humanos na região, na avaliação do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Para a oposição, o problema é o presidente Hugo Chávez, que pode trazer problemas para o bloco. "Não estamos fazendo uma avaliação do governo Chávez, porque os governos passam, mas a integração econômica, política e cultural vai ficar. O isolamento será pior para a causa democrática na Venezuela", reagiu o senador Aluisio Mercadante, líder do PT.

A inclusão da Venezuela no Mercosul deverá propiciar, segundo Jucá, boas oportunidades para a agricultura e indústria do Brasil, cujos produtos têm grande demanda no país. Mais de 70% das exportações brasileiras para a Venezuela são de produtos industrializados, com elevado valor agregado e alto potencial de geração de empregos. Em 2008, o Brasil teve superávit comercial de US$ 4,6 bilhões com a Venezuela. Ao incluir o novo membro, o Mercosul passa a constituir um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, numa área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados, e terá um Produto Interno Bruto (PIB) superior a US$ 1 trilhão, o que corresponde a 76% do PIB da América do Sul, pondera o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O comércio global do bloco, prevê, aumentará para cerca de US$ 300 bilhões, o que tornará o Mercosul "um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos, energia e manufaturados".

Haiti

Uma agência para reconstruir o país

As instituições multilaterais e os países que socorreram o Haiti após o terremoto de 12 de janeiro estão discutindo a criação de uma agência para a reconstrução do país, de acordo com a diretora do Banco Mundial para a América Latina, Pamela Cox. "Há muitas discussões, ainda não concluídas, sobre se uma agência de reconstrução é necessária para realizar a reconstrução física" das áreas devastadas, comenta. A reconstrução, diz ela, "não consiste somente em construir prédios, e sim em reconstruir a economia, a vida das pessoas". Os doadores de recursos e as instituições multilaterais devem se reunir em março para avaliar projetos e necessidade de recursos para o Haiti.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já adiantou US$ 14 bilhões para a reconstrução da infraestrutura haitiana. "Estamos propondo um fundo multidoadores, que foi utilizado com êxito em lugares como Afeganistão ou Iraque, no qual os doadores bilaterais podem colocar seu dinheiro e utilizar os mesmos procedimentos" para definir os projetos, o que ajuda a coordenar a ajuda, explica.

Internet

Banda larga para todos

O Estado deve garantir o acesso à internet em banda larga para a sua população como forma de estimular a inovação, aconselhou Alicia Bárcena, secretária executiva da Cepal, durante reunião, em dezembro, da XIX Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo, em Estoril, Portugal. Segundo ela, a banda larga é peça chave para evitar a exclusão digital na região, e deve ser garantida pelo Estado. Ela citou os principais pontos do documento *Inovar para crescer. Desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável e inclusivo na Iberoamerica*, elaborado pela Cepal.

É possível combinar crescimento, sustentabilidade e melhora na distribuição de renda com um processo de inovação, socialmente orientado, afirmou Bárcena. "É necessário inovar para crescer, crescer para igualar e igualar para crescer com mais emprego e produtividade", disse, acrescentando que a Cepal está apoiando a elaboração de planos de ciência, tecnologia e inovação em vários países da região.

Clima

Custo alto para a região

Se não houver um acordo mundial para mitigar os efeitos da mudança climática, os custos para os países da América Latina e Caribe poderão chegar, neste século, a 137% do PIB da região, de acordo com o informe *A economia da mudança climática na América Latina e no Caribe*, publicado pela Cepal. O estudo, apresentado na XV Conferência das Nações Unidas sobre Clima (COP 15), conclui que, sem ações internacionais de mitigação, a região poderia sofrer perdas importantes no setor agrícola e na biodiversidade, e ainda ficaria sujeita a fortes pressões sobre a infraestrutura e a maior intensidade de eventos extremos.

Segundo a Cepal, embora seja a segunda região – a primeira é a África - que menos emite gases do efeito estufa, a América Latina e o Caribe estão sofrendo os efeitos do aquecimento global mais do que outras regiões. Por isso, é urgente que a região conte com apoio tecnológico e financeiro dos países desenvolvidos.

BNDES

Apoio a outros países em estudo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estuda a criação de uma linha que permitirá a empresas da América Latina e da África comprar máquinas e equipamentos brasileiros com financiamento em parceria com bancos de outros países no exterior. Os recursos virão de um programa do BNDES, o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame).

De acordo com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, na Argentina os entendimentos estão praticamente concluídos com o Banco Itaú. Mas há negociações com todos os grandes bancos que operam na América Latina, informa a Agência Brasil. A operação funcionará por meio de um contrato do BNDES com um banco no exterior. O fornecedor brasileiro vende o produto lá fora e recebe do BNDES o pagamento em reais, ou seja, o dinheiro não sai do País. O banco no exterior financia o valor para o comprador e depois devolve o dinheiro ao BNDES.

Wilson Dias/ABr

INDICADORES

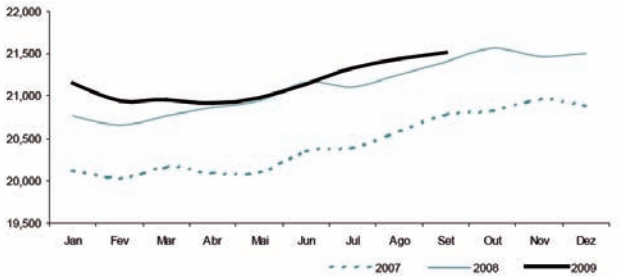
Trabalho

Desemprego em queda

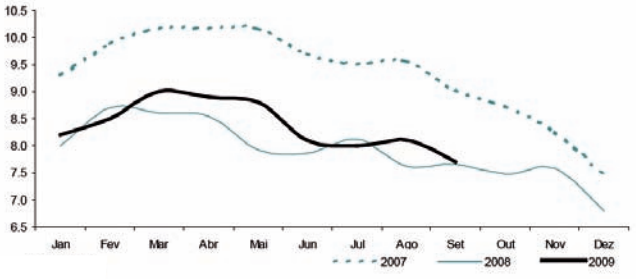
A taxa de desemprego continuou em queda em outubro de 2009 e os rendimentos reais médios e a massa salarial ficaram acima do registrado no mesmo mês do ano anterior, conclui a publicação *Mercado de trabalho: conjuntura e análise* nº 41, do **Ipea**. Já o nível de ocupação ficou abaixo do de 2008, fato preocupante porque nesse período do ano os fatores são favoráveis ao aumento da ocupação. O estudo técnico baseia-se nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Na edição 41, a publicação utilizou também os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

A publicação traz, além dos indicadores do mercado de trabalho, notas técnicas sobre trabalho infantil, desigualdade de rendimentos, participação da mulher e evolução do desemprego, da informalidade e dos rendimentos. Contempla também uma avaliação sobre as perspectivas da economia solidária e sua incorporação ao processo de desenvolvimento do País. A íntegra do documento está disponível no sítio do **Ipea** (www.ipea.gov.br)

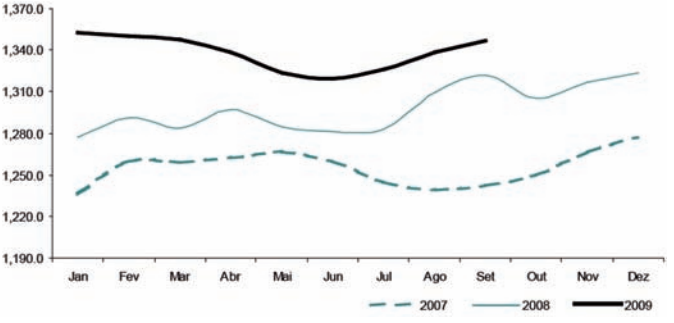
População ocupada (Em 1 mil pessoas)



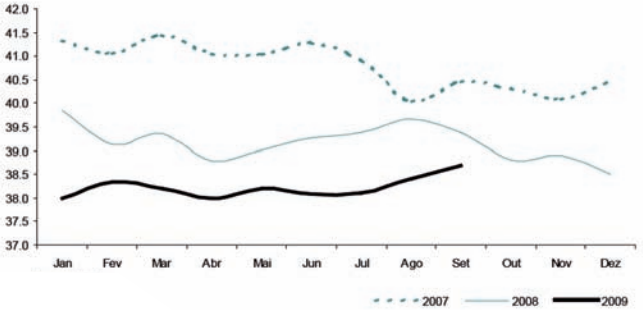
Taxa de desocupação (Em %)



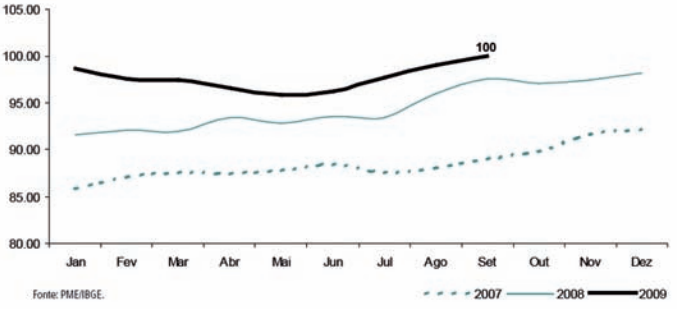
Rendimento médio habitual recebido no trabalho principal
(Em R$ de setembro de 2009)



Grau de informalidade (em%)



Massa salarial (Base: junho = 100)



Fonte: PME/IBGE.

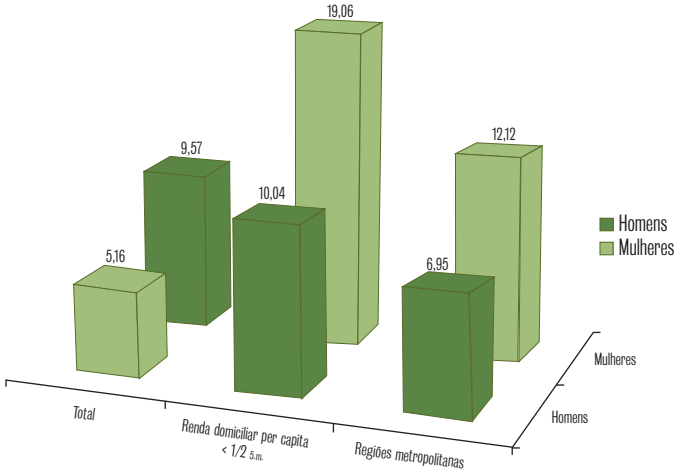
Fonte: PME/IBGE.

Porcentagem de crianças que trabalharam no último ano por faixa etária (1992 e 2008) (Em %)

Faixa etária	1992	2008
5 a 9 anos	4	1
5 a 14 anos	13	5
5 a 15 anos	16	7
10 a 13 anos	19	7
10 a 14 anos	22	9
10 a 15 anos	26	11
14 a 15 anos	40	20

Fonte: Estimativas

Taxa de desemprego por sexo e grupos selecionados (2008)

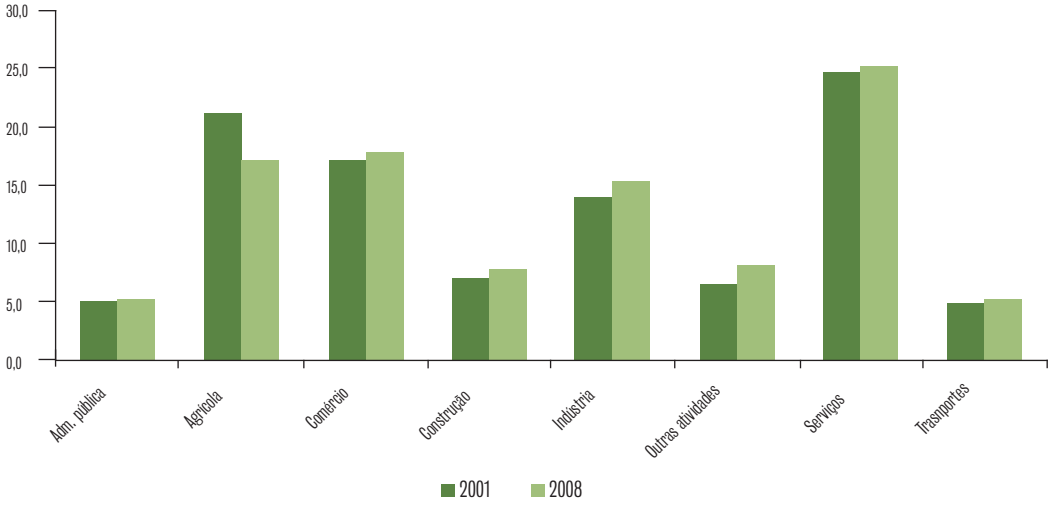


Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Taxa de participação por gênero (2007 e 2008)

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

Participação da população ocupada por setor de atividade (2001 e 2008) (Em %)



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

Políticas públicas e resultados

A publicação *Planejamento e Políticas Públicas* traz, em seu número 33, 11 estudos sobre meio ambiente, mercado de trabalho, incentivos a polos e parques tecnológicos, transferência de renda e orçamento participativo, com a avaliação de casos concretos em regiões ou municípios. Os estudos mostram, por exemplo, que no semiárido nordestino predomina a chamada economia sem produção, ou seja, a economia sustentada em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, previdência e assistência social e nos salários pagos aos servidores públicos. As transferências de recursos para o semiárido do Nordeste aumentaram a partir de 1980, com a criação de novos municípios (e contratação de funcionários) e a extensão do direito de aposentadoria aos trabalhadores rurais. A instituição do Programa Bolsa Família deu novo impulso a essas transferências. Entretanto, a região continua a apresentar os piores indicadores sociais do País. Na avaliação dos técnicos do **Ipea**, isso indica que as transferências, de forma isolada, não são a melhor forma de promover o desenvolvimento.

Os exemplos da fruticultura às margens do rio São Francisco e do polo calçadista em Sobral (CE) demonstram que investimentos em infraestrura e incentivos fiscais podem transformar a realidade, com a implantação de uma economia dinâmica e moderna. Já as transferências não contribuem para criar uma economia dinâmica que gere emprego e renda. É preciso, portanto, complementar as transferências com investimentos que estimulem a produção e o desenvolvimento efetivo da região.

Planejamento e Políticas Públicas – nº 33
Ipea – 322 páginas
Liana Maria da Frota Carleial e Bruno de Oliveira Cruz - editores

Medindo impactos das ação sociais

Grande parte das empresas investe em ações sociais, revelam os estudos do **Ipea,** que vem acompanhando a questão há 10 anos. Mas poucas se interessam em saber o resultado desses investimentos. A investigação desse fenômeno pelos técnicos do Instituto resultou na publicação de *Cultivando os Frutos Sociais: A Importância da Avaliação nas Ações das Empresas*, um trabalho que ressalta a importância da adoção de programas de avaliação e monitoramento da boa aplicação do dinheiro, de forma a obter os melhores resultados.

Embora caiba ao Estado atuar na área social, é considerável a ação das empresas e de entidades sem fins lucrativos em favor das populações mais pobres. Entre 2004 e 2006, por exemplo, aumentou de 59% para 69% a taxa das empresas que investiram R$ 5,5 bilhões nesse tipo de ação. "À relevância do assunto somam-se o ineditismo das informações apresentadas, seu caráter multiplicador tanto para estudos quanto para ações futuras, assim como a seriedade técnico-científica ímpar que sempre caracterizou os trabalhos desenvolvidos no âmbito da pesquisa, sem, contudo, circunscrever a compreensão do livro ao universo dos especialistas", escreve Marcio Pochmann, presidente do **Ipea**, na apresentação do livro.

A ação social das empresas ganhou relevância nos anos 1990, quando se contentavam em destinar parte dos seus lucros a esses projetos. Era esse o diferencial. Agora, surge uma nova fase: para se diferenciar, não basta o simples fato de liberar recursos, mas é preciso verificar se o dinheiro aplicado está efetivamente produzindo resultados na melhoria das condições de vida da comunidade. Embora seja pequeno o número de empresas que monitoram suas ações, o livro é uma importante contribuição ao debate e à tomada de consciência e um novo posicionamento das empresas, para que persigam a eficiência em seus projetos sociais com o mesmo afinco com que gerem seus negócios.

Cultivando os Frutos Sociais: A Importância da Avaliação nas Ações das Empresas
Ipea — 90 páginas
Anna Maria T. Medeiros Peliano - coordenadora

AGENDA

07/01

Seminário: **Integração Social e Produtiva da América do Sul**

Expositores: Ana Maria San Juan (Venezuela), Daniel Kostzer (Argentina), Adriana Cadena (Colômbia), José Carlos de Assis (BNDES), Carlos Tibúrcio (Cicef/SGPR), Denise Gentil (Ipea), Pedro Barros (Ipea), Roberto Gonzalez (Ipea), Hélgio Trindade (Unila).
Horário: 8h30 às 18h
Local: Auditório do 11º andar - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Brasília
Informações: Ester (ester@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5276
Realização: Presi (Presidência)

19/01

Lançamento do Livro: **"Juventude e Políticas Sociais no Brasil"**

Mediadores: Marcio Pochmann, Jorge Abrahão, Beto Cury (Secretário Nacional da Juventude), Profa. Dra. Leila Chalub Martins (Professora da Faculdade de Educação da UnB e Coordenadora do Observatório da Juventude do DF e entorno da UnB)
Horário: 14h às 16h
Local: Auditório Ipea - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Subsolo, Brasília-DF
Informações: Alda (alda.chaves@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5418
Realização: Disoc (Diretoria de Estudos e Políticas Sociais)

20/01

Seminário: **Integração Produtiva e Rede Urbana da América do Sul**

Mediadores: Cláudio Egler (UFRJ), Renato Flores (FGV), Liana Carleial (IPEA), José Celso (Ipea), Carlos Manuel (IPARDES), Representante da CEPAL
Horário: 14h às 18h
Local: Auditório do 16º andar - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Brasília (DF)
Informações: Juliana Rocha (juliana.rocha@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5557
Realização: Dirur (Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais)

25/01

Seminário: **Fluxos Ilícitos e Sistema Financeiro Internacional Paralelo**

Mediador: Raymond W. Baker - Diretor-Geral da Força-Tarefa Sobre Integridade Financeira e Desenvolvimento Econômico e Diretor-Geral da Fundação Global Financial Integrity.
Horário: 15h às 17h
Local: Auditório 11º andar - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Brasília (DF)
Informações: Silvana (silvana.rezende@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5030
Realização: Dicod (Diretoria de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais)

28/01

Seminário Dimac: **"Uma Interpretação Liberal da Crise Financeira"**

Palestrante: Adolfo Sachsida
Horário: das 14h30 às 17h30
Local: Auditório 8º andar - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Brasília (DF)
Informações: Victor (victor.araujo@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5562
Realização: Dimac (Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

04/02

Coletiva de Imprensa - Comunicado da Presidência nº 39: **"Atualidade e Perspectiva das Ocupações nos Pequenos Empreendimentos do Brasil"**

Mediador: Marcio Pochmann
Horário: 10h30 às 13h
Local: Auditório do Ipea - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Subsolo, Brasília (DF)
Informações: Douglas (Douglas.portari@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5334
Realização: Presi (Presidência)

08/02

Seminário Dirur: **"Uma Avaliação Crítica dos Manejos Florestais na Amazônia Central"**

Mediador: Dr. Jöchen Schöngart - Institut Max Plack
Horário: 15h às 18h
Local: Auditório do 16º andar - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Brasília (DF)
Informações: Albino (albino.alvarez@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5662
Realização: Dirur (Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais)

09/02

Lançamento: **"Boletim Internacional"**

Mediadores: Marcio Pochmann e Mario Theodoro
Horário: 14h30 às 17h
Local: Auditório Ipea - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Subsolo, Brasília (DF)
Informações: Fernanda (fernanda.carneiro@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5114
Realização: Presi (Presidência)

Apresentação **IPEAGEO**
Mediadores: Pedro Henrique Melo Albuquerque e Alexandre Xavier de Carvalho Ywata
Horário: 15h às 18h
Local: Auditório 14º andar - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício Ipea/BNDES, Brasília (DF)
Informações: Albino (albino.alvarez@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5662
Realização: Dirur (Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais)

CARTAS

A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 726 - CEP: 70076-900 - Brasília - DF

RETROSPECTIVA

Parabéns aos editores pela edição nº 57 como um todo. Muito interessantes os depoimentos dos membros do Conselho de Orientação do Ipea, especialmente porque, relembrando as entrevistas mais antigas, podemos comparar o que era esperado por eles e o que realmente ocorreu após um período difícil como o da crise. Tantos pontos de vista reunidos em uma só edição, inclusive aqueles dos quais discordo, estimularam reflexões importantes. Destaco a enriquecedora entrevista do professor Cândido Mendes, que, apesar de todos os anos dedicados à educação, não cai no clichê de afirmar que ela, sozinha, pode resolver todos os problemas do país.

Maria Aparecida Muriatto
Santo André-SP

COPA E OLIMPÍADA

Com relação à reportagem "Eventos internacionais: compensa investir?", é preciso atenção a dois pontos muito bem lembrados: a manutenção do nível de atividade após os eventos e o cuidado para não aumentar as desigualdades já existentes entre as cidades. Assim, o gasto não terá sido em vão. Copa do Mundo e Olimpíadas não são só a diversão momentânea. As oportunidades são muito maiores que os investimentos, basta saber aproveitá-las.

Sandro Caravelas
Alto Paraíso-GO

ATUALIDADE

Comecei a ler a revista Desafios por acaso. Desde a primeira vez que li, gostei. Gostei muito. Assuntos atuais e com uma ótica diferente das revistas semanais.

Jacintho Salviano,
Jornalista e professor da Faculdade Pitágoras
Nova Lima (MG)

CONTEÚDO ÚTIL

Temos grande apreciação pelo conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento; suas reportagens têm sido utilizadas por nosso pessoal em muitos dos documentos gerados no âmbito do Incra.

Ronaldo Pereira Santos
Manaus-AM

BRASIL 2022

Excelente entrevista com o ministro Samuel Pinheiro Guimarães. O plano para o Brasil nas comemorações do Bicentenário da Independência é necessário, mas, como disse o ministro, há limitações de tempo por causa, principalmente, das eleições. É desanimador ver que, há anos, o Brasil tenta fazer planos que simplesmente são esquecidos a cada mudança de governo. Que este não seja mais um!

Arlete Macieira
Belo Horizonte-MG

REPRESENTAÇÕES REGIONAIS

Parabéns ao Ipea pela iniciativa de descentralizar sua atuação. É raro ver órgãos públicos federais querendo olhar o Brasil de perto, fora do ar-condicionado dos escritórios do eixo comum. Espero que a vinda para o Paraná renda bons frutos para a região. Aproveito para elogiar a matéria "O calvário dos investimentos públicos", da edição nº 56. Apesar de a palavra burocracia ter se tornado negativa para a maioria, as regras são necessárias para garantir a ordem. Só não podem se tornar o objetivo em si, ou nada anda no País.

Mirna Sousa
Foz do Iguaçu-PR

Acesse o conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br

humanizando o DESENVOLVIMENTO

Humanizando o Desenvolvimento IPC Photo/Lawrence Liang

BUILDING A BRIGHTER FUTURE AND ADVANCING HUMAN CAPACITIES – The West Africa AIDS Foundation (WAAF), based out of Accra, has an in-school programme where staff visit elementary schools and teach kids about HIV/AIDS. Through a series of workshops, the kids are taught a number of issues, including prevention, transmission, and the challenges faced by those affected by the virus as well as its stigma. Photograph taken in GHANA, Sent by Canadian Crossroads International

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas de desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia "Humanizando o Desenvolvimento busca mostrar" e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. A campanha pretende contrabalancear as imagens frequentemente mostradas de desolação e desespero.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer os participantes de mais de 100 países que enviaram-nos suas fotos, suas histórias e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e os membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento. PARABÉNS aos participantes.

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: http://www.ipc-undp.org/photo/